

**A OPERAÇÃO DE INSCRIÇÃO PSÍQUICA: UM ENSAIO SOBRE
O CONCEITO PSICANALÍTICO DE AÇÃO ESPECÍFICA**

ANA CRISTINA MOURA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Porto Alegre, maio de 2003

**A OPERAÇÃO DE INSCRIÇÃO PSÍQUICA: UM ENSAIO SOBRE
O CONCEITO PSICANALÍTICO DE AÇÃO ESPECÍFICA**

ANA CRISTINA MOURA

Tese de doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia do Desenvolvimento, sob orientação do
Prof. Dr. José Luiz Caon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Porto Alegre, maio de 2003

AGRADECIMENTOS

Ao colega Paulo Sérgio Guedes pela escuta dos primeiros fragmentos de Julia.

Ao Prof. Dr. José Luiz Caon pelo espaço para fazer pesquisa psicanalítica.

Ao Prof. Dr. Cesar Piccinini pelo apoio técnico.

Ao Prof. Dr. Manoel Berlinck e às professoras Dra. Marta D'Agord, Tania Sperb e Mériti de Souza, participantes da banca examinadora, pela leitura e pelas sugestões feitas na etapa de projeto desta tese e que reencaminharam esta pesquisa.

Aos colegas Isac Nikos Iribarry, Luís Fernando Barth, Luiz Brancher e Ana Paula Terra Machado pela interlocução e abertura de novos caminhos para a pesquisa.

Aos meus familiares pelo estímulo constante, especialmente ao Roberto pelo interesse e compreensão.

E a outros quatro colegas que foram alteridades inestimáveis durante todo esse processo: Viviane Silveira, Mario Fleig, Ludia Mondini e Alexandre Rambo de Moura.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central a operação de inscrição psíquica como estruturante do sujeito. É uma pesquisa psicanalítica e, portanto, possui um campo conceitual e método próprios. Seu fio condutor é o caso Julia, que é uma construção de caso concebida a partir da metodologia proposta por Fédida (1992, 1999), que possibilitou a formulação de um ensaio metapsicológico. Trata-se de um ensaio sobre o registro psíquico, construído a partir da noção freudiana de *ação específica (spezifische Aktion)*, que é desenvolvida em sua relação com a percepção, relação esta suscitada pela clínica da pesquisadora e articulada à proposta de Chemama (2002) a propósito do conceito de forclusão do falo. A noção freudiana é também articulada ao conceito de transativismo proposto por Bergès e Balbo (2001, 2002, 2003) e ainda à possibilidade de sua ocorrência na situação psicanalítica de tratamento. A pesquisa aborda aspectos técnicos a serem ressaltados no tratamento de analisantes que se aproximam do caso Julia, sendo esta a contribuição desta pesquisa para a comunidade psicanalítica. A idéia de que o psicanalista com seu presencial, em uma postura não apática, através do golpe de força, pode entrar no jogo de posições necessário para que o analisante inscreva algo de sua vivência parece ser pertinente nesse tipo de problemática.

ABSTRACT

The main topic of this dissertation is psychic inscription as an operation that structures the subject. Since this is a psychoanalytic investigation, it has a conceptual field and a method of its own. Its leitmotiv is the case of Julia, which is a case constructed on the basis of the methodology proposed by Fédida (1982, 1999). His methodology made it possible to draft a metapsychological essay. This is an essay on psychic registration developed on the basis of the Freudian notion of *specific action* (*spezifische Aktion*), which is discussed in its relation to perception. This relation was suggested by the author's clinical practice and is linked to Chemama's (2000) proposal on the concept of phallus foreclosure. The Freudian notion is also linked to the concept of transitivity proposed by Bergès and Balbo (2001, 2002, 2003) and to the possibility of its occurrence in the situation of psychoanalytic treatment. The dissertation discusses technical aspects to be highlighted in the treatment of patients who present features that are similar to the case of Julia. This is the author's contribution to the psychoanalytic community. The idea that the psychoanalyst, with his or her presence, in a non-apathetic attitude and through a forceful stroke, can enter the game of positions that is necessary for the patient to inscribe a part of his or her experience seems to be pertinent for this kind of problem.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	7
1.1 APRESENTAÇÃO	7
1.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	10
1.3 PESQUISA PSICANALÍTICA.....	12
1.4 MÉTODO	28
1.4.1 Participantes da pesquisa.....	28
1.4.2 Estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta dos dados.....	33
1.4.3 Procedimentos de análise dos dados coletados	36
CAPÍTULO II - O CASO JULIA	40
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	40
2.2 JULIA.....	41
CAPÍTULO III - O ENSAIO: A INVENÇÃO DO MUNDO ATRAVÉS DO JOGO DE POSIÇÕES	43
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	43
3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO, DA MEMÓRIA E DA LINGUAGEM	45

3.2.1	O aparelho psíquico.....	51
3.2.1.1	Uma visão neurobiológica do Projeto de Freud	60
3.2.1.2	A formação do aparelho psíquico.....	66
3.3	UMA NOSOGRAFIA POSSÍVEL	87
3.4	O CONCEITO DE TRANSITIVISMO.....	102
3.4.1	Considerações preliminares.....	103
3.4.2	A operação transativista	108
3.5	A OPERAÇÃO TRANSATIVISTA NA SITUAÇÃO PSICANALÍTICA DE TRATAMENTO	122
3.5.1	O desejo do analista.....	122
3.5.2	O golpe de força na situação psicanalítica de tratamento	125
 CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		131
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		133

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central a operação de inscrição psíquica como estruturante do sujeito. Trata-se de um ensaio sobre o registro psíquico, concebido a partir da noção freudiana de *ação específica (spezifische Aktion)* que desenvolvemos em sua relação com a percepção, com o conceito de transitivismo e a possibilidade de sua ocorrência na situação psicanalítica de tratamento. Esta é uma pesquisa psicanalítica e, portanto, possui um campo conceitual e método próprios.

Adiantamos que o tema desta pesquisa não foi esgotado com a conclusão da redação da tese, posto que finalizar um tema não é a meta de nossa pesquisa, e a questão de como se dá a operação de inscrever uma vivência, tampouco oferece essa possibilidade. Escolhemos trabalhar no formato de um ensaio metapsicológico, o qual, evidentemente, abrange apenas um recorte do tema ao tomar as evidências clínicas como seu fio condutor.

Como sabemos que o leitor, em breve, estará familiarizado com as características desse método de pesquisa, nos aventuramos a afirmar que o tema desta tese circunscreve uma questão relativa à autora da proposta. A inscrição psíquica, os operadores que a promovem e as possibilidades de ocorrência desta operação em um contexto psicanalítico fazem parte de um único caminho de pesquisa possível a ser trilhado por esta pesquisadora. Logo a seguir

veremos por quê. Todavia, desde já, podemos marcar a atualidade do tema de pesquisa, já que este ressurgiu na clínica psicanalítica da pesquisadora, sendo esta a razão primeira pela qual se faz necessário tomá-lo para a pesquisa.

Esta pesquisa está disposta em quatro capítulos para proporcionar uma melhor legibilidade da tese. Neste primeiro capítulo, contendo a introdução, além da apresentação, faremos uma exposição acerca da pesquisa psicanalítica. Julgamos ser conveniente introduzir essa abordagem nesta etapa, para ofereceremos ao leitor as ferramentas necessárias para a melhor compreensão tanto da estrutura quanto do conteúdo da pesquisa. Resgataremos, brevemente, alguns aspectos relativos ao surgimento do método psicanalítico, bem como algumas de suas características, como o campo e objeto de investigação, os instrumentos utilizados, os procedimentos para a coleta de dados e os resultados.

Logo em seguida posicionamos o tópico “Método”. Neste, expomos uma sistematização complementar ao tópico “Pesquisa psicanalítica”. Abordamos os aspectos específicos dessa pesquisa, para deixar claro ao leitor como ela foi confeccionada. Assim, a leitura irá elucidar quem foram os participantes da pesquisa, quais foram as estratégias e procedimentos adotados para a coleta de dados e, também, os procedimentos para a análise dos dados e os instrumentos utilizados. O método da construção do caso, tão essencial para a redação da pesquisa psicanalítica, é desenvolvido na etapa de procedimentos de análise dos dados inserida neste tópico. Após esta explanação o leitor estará munido da bagagem necessária que proporcionará maior fluidez na leitura da tese.

O segundo capítulo desta tese intitula-se “O caso Julia” e consiste na construção do caso na psicanálise, tal qual propõem Fédida (1992, 1999) e outros autores¹. O caso está posicionado imediatamente antes do ensaio com o intuito de permitir a visualização da construção da pesquisa, quando se torna essencial amarrarmos a clínica, a teoria e a pesquisa, para que seja possível promover uma especulação metapsicológica.

¹ Os autores escolhidos para desenvolver o método da construção do caso na psicanálise são: Caon (1994, 1996a, 1996b, 1996c, 1997, 2000/2001), D’Agord (2000/2001), Fédida (1992, 1999), Moura & Nikos (2000/2001), entre outros. Este método de pesquisa vem sendo explorado, há alguns anos, no Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens da UFRGS, bem como no Cartel de Escrita Psicanalítica, que é composto pelos mestrandos e doutorandos em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, que são dirigidos pelo Prof. Dr. José Luiz Caon.

O terceiro capítulo é composto pelo ensaio metapsicológico. Partimos da construção do caso e da questão de pesquisa nele contida, que se relaciona ao que se passava com a percepção de Julia, para o desenvolvimento dos aspectos metapsicológicos do caso. Desta forma, após circunscrevermos de onde partimos no tópico “Considerações preliminares”, desenvolvemos extensamente, no tópico intitulado “A construção da realidade através da percepção, da memória e da linguagem”, o problema de pesquisa, ou seja, o que surpreendeu a analista em situação psicanalítica de direção do tratamento, trabalhando em seguida as questões metapsicológicas que surgiram.

No item 3.2.1, desenvolvemos nossa formulação de aparelho psíquico para contemplar a noção de inscrição psíquica, suscitada pela especulação metapsicológica inicial. Nesta etapa do texto são elencadas as razões para a utilização do modelo de aparelho psíquico escolhido e, para que o leitor tenha uma noção abrangente deste modelo, são abordadas algumas particularidades relativas a este.

Seguindo o caminho para o qual a situação psicanalítica de pesquisa nos conduzia, no tópico seguinte, passamos a formular uma possível nosografia. Trabalhamos especialmente os aspectos levantados em análise de supervisão, no esforço de elucidar em que campo de organização psíquica Julia estava situada. Nesta altura introduzimos o trabalho que Roland Chemama (2002a, 2002b) vem desenvolvendo atualmente, que envolve o conceito de valor fálico, para relacioná-lo com os aspectos levantados pelo caso.

Ao nos depararmos com a possibilidade de formular algum encaminhamento para as questões levantadas pelo caso, retomamos nossa formulação inicial sobre a inscrição psíquica, abordando o conceito de *ação específica*, e nos deparamos com o conceito de transitivismo desenvolvido por Bergès e Balbo (2001, 2002, 2003), que fez com que nos parecesse possível uma aproximação conceitual.

Por fim, propusemos abordar alguns aspectos técnicos que nos pareceram importantes no tratamento de analisantes que se aproximam do caso Julia, sendo esta a nossa contribuição para a comunidade psicanalítica. A redação do ensaio objetivou explicitar a operação psíquica subjacente ao paradoxo vivido por Julia quando se mantinha paralisada em seu processo de subjetivação, apesar de seus esforços no sentido de fazer cessar a apatia. O problema de

pesquisa centrara-se sobre a percepção de Julia e suas possibilidades de registrar suas vivências.

Nossa hipótese de trabalho, inicialmente, era a de que poderia haver uma relação entre a ação de retificação que se opera na imagem-lembrança pela imagem-percepção e o investimento colateral de registros que o analisante promove durante a situação psicanalítica de tratamento. Desta forma, almejávamos formular que seria durante a situação psicanalítica de tratamento que ocorria a promoção do investimento colateral por parte do analisante, tornando viável a ampliação do processo de retificação da imagem-lembrança pela imagem-percepção do analisante. Assim, o analisante poderia discernir melhor o que está vivendo (percepção) do que já viveu (lembrança).

Certamente esse foi o início de nosso caminho percorrido, mas ao longo da pesquisa surgiram outras especulações metapsicológicas que nos levaram a articular outras hipóteses, através de outros conceitos, como o conceito de *Affekt*, de transitivismo e de forclusão do falo, de golpe de força, etc. Portanto, nossas especulações tomaram um rumo inesperado, mas resultaram em uma formulação que julgamos ser interessante para dividir com a comunidade psicanalítica. Essa formulação localiza-se no último item de nossa pesquisa e intitula-se “O golpe de força na situação psicanalítica de tratamento”.

1.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Algumas considerações metodológicas são necessárias para que possamos comunicar ao leitor a forma de tratamento metodológico que estamos nos empenhando em oferecer. A primeira consideração diz respeito ao material bibliográfico utilizado. Como se trata de uma pesquisa psicanalítica, tomamos o referencial freudiano como balizador teórico-metodológico e, neste contexto, nos deparamos com o tão conhecido problema de tradução das obras de Freud. Para minimizar esse problema tivemos o cuidado de consultar as edições GW – *Gesammelte Werke* (1987) e/ou a AE – *Amorroritu Editores* (1976), principalmente nas citações literais. As referências bibliográficas foram feitas de acordo com a versão da ESB – *Edição Standard Brasileira*, pois eram as mais disponíveis no momento. Assim, podemos afirmar que as traduções citadas nesta tese são de responsabilidade última da autora desta pesquisa. Utilizamos, também para os textos freudianos, o parâmetro de referência

bibliográfica publicado pela Editora Fischer (1982), a qual normatizou por ordem alfabética todas as publicações de Freud.

A segunda consideração a ser feita refere-se à questão de disponibilizar ao participante da pesquisa o termo por escrito de consentimento informado para que expresse sua concordância em participar da pesquisa. A questão do termo de consentimento informado tem sido bastante discutida no Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens, coordenado pelo Prof. Dr. José Luiz Caon, e existe uma unanimidade no que diz respeito a não oferecer ao analisante este termo para que assine de próprio punho.

A razão primeira para essa decisão diz respeito ao método de pesquisa psicanalítica, o qual o leitor terá a oportunidade de acompanhar ao longo desta tese. Esse método não tem como objetivo alcançar resultados sobre determinado grupo, em um determinado lugar, em uma determinada época, como postulam outros métodos de pesquisa. Por exemplo, uma pesquisa psicanalítica nunca chegará a uma conclusão a respeito das puérperas de bebês internados na unidade de neonatologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre no ano de 2001. Também não irá trabalhar com o formato de estudo de caso da pesquisa psicológica, o qual traz, no contexto dos resultados, dados anamnésicos do paciente e de sua história.

Pesquisa psicanalítica é pesquisa metapsicológica. Falamos de pulsão, de representação, de inconsciente, de identidade de percepção, de transferência, de ação específica, etc. O ensaio metapsicológico não trará nenhum dado de algum paciente específico, até porque o ensaio deve se constituir num dispositivo metodológico para ampliar pesquisas a serem realizadas por outros pesquisadores. O que buscamos nesta pesquisa não são respostas a respeito de determinado paciente, são formulações acerca do paradoxo levantado pelo caso.

O que o leitor encontrará como construção do caso logo a seguir, no segundo capítulo, não é um retrato de um paciente, mas uma ficção construída a partir das questões fundamentais de vários pacientes. Ele até pode parecer ao leitor menos avisado um estudo de caso, e desde já sublinhamos sua diferença radical. É evidente que utilizamos fragmentos de sessão para apontar a unificação existente entre a teoria, a clínica e a pesquisa. Sem esse enlace não há pesquisa metapsicológica. Tais fragmentos não caracterizam nem identificam qualquer pessoa, mas estão, isto sim, amarrados à metapsicologia.

Ainda assim, o leitor poderia argumentar dizendo que, por mais que não haja nenhuma possibilidade de algum paciente ver seu retrato fidedigno exposto em algum meio de comunicação, o analisante poderia ser informado por escrito que o analista é também um pesquisador universitário. Essa possibilidade é igualmente rejeitada pelos pesquisadores psicanalíticos por uma razão simples, quase óbvia. Oferecer ao analisante um termo por escrito de consentimento de participação em alguma pesquisa irá tirá-lo da posição em que ele *precisa* estar para que ocorra o tratamento psicanalítico: a posição de quem veio *buscar* ajuda e não a de ajudar ao psicanalista a pesquisar. Por fim, poderíamos também mencionar que a assinatura de um termo de participação em pesquisa vai suprimir do analisante a possibilidade de exercer durante o tratamento a regra fundamental: a associação livre. Sem conhecimento maior sobre o teor da pesquisa, posto que não conhece o método, ele terminará por selecionar seus pensamentos e imagens, suprimindo a associação livre. Sem ela não há tratamento e, portanto, não há pesquisa.

1.3 PESQUISA PSICANALÍTICA

Esta primeira parte do trabalho consiste em uma exposição acerca da pesquisa psicanalítica. Julgamos conveniente apresentar essa abordagem no primeiro capítulo desta tese, pois, dessa forma, ofereceremos ao leitor as ferramentas necessárias para melhor compreender tanto a estrutura quanto o conteúdo da pesquisa. Partiremos do nascimento da pesquisa psicanalítica, abordando seu campo e objeto de investigação, a seguir delimitaremos os instrumentos utilizados, os procedimentos para coleta de dados e, por fim, a meta a ser alcançada.

A pesquisa psicanalítica é um método de investigação fundado por Freud no fim do século XIX. Naquela época, Freud estava envolvido com a neurobiologia, e, segundo Caon (1999), a perspectiva neuro-anátomo-patológica apresentava sinais de fracasso, ou seja, suas pesquisas nos laboratórios de medicina já não ofereciam caminhos eficientes para responder sobre o padecimento de alguns pacientes.

Quando Freud escreveu seu primeiro livro, “Contribuição à concepção das afasias”, em 1891, sua intenção era de investigar melhor esse distúrbio da linguagem e sua natureza. Entendia-se por afasia, já naquela época, a perda do poder de pronúncia das palavras (afasia

motora) ou a perda da capacidade de compreensão da palavra escrita ou falada (afasia sensorial), por lesão cerebral (Garcia-Roza, 1998). Ele queria relacionar os sintomas afásicos com a lesão cerebral, comparar a intensidade da lesão e a intensidade da afasia. Preocupava-se com a relação entre a memória, a linguagem e a doença². Nos afásicos ocorria, por exemplo, o fenômeno de trocar o nome do objeto, ou saber o que era o objeto e, ao mesmo tempo, não conseguir pronunciar seu nome. Freud passou, então, a observar que, curiosamente, todas as pessoas apresentavam sintomas característicos das afasias, até mesmo aquelas não portadoras de lesão cerebral, e isso acontecia, geralmente, quando elas estavam cansadas, ou seja, essas trocas e junções de tipo “afásico”, ou, como ele as chamou, as parafasias, não tinham exatamente relação com uma lesão cerebral, e seriam apenas um indicativo de que o aparelho de linguagem falhou.

Em seguida, Freud percebeu que tais trocas e junções não eram aleatórias, elas tinham um sentido (simbólico). Seriam expressões de linguagem que, no momento em que eram pronunciadas, produziam um efeito (renovador) na pessoa. Essa nova perspectiva o fez pensar que o sistema nervoso, ao receber um estímulo, não só o captaria, mas transformaria esses estímulos em códigos, que, evidentemente, possuíam um sentido (linguagem), e a afasia, ou melhor, o efeito afásico seria o de dar um novo sentido ao sentido anterior.

A hipótese que Freud aventurou-se a formular, decorrente do paradoxo que havia descoberto (apresentar afasia e não ser portador de lesão cerebral), foi um de seus pontos de partida, que resultou na ruptura em sua forma de pensar sob o ponto de vista do aparelho neurológico. Ele redimensionou e reordenou sua forma de pesquisar, ainda que, conforme Garcia-Roza (1998), nessa época, sua intenção fosse a de formular um aparelho de linguagem, pois o aparelho psíquico seria uma formulação posterior e conseqüente dessa primeira. As parafasias, inicialmente, eram consideradas como uma falta de eficiência desse aparato de linguagem em função da iminência de afetos perturbadores.

Posteriormente, a noção de falta de eficiência ficou suprimida, pois Freud (1901b/1987) postulou que os lapsos de linguagem seriam exatamente o efeito do funcionamento de um

² As correspondências de Freud a Silberstein apontam para a linguagem como foco de interesse de Freud desde a adolescência (Gay, 1999).

aparelho psíquico que comporta um ordenamento que lhe é próprio: a lógica do Inconsciente³. A diferença entre o aparelho de linguagem e o aparelho psíquico seria precisamente a invenção do conceito de inconsciente e seu funcionamento.

O reordenamento do pensamento e das pesquisas de Freud abriu caminho para a definição de um aparelho psíquico, sendo este estruturado como um aparelho de memória e linguagem, resultando, anos depois, na teoria do Inconsciente. Freud, ao longo de seus primeiros artigos, entre 1891 e 1900, mostra-nos como efetuou esse reordenamento, que o conduziu à inauguração de um novo campo conceitual introduzido em “A interpretação de sonhos” (1900a/1987) através de um novo método de pesquisa e tratamento, o que implicaria uma técnica e objeto de investigação novos, específicos e exclusivos.

Em 1896, no caso Anna O., surgiu o gérmen do método psicanalítico, quando ocorreu a passagem do tratamento sugestivo para o método catártico. No primeiro tipo de tratamento, o paciente era hipnotizado e o hipnotizador influenciava-o, através da fala, tencionando modificar o estado afetivo do paciente, sem investigar o que estaria produzindo o efeito patogênico. Já o método catártico era o procedimento em que o hipnotizador tencionava que o paciente eliminasse seus estados afetivos patogênicos através da ab-reação, ou seja, o hipnotizador procurava, através de perguntas, o elemento traumático na memória do paciente, para que este, através da fala, conseguisse efetuar a descarga do afeto retido junto à representação traumática: “A linguagem serve de substituto para a ação: com sua ajuda, um afeto pode ser ab-reagido” (Freud, 1893a/1987, p. 46). Nesse prelúdio do método psicanalítico já é notável o incremento da importância atribuída à fala do paciente. Freud oferecia espaço para que suas pacientes falassem, oferecia a própria escuta, diferentemente de Breuer, Charcot e outros médicos da época. Essa nova postura no tratamento das pacientes já evidenciava a unificação entre a clínica, a pesquisa e as formulações teóricas que Freud realizava em seu trabalho.

³ Freud não utiliza a expressão “lógica do Inconsciente”; ao iniciar sua formulação a respeito deste conceito, propõe a expressão “mecanismos psíquicos” e, mais tarde, “processos inconscientes”. Nesta pesquisa os termos “lógica” e “lógica do Inconsciente” apontam para a noção de ordenamento. O sistema Inconsciente possui um modo de funcionamento denominado processo primário, que consiste na utilização dos mecanismos psíquicos de deslocamento e condensação.

Todos os casos clínicos encontrados em “Estudos sobre a histeria” (Freud, 1895d/1987) retratam que a psicanálise não surgiu como um método que seria fruto de uma prática clínica simplesmente, tampouco de uma formulação puramente teórica. É precisamente quando Freud passou a formular hipóteses, por exemplo, a hipótese da “defesa”, ou a hipótese da resistência nas histéricas⁴, que a escuta na clínica recebeu uma nova configuração, resultando na criação de um novo campo de pesquisa, o campo exclusivo da psicanálise: o Inconsciente.

Os passos metodológicos que Freud utilizou ao longo de sua pesquisa e que o pesquisador psicanalítico precisa seguir são claramente ensinados por Freud em seus artigos metapsicológicos. Em “Pulsões e destinos de pulsão” (1915c/1974), Freud é muito explícito ao afirmar que nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa a partir de conceitos claros e bem definidos; é necessário lançar mão de idéias abstratas provenientes de situações anteriores mesmo na fase de descrição do material manipulado. Tais idéias irão, de início “possuir necessariamente certo grau de indefinição” (p. 137), pois seu conteúdo ainda não está elucidado.

A compreensão do significado dessas idéias somente se revela por meio de repetidas referências ao material de observação, do qual parecem “ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções” (p. 137). No entanto, afirma Freud (1915c/1974), o sucesso da investigação vai depender de que as idéias formuladas não sejam escolhidas arbitrariamente, mas determinadas por apresentarem relações significativas com o material empírico; por vezes tais relações são mais intuídas do que reconhecidas⁵. Finalmente é hora de articular o caminho de chegada a um conceito útil para a ciência.

Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o

⁴ A hipótese da defesa se transformou no conceito de recalque (1915d/1974), e a concepção de resistência deixa de ter um estatuto de obstáculo intransponível ao trabalho psicanalítico, para tornar-se um dado que aponta para o conflito psíquico, um dado indicador de que elaborações psíquicas estão em jogo.

⁵ Vejamos o que Freud escreve sobre a relação entre o material empírico e as idéias abstratas que aplicamos a ele: trata-se de “relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente” (p. 137).

momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições (p. 137).

O método de pesquisa utilizado por Freud e elucidado ao longo de seus escritos revela que o conceito central de sua obra, o Inconsciente, não foi da ordem do observável; o Inconsciente foi uma hipótese que Freud lançou para a sociedade médica de Viena, uma hipótese conceitual que poderia virar uma teoria. A prática clínica, por sua vez, só se torna uma prática psicanalítica enquanto está referida a essa teoria.

Progressivamente, o criador da psicanálise abandonou a hipnose, a sugestão e o método catártico e os substituiu pelo tratamento psicanalítico, baseado na associação livre do paciente. Segundo Caon (1997), o método psicanalítico é necessariamente composto por um ato de pesquisa unificado a um ato terapêutico em uma atividade simultânea de um tratamento baseado na fala e na escuta. “A escuta psicanalítica não é apenas uma descoberta. Ela é precipuamente uma invenção” (p. 107). Em outras palavras, o método psicanalítico propõe que o analisante faça a pesquisa de sua vida, através da fala, e o analista dirija essa pesquisa, através da escuta. Dessa atividade de fala/pesquisa e escuta/direção resulta um ato terapêutico.

Dessa forma, Freud propôs o conceito de Inconsciente. A invenção do conceito de Inconsciente trazia no seu cerne a idéia de dois sistemas psíquicos distintos, autônomos e regidos por leis próprias. Evidentemente, esse conceito se desdobra ao longo da obra freudiana, mas, conforme Garcia-Roza (1995), nunca perde a conotação de um lugar psíquico diferenciado e identificado com o recaiado.

Ao propor a existência de uma nova racionalidade, a qual não pertence ao campo do consciente, ele postulou que existe uma outra lógica, que é a lógica do Inconsciente recaiado, desconhecida e inacessível através das formas de investigação praticadas até aquele momento. Não se trata de uma parte profunda da consciência, tampouco de um lugar onde reina o caos ou a desordem. Freud (1895d/1987) propôs um novo modelo explicativo para alguns padecimentos e afirmou a possibilidade de investigação e mapeamento da lógica implícita nesse modelo.

A concepção do sujeito como sendo estruturalmente dividido, clivado, fendido e alienado de uma parte de si mesmo revela que há uma outra ordem que organiza a vida psíquica do sujeito e que este fracassa ao tentar controlá-la. Dessa forma, Freud retirou da racionalidade consciente a possibilidade de alcançar a verdade do sujeito sobre si mesmo.

A noção de clivagem perpassa dois momentos na teoria freudiana⁶: o primeiro mostrava um aparelho psíquico dividido em sistemas (Ics, Pcs/Cs). Este modelo tinha como operadores fundamentais o recalque e o retorno do recalçado; portanto, a divisão era concebida situando-se entre os sistemas. O segundo momento teve lugar quando Freud (1927e/1974) aproximou-se da formulação da segunda tópica e introduziu o termo “clivagem do eu” (*Ichspaltung*)⁷, para designar um fenômeno que, inicialmente, foi descrito como se ocorresse exclusivamente na clínica das psicoses e da perversão. A concepção de um sujeito dividido é um dos alicerces da teoria psicanalítica e pode ser encontrada em diversas passagens da obra de Freud, como, por exemplo, no artigo intitulado “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” (1917a/1976), onde encontramos a conhecida afirmação: “O eu não é senhor da sua própria casa” (p. 178).

Essa mudança radical que Freud impôs à ciência obriga-nos a abandonar qualquer tentativa de pesquisar a verdade do sujeito a partir de seu discurso coerente, racional, no qual as rupturas, as contradições, as distorções e os ocultamentos sejam considerados erros e tomados como restos sem importância:

A partir desse momento a subjetividade deixou de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas – o Inconsciente e o Consciente, e dominada por uma luta interna em relação à qual a razão é apenas um efeito de superfície (Garcia-Roza, 1997, p. 22)⁸.

Nas pesquisas psicológicas da época do nascimento da psicanálise, a importância do relato do paciente sobre sua doença residia na sua eficiência cronológica, no sentido de contar

⁶ A noção freudiana de clivagem (*Spaltung*) foi retomada por Lacan (1979), que desenvolveu a noção de clivagem da subjetividade na relação com o outro.

⁷ O termo “clivagem do eu” consiste na coexistência, no cerne do eu, de duas atitudes contraditórias, uma que consiste em recusar (*verleugnen*) a realidade e outra, em aceitá-la (Roudinesco & Plon, 1998).

⁸ A noção de conflito psíquico, à qual alude o termo “luta interna”, tem duas configurações na obra freudiana. A primeira refere-se ao conflito entre Inconsciente e Consciente, ou, se preferirmos, princípio do prazer e princípio da realidade, e a segunda, que é postulada após 1920, propõe o conflito psíquico somente inconsciente e envolve o conceito de supereu.

“desde o início”, de forma coerente, como aconteceram os sintomas, sendo que qualquer troço que porventura ocorresse nessa exposição era desconsiderado. O modelo de pesquisa psicanalítica, que apresenta um campo singular de investigação, propõe as formações do Inconsciente como sendo o objeto de pesquisa.

As falhas do discurso do sujeito são exatamente o caminho para se fazer o mapeamento da ordenação das representações inconscientes. A fala do paciente, juntamente com todos os seus detalhes, erros de pronúncia, trocas de palavras, pausas e sentidos inesperados, ou mesmo a textura afetiva do *texto* proferido pelo analisante, enfim toda a singularidade do dizer do paciente, todo o paradoxo que esse dizer constitui, entendido como uma escritura psíquica, torna-se o material com o qual Freud irá propor a localização do objeto de pesquisa. Enfim, as formações do Inconsciente são os instantes de abertura do Inconsciente.

Em “Lembranças encobridoras” (Freud, 1899a/1987), podemos acompanhar a trajetória que Freud percorre para ir cercando o objeto de pesquisa. Ele parte da observação de que seus pacientes trazem para o tratamento recordações isoladas e aparentemente irrelevantes dos primeiros anos da infância e segue dizendo que ninguém contesta o fato de que as experiências infantis deixam traços marcantes na mente. No entanto, somente após seis ou sete anos de vida é possível que o sujeito tenha na memória uma cadeia concatenada de eventos passível de reprodução. Se as primeiras experiências são marcantes, por que não são lembradas? Aqui se instala um paradoxo. Freud descarta a possibilidade de explicá-lo com a idéia de que a criança pequena possuiria uma atividade mental rudimentar e argumenta que aos 4 anos de idade a criança já apresenta um funcionamento mental altamente organizado em suas comparações, inferências e expressão de sentimentos.

As recordações isoladas, cujo conteúdo é aparentemente irrelevante, passam a ser tomadas como formações do Inconsciente e tornam-se o objeto de pesquisa. Freud faz uma construção metapsicológica a partir do relato de um paciente⁹, utilizando um fragmento de memória da infância, que lhe surgiu na adolescência, cheio de pormenores e com detalhes ultraclaros¹⁰. Com esses dois elementos – de um lado a amnésia infantil, de outro uma

⁹ Strachey, o editor inglês, comenta o incidente descrito nesse artigo como sendo autobiográfico.

¹⁰ A idéia de nitidez demasiada pode ser verificada na seguinte passagem: “O amarelo das flores é um elemento desproporcionalmente destacado na situação como um todo, e o gosto saboroso do pão me parece exagerado de maneira quase alucinatória” (Freud, 1899a/1987, p. 278).

recordação isolada rica em detalhes ultraclaros – Freud passa a formular hipóteses. Através da associação livre e utilizando o sentido a que as palavras do paciente poderiam aludir, Freud conclui que uma recordação desta ordem liga por “elos simbólicos” (p. 281) impressões e pensamentos que ocorreram em datas diferentes, e que a lembrança que surge é encobridora de outra, recalcada. Desta forma, postula, “o passo intermediário entre a lembrança encobridora e aquilo que ela esconde tende a ser fornecido por uma expressão verbal” (p. 284)¹¹. As formações do Inconsciente, que são o objeto de nossa pesquisa, adquirem legibilidade através dos elos simbólicos a que a expressão verbal do sujeito pode aludir.

Desde a publicação de seu livro sobre as afasias, Freud introduziu uma idéia fundamental na psicanálise, que é a noção de *escritura psíquica*. É necessário compreendermos este conceito, pois ele está presente em todas as etapas da investigação, embora, como já sabemos, seja de especial relevância quando pretendemos circunscrever o objeto de pesquisa. Naquele livro, Freud (1891b/1977) postula que as representações são um conjunto de traços, sendo que estes provêm de uma impressão. A impressão é o próprio acontecimento; após a impressão, o que fica retido na memória são os traços resultantes dessa impressão, que Freud irá chamar de traços mnêmicos.

Na carta de 06 de dezembro de 1896 enviada a Wilhelm Fliess, Freud (1950a/1987) apresenta pela primeira vez de forma explícita o conceito de aparelho psíquico (no modelo de sua primeira tópica) e segue desenvolvendo a noção de escritura psíquica. Ela configura-se através da idéia de retranscrição (*Umschrift*). Vejamos um fragmento:

[...] Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas relações¹² – a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações. Postulei a existência de um tipo parecido de rearranjo (Afasia), há algum tempo, para as vias [*Bahnen*] que vão da periferia [do corpo para o córtex] (p. 254).

¹¹ É interessante ressaltar que Freud vai construindo os dispositivos metodológicos para a pesquisa psicanalítica através do mesmo método.

¹² Na carta 52 da Edição Standard Brasileira (ESB) temos a expressão “rearranjo segundo novas circunstâncias” (p. 254), mas no texto original temos “rearranjo segundo novas relações (*Beziehungen*)” (Masson, 1986, p. 217).

Assim, é possível perceber que, desde os primeiros escritos, Freud propõe a hipótese de um aparelho de memória, composto por traços mnêmicos, ou seja, registros, cuja organização através de certas relações (linguagem) produziria uma representação (*Vorstellung*). A retranscrição ocorre quando novos registros se impõem e um reordenamento se faz necessário, através de novas relações, inibindo o nexos anterior. Essa é, brevemente, a noção de escritura psíquica.

Ao longo da obra freudiana, o conceito de Inconsciente sempre estará perpassado pelo conceito de representação¹³. Isso não significa que o Inconsciente possa vir a ser conhecido na totalidade de seu conteúdo. O Inconsciente, enquanto recalçado originário, jamais se tornará consciente, como ocorre quando alguém descobre a chave do cofre, abre, e lá está! Não há fim nem começo nessa escritura; portanto, a psicanálise não pode ser comparada a uma espécie de arqueologia, na qual há uma tentativa de reconstrução ou de junção de fragmentos de algo que um dia existiu de fato¹⁴.

O trabalho com a representação oferece espaço para um novo ordenamento do pulsional. A abertura do Inconsciente, que observamos, por exemplo, através do lapso de linguagem que ocorre na situação psicanalítica de tratamento, permite a emergência do excesso pulsional, que surge como um paradoxo, como algo incompreensível. Neste momento é possível que se faça um trabalho de associação de palavras, sendo que o analisante coloca-se de frente para o próprio excesso pulsional que pode ser, ou não, representado. Esse é o convite da psicanálise, colocar-se frente a frente com os próprios excessos, com os confins da subjetividade, com a experiência do sem sentido, e, assim, palavras novas podem surgir, podendo trazer como efeito, já no momento do fechamento do Inconsciente, um novo sentido.

Freud é muito claro ao explicar essa questão através da obra de arte. Em “O Moisés de Michelangelo” (1914b/1987), ele expõe a discussão sobre os detalhes da escultura e ressalta a função do pormenor na produção de um outro sentido ainda não elucidado dessa obra. Para tanto, reproduz as diversas descrições realizadas por diferentes escritores e críticos de arte, e,

¹³ A questão do aspecto pulsional na psicanálise e sua relação com o registro de memória da representação será abordada no decorrer desta pesquisa.

¹⁴ O objetivo da psicanálise não é exclusivamente da ordem da reminiscência, na qual se busca um sentido último para as coisas.

conforme a percepção dos detalhes da estátua de Moisés por parte de cada um (incluindo a não-observação de alguns pormenores), modifica-se a interpretação daquilo a que a obra estaria aludindo. E, ainda nesse mesmo artigo, Freud faz uma referência a um conhecedor de arte que teria feito uma revolução nas galerias de arte da Europa colocando em questão a autoria de muitos quadros. A distinção entre originais e cópias não resultaria de características principais do quadro, mas precisamente dos detalhes de menor importância, como o desenho do lóbulo da orelha, das unhas, de auréolas, que cada artista executa de forma própria. Sobre esse método Freud (1914b/1987) comenta:

Parece-me que seu método de investigação tem estreita relação com a técnica da psicanálise que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou não-observados, do monte de lixo, por assim dizer, de nossas observações (pp. 264 - 265).

No método de pesquisa psicanalítica, os detalhes, ou, como formula Freud, “os aspectos menosprezados ou não-observados”, são precisamente representações que possibilitarão um reordenamento para as representações seguintes¹⁵. O detalhe na clínica psicanalítica pode ser uma palavra que se repete, um lapso, um trocadilho, um equívoco, ou ainda o pormenor pode vir de uma pausa ou de uma manifestação afetiva, e pode ser tomado como uma formação do Inconsciente. Queremos ressaltar a importância da configuração da situação psicanalítica de tratamento para que se possa fazer uma circunscrição precisa do objeto de pesquisa, ou seja, quando, de um lado, temos o analisante em posição de pesquisa ao associar livremente e, de outro, temos o analista em posição de direção do tratamento ao escutar através da atenção livremente flutuante¹⁶, é possível circunscrever esse dado.

Até agora abordamos a questão do nascimento da pesquisa psicanalítica enquanto método de investigação e definimos e caracterizamos seu campo e objeto. O leitor pode estar indagando-se a respeito de como, hoje, passados cem anos da invenção da psicanálise, o pesquisador psicanalítico realiza sua pesquisa. Da mesma forma que Freud? Os conceitos

¹⁵ No caso da interpretação da estátua de Moisés, um dos detalhes que Freud enfocou foi a posição da mão direita de Moisés em sua barba; conforme a observação ou não desse detalhe por parte dos críticos, a interpretação da obra se transforma radicalmente; por exemplo, de “cansado e cheio de preocupações” para “em momento de explosão de cólera”. Todo o artigo é recheado por uma constante mudança de direção do sentido implícito da obra, variando conforme a inclusão dos pormenores.

¹⁶ Esse conceito será abordado nos parágrafos seguintes.

desenvolvidos ao longo da teoria freudiana são utilizados? Quais são os instrumentos e procedimentos de coleta de dados a serem adotados e a meta a ser alcançada nesta pesquisa?

Para respondermos a essas perguntas, faremos uma descrição de todos os passos da pesquisa, de forma esquemática, com o intuito de facilitar a compreensão do leitor, sem mutilar ou omitir os conceitos essenciais para a realização desta investigação. O pesquisador psicanalítico deve atravessar três momentos distintos, os quais farão parte, de forma unificada, dos resultados da pesquisa. São eles: a situação psicanalítica de tratamento (spt), a situação psicanalítica da direção do tratamento (spdt) e a situação psicanalítica de pesquisa (spp) (Caon, 1994).

Faremos uma breve referência ao conceito de transferência, pois este nos ajudará a entender de forma mais profunda a natureza da pesquisa em questão. Logo em seguida passaremos à descrição do primeiro momento da investigação.

A transferência é um processo que ocorre na clínica e pode ter duas explicações. A primeira seria o retrato daquilo que se pode observar durante o tratamento, isto é, a transferência é um direcionamento das intensidades afetivas que correspondem às vivências do passado do paciente para o presente, mais precisamente, em relação ao analista.

A outra explicação é metapsicológica e define a transferência como um direcionamento do *quantum* de energia ligada a uma representação-coisa, recalçada, em direção a uma representação-palavra pré-consciente, com a qual mantém um tipo de relação associativa (contigüidade, semelhança ou oposição) desconhecida pelo eu pré-consciente¹⁷. Portanto, ocorre uma “junção”, um tanto inusitada, entre o *quantum* de energia correspondente à representação-coisa recalçada e as representações-objeto da vida atual pré-consciente da pessoa. Assim, o fenômeno da transferência atualiza os protótipos da infância através da intensidade de afeto com que se revivem as cenas infantis, sem as recordar, propriamente, através da memória consciente.

¹⁷ Os conceitos de representação-coisa, representação-palavra e representação-objeto estão desenvolvidos nos artigos metapsicológicos de Freud (1915c/1974, 1915d/1974, 1915e/1974).

Tendo em mente o conceito de transferência, vamos ao primeiro momento da pesquisa psicanalítica. Ele acontece quando o pesquisador psicanalítico realiza a pesquisa do Inconsciente, reclinado sobre o divã, fundando sua experiência analítica e imerso no amor transferencial¹⁸. É necessário ressaltar que essa experiência é a *fundação* da pesquisa psicanalítica, pois é nesta etapa que seus alicerces são lançados.

Através da análise pessoal, o pesquisador psicanalítico, em transferência e seus desmembramentos, vive uma “experiência” no sentido que a língua alemã nos oferece como *Erfahrung*; esta expressão indica um processo que comporta uma vivência (*Erlebnis*) que possibilitou o surgimento de um aprendizado. Quando uma experiência contempla uma vivência que promove um aprendizado e resulta em um saber, a língua alemã a denomina *Erfahrung* (Laplanche, 1992). Neste primeiro momento, o pesquisador está no lugar de paciente, vivendo a pesquisa psicanalítica por excelência. Essa é a situação psicanalítica de tratamento (spt).

Para compreendermos melhor o momento seguinte desta investigação, definiremos sucintamente os termos “atenção livremente flutuante” e “associação livre”. O primeiro é a postura que o psicanalista deve tomar durante as sessões de análise: estar aberto de forma parelha a todas as direções de suas percepções, sem privilegiar nenhuma. O segundo é a regra técnica fundamental do tratamento psicanalítico: o paciente deve falar todas as ocorrências que lhe surgirem à mente, sem se preocupar se tais ocorrências têm um sentido evidente de associação e sem as censurar.

O segundo momento da pesquisa acontece quando o pesquisador psicanalítico está no lugar do psicanalista. Agora o analisante é o pesquisador do Inconsciente, e o psicanalista apenas dirige as pesquisas do paciente, através da escuta de atenção livremente flutuante. O analisante, através da associação livre e em transferência, é quem faz a pesquisa de sua vida, no momento da análise. No entanto, o psicanalista de maneira nenhuma está distanciado dessa experiência. Isto deve ser entendido de forma literal, pois a pesquisa que o analisante realiza está em íntima conexão com o desejo do analista, ou seja, o analista carrega uma suposição a

¹⁸ Lacan (1988) introduziu uma nova perspectiva no conceito de transferência, quando ao afirmar que a condição do amor de transferência parte de uma suposição: aquele a quem se supõe saber, se ama. O analisante confere ao analista um saber sobre o saber que não se sabe.

respeito do paciente, faz hipóteses a seu respeito. Está imerso sob a transferência e a *Erfahrung*. Essa é a situação psicanalítica de direção do tratamento (spdt).

A situação psicanalítica de tratamento (spt), como vimos acima, irá servir de modelo para o terceiro momento desta investigação: a situação psicanalítica de pesquisa (spp). É preciso ressaltar que a situação psicanalítica de tratamento é *modelo* para a situação psicanalítica de pesquisa. Então, na spt o paciente elege um analista, com o qual estabelecerá uma relação transferencial e realizará a pesquisa do Inconsciente. Do mesmo modo, no momento da situação psicanalítica de pesquisa o pesquisador psicanalítico elegerá alguém (uma ou mais pessoas) com o qual fará uma interlocução a respeito dos dados coletados na própria clínica (na spdt), e a transferência entre ambos será articulada *refundando* a experiência de análise do pesquisador, da época em que era analisante (Caon, 1994). O pesquisador psicanalítico é, portanto, o primeiro sujeito de sua pesquisa, o que não dispensa os demais participantes dessa investigação.

A genialidade de Freud está em ele haver compreendido que, para apreender as causas secretas que movem um ser, que movem esse outro que sofre e a quem escutamos, é preciso, primeiro e acima de tudo, descobrir essas causas em si mesmo, voltar a si... (Nasio, 1999, p. 12).

O pesquisador psicanalítico elege uma outra pessoa para fazer a interlocução de seus dados. Essa pessoa pode ser o supervisor (Fédida, 1992) ou, como queiram, o orientador. Pode ser também, e preferencialmente, um grupo seletivo de pessoas (*Publikum*) que servirá de audiência comentadora, nada indulgente, a qual terá acesso à retranscrição do pesquisador psicanalítico, antes que esta se torne um texto passível de ser publicado¹⁹.

Esse grupo deve ser formado por pessoas que tenham experiência e formação psicanalíticas. A partir das experiências individuais de cada membro do grupo e através dessa interlocução, será possível refundar tal experiência, resultando na produção do texto metapsicológico (Caon, 1996c). A relação do pesquisador psicanalítico com essa audiência crítica permitirá a construção do trabalho metapsicológico da pesquisa. Para esta pesquisa, o grupo seletivo de pessoas foi composto pelo Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens do

¹⁹ A questão das alteridades será desenvolvida para além do que já foi exposto na etapa desta pesquisa intitulada “Método”.

Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, pela análise de supervisão, pelo Cartel de Escrita Psicanalítica e pela Banca Examinadora do projeto desta pesquisa.

Esse outro a quem se destinou o texto *in statu nascendi*, que costumamos chamar de alteridade, deve ocupar “o lugar de sujeito suposto saber sem perturbar o saber dum sujeito assujeitado que se debate contra o saber que o constitui e o determina” (Caon, 1994, p. 165). É importante frisar que tanto a eleição da alteridade como as eleições do analista, ou da questão de pesquisa a ser investigada, são, todas elas, permeadas pela transferência (por essa paixão, padecimento), pela expressão do Inconsciente.

O instrumento utilizado neste tipo de investigação é, portanto, a transferência²⁰ que ocorrerá nos três momentos. Na spt, a transferência com o analista é identificada e dissolvida a fim de que o paciente se desprenda de seus modelos infantis, o que resulta em promover a emancipação deste através da abertura de seu desejo.

Na spdt, a transferência é o instrumento a partir do qual se poderá, através da atenção livremente flutuante e da associação livre por parte do paciente, coletar os dados da pesquisa. “[...] não *podemos ver, escutar, auscultar, acompanhar* uma sessão de psicanálise, pois a essência da técnica exclui qualquer terceiro. O psicanalista está destinado a não poder compartilhar com outrem o ato psicanalítico da situação psicanalítica de cura” (Caon, 1997, p. 120). O terceiro a quem o autor se refere seria um outro pesquisador ou observador, cuja função seria de auxiliar na coleta dos dados, função esta muito freqüente em outras modalidades de pesquisa. A exclusão da terceira pessoa na relação analítica não confere a esta relação um caráter dual, pois sabemos que de ambas as partes estão implicadas algumas gerações. Vale ressaltar que a situação psicanalítica de cura postulada por Caon (1997) envolve os dois primeiros momentos da pesquisa psicanalítica – a spt e a spdt.

O que é possível fazer no momento da situação psicanalítica de pesquisa é comunicar a experiência analítica, mas quem sofre a transferência e dirige o tratamento para que o analisante possa transformar sua vivência de análise em *Erfahrung* é exclusivamente o

²⁰ A transferência é o instrumento essencial para a pesquisa psicanalítica, isto é, qualquer que seja a ferramenta de coleta de dados, esta deve estar dirigida pela transferência. Nesta pesquisa foi utilizada a retranscrição como ferramenta.

analista. “A genialidade (de Freud) não reside, pois, no desejo de desvendar um enigma, mas em emprestar o próprio eu a esse desejo; em fazer de nosso eu o instrumento capaz de se aproximar da origem velada do sofrimento daquele que fala” (Nasio, 1999, p. 12).

Por fim, na spp, a transferência com a alteridade é instrumentalizada, para que se possam produzir, através do exame das retranscrições do material coletado em spdt, novos sentidos, sentidos esses que contemplem uma metapsicologia. Portanto, os dados coletados não são relatos de sessão que buscam uma uniformidade na história clínica do paciente; a busca é de que a retranscrição do pesquisador para a alteridade possibilite a *refundação da experiência de análise* do pesquisador universitário (Caon, 1996c), o qual estará novamente de frente para os confins da subjetividade. O pesquisador e a alteridade farão o trabalho de produção de novas ligações (*Bindungen*) e novos trilhamentos (*Bahnen*) das palavras enunciadas neste momento, sendo esse trabalho viável apenas na relação transferencial.

A ênfase que imprimimos ao atravessamento da transferência nos três momentos da investigação é proposital, visando deixar claro que somente dessa forma obteremos o resultado da pesquisa: um ensaio metapsicológico. É necessário ressaltar que o alvo, o objetivo ou, se preferirmos, a meta a ser alcançada por esta pesquisa é o ensaio metapsicológico.

O ensaio metapsicológico pretende a renovação, ou a reformulação, ou ainda o redimensionamento de um aspecto do campo metapsicológico já conquistado por pesquisadores anteriores, para que se possam introduzir novos conceitos no campo psicanalítico. Esse resultado não consiste em citar teorias para validar suas aplicações empíricas. O objetivo da pesquisa psicanalítica não é fazer inferências generalizadoras para determinadas populações; o resultado da pesquisa, que deve ser um ensaio metapsicológico, se conquista quando o pesquisador, através de sua prática clínica e durante a situação psicanalítica de pesquisa, põe à prova conceitos já existentes, tal qual fazia Freud, e, com isso pode vir a oferecer à comunidade psicanalítica um novo dispositivo no campo metapsicológico.

A forma ensaística se constitui pela inconclusividade. Remetemo-nos a uma passagem do texto de Adorno (1974) “O Ensaio enquanto forma”, no qual este pensador da Escola de Frankfurt aponta, entre muitas outras coisas, que o ensaio se constitui “como uma formação

nem completa nem exaustiva do tema, mas que através da auto-reflexão vai avançando até o infinito” (p. 180). Em outra passagem ele afirma:

O ensaio não compartilha a regra do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz Spinoza, a ordem das coisas seria a mesma que a das idéias. Já que a ordem sem lacunas dos conceitos não se identifica com o ente, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva (p. 174).

A metapsicologia se constrói em etapas. Primeiro, temos a experiência clínica que nos fornecerá uma impressão, que pode vir sob a forma de uma questão não explicada, um paradoxo; depois, já afastados desta experiência, formulamos ficções teóricas, hipóteses que trazem no seu cerne um caminho já percorrido²¹. Tais hipóteses podem nos servir de modelo explicativo para a impressão inicial colhida na clínica, muito embora somente depois de sucessivas referências a esse material. Por fim, essa formulação pode vir a transformar tanto a experiência passada quanto a forma de pesquisar do psicanalista em situações futuras. A situação futura, por sua vez, oferecerá uma nova impressão que moverá o psicanalista a formular novas ficções teóricas que transformarão a anterior e assim por diante. Conforme Caon (1996a), “a metapsicologia, que é a teoria do conhecimento especial e exclusiva da psicanálise, procede de fragmento em fragmento, deixando restos insolucionados; portanto, procede de rompimento em rompimento” (p. 71).

Pesquisa psicanalítica é pesquisa metapsicológica. Em uma das cartas que Freud envia a Ferenczi ele menciona que a metapsicologia é a sucessão de um jogo audacioso da fantasia e de uma crítica impiedosa em nome da realidade (Freud & Ferenczi, 1994). O pesquisador psicanalítico trabalha debruçado sobre formulações acerca dos constituintes da subjetividade humana: o desejo, o corpo erógeno, o outro sexo, a morte, a realidade, a função paterna, a função materna, entre outros. É essencialmente um trabalho de ligação de representações do pesquisador na direção de novos modelos explicativos para a subjetividade.

A psicanálise [...] ocupa-se do amor e do ódio, do desejo e da lei, dos sofrimentos e do prazer, de nossos atos de fala, nossos sonhos e nossas fantasias [...] coisas eternamente atuais. Ocupa-se delas não apenas por meio

²¹ Esse caminho já percorrido é, como nos ensina Freud (1915c/1974), a bagagem de experiência que já possuímos. Em suas palavras: “Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações” (p. 137).

de um pensamento abstrato, mas através da experiência humana de uma relação concreta entre dois parceiros, analista e analisando, em interação permanente (Nasio, 1999, p. 11).

De fato são dois parceiros na experiência analítica, contudo trazem uma legião invisível (mas legível) junto com eles. Foi a partir dessa formulação metodológica que, por exemplo, Aulagnier (1996) nos presenteou com a invenção do conceito de “violência primária” e Winnicott (1979), com o conceito de “objeto transicional”. Este último conceito oferece-nos tamanha legibilidade para expressar um padecimento humano, que passou a ser utilizado também em outras disciplinas.

Após essa explanação podemos dizer, certos de que nos faremos entender, que esta pesquisa foi desenvolvida sob o ponto de vista da autora deste trabalho, que é uma pesquisadora psicanalítica e, portanto, ofereceu uma ótica particular, a qual conteve uma certa omissão e uma certa distorção, cabendo-lhe, dessa forma, uma direção singular e, ainda assim, não oferecendo a precisão de um cirurgião nem o impacto estético do belo.

1.4 MÉTODO

A sistematização a seguir é complementar ao que já desenvolvemos acima. Esta especificação é necessária para clarear os aspectos específicos desta pesquisa, expondo, precisamente, os participantes da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados, os instrumentos e discussão dos resultados.

1.4.1 Participantes da pesquisa

Para elucidar esta questão foi desenvolvida, no Cartel de Escrita Psicanalítica, uma sistematização na qual contemplamos a abordagem de todos os participantes da pesquisa, bem como suas funções nas diferentes etapas desta investigação. Desta forma, podemos dizer que os participantes da pesquisa são o pesquisador psicanalítico, ou seja, a autora do presente trabalho, o material clínico colhido na situação psicanalítica de direção de tratamento e as alteridades envolvidas nesse processo de pesquisa.

O pesquisador psicanalítico

Quando afirmamos que um dos participantes da pesquisa psicanalítica é a autora da presente tese, queremos marcar a diferença existente entre este método e o das demais pesquisas, por exemplo, a psicométrica. Nesta última almeja-se que o pesquisador adote uma posição de neutralidade, ou seja, pressupõe-se que o que este colheu como dado de pesquisa seria colhido por qualquer outro com igual forma e conteúdo, pois a pessoa do pesquisador não influi na pesquisa nem a altera. Sabemos que existe uma grande discussão na comunidade universitária relativa ao alcance desse pressuposto, mas, neste momento, o que queremos ressaltar é a posição do pesquisador na pesquisa psicanalítica.

A participação do pesquisador psicanalítico na sua pesquisa é desvelada desde a escolha do tema a ser investigado, pois se trata de algo que restou da própria situação psicanalítica de tratamento, algo relativo aos constituintes da subjetividade humana²², e que ressurgiu no momento em que ele está concentrado no trabalho de direção de tratamentos (na própria clínica); desta forma, a escolha do tema de pesquisa parte da singularidade de cada pesquisador suscitada por uma atualidade da clínica.

A participação do pesquisador psicanalítico fica evidenciada, também, em todas as etapas da investigação, pois o pesquisador se mune do instrumento fundamental desta pesquisa, que é a transferência, marcando mais uma vez seu caráter singular. E, por fim, podemos ressaltar a participação do pesquisador na circunscrição do objeto de pesquisa, pois este surge, essencialmente, na produção de linguagem, através da captura de sentidos que podem advir dessa produção. Assim, podemos dizer que, para esta tese, a circunstância de o pesquisador ser um dos participantes da pesquisa constitui uma condição.

Para esta pesquisa, a autora elegeu como tema a operação de inscrição psíquica e sua relação com a percepção, com o conceito de transitivismo e a possibilidade de sua ocorrência durante a situação psicanalítica de tratamento. Esta eleição, como já apontamos anteriormente, é fruto de um casamento entre a experiência de análise pessoal da autora, a teoria psicanalítica e os impasses que surgiram na clínica.

²² Como sabemos, os constituintes da subjetividade humana nos impelem a operar formulações sem cessar; são aquelas questões nas quais nenhuma resposta é definitiva. O desejo, o corpo erógeno, o outro sexo, a diferença, a morte, a função paterna e a função materna são alguns exemplos do que nos constitui.

Material clínico

Escolhemos, propositalmente, designar o material clínico como participante da pesquisa para evidenciar que não tomamos os analisantes na totalidade de seus tratamentos, revelando suas histórias clínicas, como ocorre nas pesquisas psicológicas. Nestas, os dados anamnésicos fazem parte do corpo da pesquisa, assim como a descrição das sessões que ocorreram em um determinado período de tempo compõe a redação dela; é certo que essa descrição foi devidamente examinada, na etapa de análise dos dados, através de ferramentas metodológicas como a análise de discurso ou de conteúdo (Moura & Nikos, 2000/2001).

Na pesquisa psicanalítica, não utilizamos a estratégia metodológica do estudo de caso, embora a clínica psicanalítica, isto é, o exercício da direção de tratamentos, seja um dos eixos fundamentais para que o ensaio metapsicológico torne-se uma produção resultante de uma atualidade. Vale lembrar que, para a psicanálise, a teoria, a clínica e a pesquisa devem andar sempre de mãos dadas. Então, é uma atualidade da clínica que move o psicanalista diretor de tratamentos (aquele que trabalha na clínica cotidianamente) e o impulsiona a formular hipóteses metapsicológicas seguindo o método da pesquisa psicanalítica. No entanto, no momento da coleta de dados e também da escritura do caso construído, não estamos diante de um retrato do paciente, razão esta que nos motiva a não nomearmos o analisante como efetivamente um participante da pesquisa. Nas palavras de Caon (2000/2001):

A escritura do caso psicanalítico não representa nem retrata o paciente nem retrata seu mundo prévio ou seu mundo circundante. Assim, ela não é nem discurso psicológico nem discurso médico. Ela é ficção, invenção e teorização metapsicológica do pesquisador psicanalítico (p. 27).

O pesquisador psicanalítico, no momento da direção de tratamentos (spdt), sob o impacto transferencial, terá uma vivência (*Erlebnis*) singular com aquele analisante que está realizando a pesquisa de sua vida. Para o estudo de caso a teoria seria referencial suficiente. Todavia, para que o pesquisador psicanalítico possa, a partir desta vivência, construir um caso que contemple uma formulação metapsicológica, é necessário ingressar no terceiro momento da pesquisa, a situação psicanalítica de pesquisa (spp), onde um recorte, um detalhe, um fragmento da vivência de direção de tratamentos ressurgem durante a interlocução com as alteridades participantes deste processo.

Na presente pesquisa trabalhamos com a construção do caso Julia, utilizando o conjunto de associações da clínica da pesquisadora universitária que surgiram através da interlocução com as alteridades envolvidas no terceiro momento da pesquisa: a situação psicanalítica de pesquisa (spp). Como já foi exposto anteriormente, sabemos das dificuldades existentes no momento da eleição do material clínico para a pesquisa. Se tivéssemos escolhido um paciente previamente, tanto a pesquisa universitária quanto o tratamento estariam ameaçados de fracassar, em função de o analista impor seu desejo de pesquisar algo à situação psicanalítica de direção de tratamento. Sua escuta analítica correria o risco de perder a característica essencial dessa direção. A atenção do diretor do tratamento poderia deixar de ser flutuante, falhando na técnica.

Alteridades

Temos que ter em mente que a transferência é o eixo central da pesquisa. A eleição das alteridades da pesquisa é essencialmente atravessada por ela, pois o material que surgirá nesse processo se constituirá através de um modo de endereçamento. Queremos frisar que não se trata simplesmente de fazer uma opção entre as pessoas disponíveis para contribuir na confecção da pesquisa, mas trata-se da instrumentalização da transferência evidenciada na relação com a alteridade, para que a partir dessa relação produzam-se a construção do caso e o ensaio metapsicológico. A eleição, podemos assim dizer, das alteridades da pesquisa é determinada pela suposição, feita pelo pesquisador, de que no outro exista um saber capaz de possibilitar novas articulações para o problema de pesquisa. Esse conceito de suposição, desenvolvido por Bergès e Balbo (2001), quando articulam o jogo de posições da mãe e do bebê, serve-nos, neste momento, para elucidar o que é a instrumentalização da transferência, necessária para a construção do caso. A alteridade deve ser alvo da suposição de um saber por parte do pesquisador e vice-versa. Desse duplo investimento resulta que o pesquisador produz/redige a construção do caso que irá gerar o ensaio metapsicológico²³.

No processo de confecção da pesquisa ocorre a interlocução com a alteridade participante e também com a alteridade colaboradora. A alteridade participante é composta por aquelas pessoas que participam do processo diário de confecção da pesquisa e oferecem sua crítica

²³ O conceito de suposição desenvolvido por Bergès e Balbo (2001, 2002, 2003) será trabalhado a seguir no ensaio metapsicológico.

benfazeja ao autor promovendo as ressonâncias necessárias para a continuidade da escritura do texto. Para Caon (1996b), a alteridade é um grupo seletivo de pessoas, *Publikum*²⁴, que, como já referimos, servirá de audiência comentadora, a qual terá acesso à retranscrição do pesquisador psicanalítico antes que esta se torne um texto passível de ser publicado.

Esse grupo, como já mencionamos, deve ser formado por pessoas que tenham experiência e formação psicanalíticas. A relação do pesquisador psicanalítico com essa audiência comentadora permitirá a construção do trabalho metapsicológico da pesquisa. Para a presente tese o grupo seletivo de pessoas foi composto pelo supervisor, pelo Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens do Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS e pelo Cartel de Escrita Psicanalítica.

A alteridade colaboradora é, também, composta por um grupo seletivo de pessoas com experiência e formação psicanalíticas. Embora esta alteridade não participe da confecção diária da pesquisa, sua contribuição ocorrerá no exame da redação da pesquisa antes de sua publicação. Essa alteridade colaboradora é a Banca Examinadora.

Por fim, podemos mencionar mais uma alteridade, que chamaremos de público anônimo, *Öffentlichkeit* (Caon, 1996b), composta pela comunidade psicanalítica, a qual terá acesso ao texto metapsicológico publicado, e, assim, estará sendo finalizada a meta da pesquisa psicanalítica. Através da publicação do ensaio metapsicológico, o pesquisador alcança o objetivo de oferecer um novo dispositivo no campo metapsicológico que pode ampliar a forma como os pesquisadores da comunidade psicanalítica irão se posicionar em relação às pesquisas a serem realizadas no futuro.

Para a confecção do projeto de tese se fez necessário o ingresso na situação psicanalítica de pesquisa, e contamos igualmente com a alteridade participante (o supervisor, o Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens e o Cartel de Escrita Psicanalítica). Para o exame do projeto gerador desta tese a autora contou, também, com a participação da alteridade colaboradora (a Banca Examinadora), que, certamente, ofereceu um novo direcionamento para a pesquisa.

²⁴ Palavra que tem origem no latim vulgar e significa o povo em comum, designando aqui aquele público específico e qualificado para determinado assunto. Quanto à acepção moderna do termo *Publikum*, cf. *DUDEN Fremdwörterbuch* (Muller, 1982, p. 636).

Posteriormente, iniciou-se um novo processo com a alteridade participante, o processo da confecção da tese, a partir das ressonâncias produzidas pela Banca Examinadora, as quais redimensionaram a situação psicanalítica de pesquisa.

1.4.2 Estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta dos dados

O método psicanalítico apresenta uma estratégia de pesquisa singular, composta por alguns dispositivos metodológicos que viabilizam a coleta e a análise dos dados. Esta pesquisa não comporta qualquer tipo de procedimento importado de outras disciplinas, mesmo porque não se faz necessário. Utilizar, por exemplo, o modelo do estudo de caso da psicologia, ou a análise do discurso da lingüística, ou ainda o tratamento estatístico tão necessário para a pesquisa quantitativa, seria amputar a pesquisa psicanalítica do que ela tem de essencial. Não queremos dizer com isso que os conceitos psicanalíticos não possam ser válidos para outras áreas de pesquisa, mas que a pesquisa psicanalítica contempla teoria e método próprios.

Os dispositivos metodológicos que integram o método da pesquisa psicanalítica são procedimentos técnicos necessários e utilizados na situação psicanalítica de direção do tratamento (spdt) e na situação psicanalítica de pesquisa (spp). Para realizar os procedimentos de coleta de dados foi indispensável a disponibilidade de material clínico da pesquisadora e que esta tivesse uma trajetória de análise pessoal (spt), a fim de que pudesse fazer a construção do caso na situação psicanalítica de pesquisa (spp).

Antes de passarmos para a descrição dos procedimentos de coleta de dados, vale lembrar que fracionar a pesquisa psicanalítica em três momentos distintos (spt, spdt e spp) objetiva oferecer maior clareza na exposição, posto que o trabalho de pesquisa psicanalítica envolve essencialmente representações. Deste modo, podemos dizer que a coleta de dados ocorre na segunda etapa da pesquisa, quando o pesquisador está na situação psicanalítica de direção do tratamento (spdt). Nessa hora, o pesquisador utiliza o dispositivo metodológico chamado “escuta dirigida pelo olhar” (Caon, 1996b).

A palavra “olhar” nessa formulação não se refere ao nosso aparato de percepção visual, mesmo porque, durante o tratamento analítico, analista e analisante comumente se situam fora

do campo da visão ao privilegiar o campo da palavra. O olhar que dirige essa escuta é aquele voltado para as imagens que surgem na mente do analista através das palavras proferidas pelo analisante. Essa imagem é da ordem da escritura psíquica, ou seja, traços da memória que se rearranjam, segundo novas relações, novas conexões. É um “texto psíquico”, por assim dizer, formado por imagens, estruturado como uma linguagem. Sobre esta forma singular de escuta comenta D’Agord (2000/2001):

Na escuta dos fragmentos ao acaso, fortuitamente animados sobre a sua própria cena psíquica, o analista produz uma atividade associativa mnêmica, e mesmo alucinatória e sensorial. Essa produção terá por função abrir um outro ponto de vista, uma outra percepção, sobre o relato ou história do paciente (p. 15).

Em seu livro “O olhar em psicanálise”, Nasio (1995) afirma que a formação visual que surge no analista, quando ele escuta o analisante, tem uma nitidez particular²⁵ e condensa de forma muito compacta a significação inconsciente do que ele escuta. Nasio chama isso de olhar inconsciente. Ocorre que o analista se coloca a escutar o paciente e, de repente, sem o comando deste, uma imagem se impõe. A imagem não representa as palavras, nem tampouco o sentido do que está sendo escutado; parece não ter nenhuma ligação com o que é dito, mas certamente está ligada à significação inconsciente do que se escuta, ou seja, essa imagem confere legibilidade às formações do Inconsciente que se produzem na relação analista-analisante.

Como o dispositivo metodológico utilizado para a coleta de dados consiste em um procedimento técnico que perpassou sucessivas sessões durante o tratamento, o leitor pode estar se indagando a respeito da forma como o pesquisador universitário selecionou os dados que compuseram a etapa seguinte da pesquisa. Digamos que aquilo que o pesquisador faz na situação psicanalítica de tratamento não é exatamente uma seleção, posto que ele, neste momento, já enfrentou algumas etapas desse processo, nas quais a coleta dos dados já vem se configurando.

O pesquisador psicanalítico já passou, enquanto analisante, pela situação psicanalítica de tratamento. Dela o pesquisador traz consigo o que restou, algo relativo aos constituintes

²⁵ Poderíamos relacionar essa nitidez da imagem que surge no analista com a imagem ultraclara referida por Freud em “Lembranças encobridoras” (1899a/1987).

humanos que, certamente, irá ressurgir no momento em que ele estiver concentrado no trabalho de direção de tratamentos. Na situação psicanalítica de direção de tratamentos, o psicanalista está em atenção flutuante e o analisante em associação livre. Neste momento o analista pode escutar as representações que retornam e retornam e retornam repetidas vezes, geralmente instaurando um paradoxo. Essa é a marca da atualidade do tema. Desta forma o pesquisador estará circunscrevendo o objeto de pesquisa e coletará, como nos ensina Freud (1914b), o monte de lixo. O paradoxo será investigado através das formações do Inconsciente que se apresentam como o detalhe, a palavra que se repete, o lapso, o trocadilho, o sonho, o equívoco, ou ainda uma pausa, uma manifestação afetiva, um silêncio, um hiato, etc. A coleta é, pois, feita pela *escuta dirigida pelo olhar* na situação psicanalítica de direção de tratamentos. A retranscrição desses dados na situação psicanalítica de pesquisa, quando o pesquisador está perante a alteridade, pode ser feita através da associação livre do pesquisador ou através de alguma anotação que este tenha realizado no segundo momento da pesquisa.

Então, depois de vivenciar a situação psicanalítica de direção de tratamento, o pesquisador leva tal situação, onde analista e analisante estavam implicados em suas representações e atravessados pela transferência, para iniciar um outro percurso de retranscrição, um outro ordenamento: a situação psicanalítica de pesquisa, a qual compõe a etapa de procedimentos de análise dos dados.

Para a realização desta pesquisa utilizamos os dados coletados na clínica psicanalítica da autora desta tese. Como já estamos finalizando a exposição da natureza desta pesquisa, podemos, com tranqüilidade, afirmar que não houve uma intenção de coletar, após a formulação do projeto, os dados para a pesquisa, pois tal desejo teria inviabilizado tanto o tratamento quanto esta pesquisa universitária. A coleta foi realizada em um primeiro momento investigativo, e, inclusive, a escolha do tema desta pesquisa está relacionada com o surgimento desses dados na clínica. O pesquisador psicanalítico monta seu projeto de pesquisa depois de colher os dados. Os dados, como já mencionamos, devem cair no colo do pesquisador universitário antes da formulação de sua pesquisa. No entanto, como a pesquisadora não interrompeu seu trabalho na clínica para redigir a pesquisa universitária, foi possível agregar novos dados, quando do surgimento destes.

A pesquisa psicanalítica propõe uma pesquisa metapsicológica. Para tanto, fizemos o trabalho de coleta na situação psicanalítica de direção do tratamento através da escuta dirigida

pelo olhar e o trabalho da análise dos dados através da alteridade durante a construção do caso. Sendo assim, podemos concluir que o instrumento para a coleta e análise dos dados utilizado nesta pesquisa foi a transferência, em direção ao caso e à alteridade, de forma que o pesquisador pudesse identificar na retranscrição do caso os significantes escandidos para poder produzir o ensaio metapsicológico.

Então, a transferência é instrumento essencial, pois sem ela a coleta perde seu caráter psicanalítico e perde seu elo com o pesquisador universitário, descaracterizando a pesquisa. Assim, podemos dizer que o pesquisador utiliza o procedimento técnico ou, se preferirmos, o dispositivo metodológico da escuta dirigida pelo olhar para efetuar a coleta dos dados. Esses dados surgirão por escrito ou por associação livre do pesquisador no momento da situação psicanalítica de pesquisa através da retranscrição direcionada à alteridade.

1.4.3 Procedimentos de análise dos dados coletados

Para a realização da análise dos dados, o pesquisador psicanalítico lança mão do método da construção do caso, com o propósito de iniciar o processo de produção do ensaio metapsicológico. Freud é o grande inspirador deste método, como podemos verificar em “O homem dos Lobos” (Caon, 2000/2001).

Sabemos que o objetivo do método da construção do caso na psicanálise é desenvolver, dentro da teoria, conceitos que suportem o problema levantado pelo caso. Para tanto, o objetivo deste método é fazer girar a teoria e o caso, juntamente com as alteridades envolvidas no processo, para que, deste movimento, surja uma nova contribuição que possibilite entender melhor as questões que aparecem no dia-a-dia da nossa clínica.

A partir do método da pesquisa psicanalítica, acrescido da formulação de Fédida (1992), foi possível alcançar de maneira frutífera a meta esperada por nossa pesquisa, sendo esta uma pesquisa metapsicológica. O que nesta tese é denominado de situação psicanalítica de pesquisa Fédida chama de análise de supervisão. Ele postula ser a situação de supervisão, bem como as elaborações realizadas neste momento, o instante em que se viabiliza a construção do caso na psicanálise. O momento da supervisão, em que ocorre uma primeira interlocução a

respeito dos dados, é, pois, anterior ao momento da construção do caso propriamente dito. “Sempre é preciso, e ainda em primeiro lugar, contar!” (Fédida, 1992, p. 234).

O ato de contar referido por Fédida (1992) aponta para a importância da retranscrição direcionada a alguém. Essa pessoa que servirá de interlocutor para o pesquisador aproxima-se da história do paciente e do pesquisador refundando a experiência de análise do pesquisador universitário; ali ele se depara com os confins da subjetividade. E, durante a leitura da retranscrição, novos sentidos podem surgir, movidos pelas impressões transferenciais do pesquisador e do supervisor. “É a análise de supervisão que é instauradora e constitutiva daquilo que se pode chamar um caso na psicanálise” (p. 31).

Fédida (1992) propõe os termos “supervisão” e “supervisor” para designar o que em nossa tese é o terceiro momento da pesquisa psicanalítica (a spp). A partir de seus artigos, podemos concluir que ele também postula, tal qual fazemos, que o pesquisador psicanalítico deve expor suas associações livres à alteridade convocada, fazer especulações metapsicológicas e escutar as retranscrições surgidas nessa etapa da pesquisa. De modo algum estamos perante uma situação exclusiva de aprendizagem de um conhecimento já definido e percorrido pelo supervisor.

Em um outro artigo publicado recentemente, Fédida (1999) reitera a importância da alteridade na construção do caso afirmando que o pesquisador deverá contar o caso, utilizando-se das imagens evocadas e colocadas em ação através do relato. Esta noção une-se ao método de pesquisa psicanalítica, especificamente na concepção de que a situação psicanalítica de pesquisa estrutura-se em um vínculo transferencial em direção a uma (ou mais de uma) alteridade em momento posterior à coleta de dados.

A alteridade é, portanto, o dispositivo metodológico para que se realize a análise dos dados coletados durante a construção do caso. A relação do pesquisador psicanalítico com essa audiência comentadora possibilitará a construção do trabalho metapsicológico da pesquisa. Esse trabalho é realizado, em transferência, através do que chamamos de perlaboração (*Durcharbeitung*). Hanns (1996) afirma que o verbo *durcharbeiten* expressa a idéia de trabalhar através de alguma tarefa; evoca um esforço prolongado despendido durante a realização de uma tarefa. Freud utiliza este termo quando se trata de trabalhar sobre os materiais fornecidos pela análise no sentido de vencer certas resistências. Assim, o

pesquisador juntamente com a alteridade realizarão o trabalho de perlaboração sobre as retranscrições trazidas pelo pesquisador, bem como as retranscrições produzidas neste momento da pesquisa. Inicia-se, então, o trabalho de leitura das retranscrições a fim de identificar os significantes escandidos.

É importante ressaltar que nesse momento da pesquisa ocorre a produção de algo que só pode se revelar nesta relação (entre este pesquisador e a alteridade escolhida); dito de outra forma, o trabalho de produção de imagens que ocorre em ambas as partes pressupõe que tanto o pesquisador quanto a alteridade convocada coloquem em cena suas hipóteses subjetivas e, portanto, imponham a esta pesquisa a marca do singular de cada participante.

Em *Transferência e interpretação*, Souza (1988) comenta que é preciso “saber ler para escutar” (p. 114). Os significantes escandidos são as condensações, os deslizos, os erros, os hiatos e tropeços revelados na leitura do que se escuta, leitura esta que desvela um novo sentido do que é dito. As ressonâncias desses novos sentidos no interior do pesquisador e da alteridade irão constituir os fundamentos da construção metapsicológica. Dessa forma, fica clara a participação da alteridade como dispositivo metodológico na situação de pesquisa psicanalítica.

Como sabemos, o caso na psicanálise não é uma seqüência de fatos históricos marcantes de um analisante, ou de sua doença. A construção do caso tem uma natureza ficcional, procurando estabelecer uma teoria em gérmen, da qual resultará um ensaio metapsicológico. Um caso é construído “pela figurabilidade do *texto teórico*” e “a partir de sua capacidade ficcional de produzir modelos *clínicamente* deformáveis e transformáveis” (Fédida, 1992, p. 234). Para a escritura da tese foi retomada a situação psicanalítica de pesquisa (spp) com o intuito de proceder na continuidade da análise dos dados.

Os procedimentos de análise dos dados estão direcionados à formulação de novos conceitos que se tornem úteis e coerentes para a comunidade psicanalítica. O leitor, que, neste momento, certamente já está familiarizado com a pesquisa psicanalítica, sabe que o resultado da pesquisa não é um dado de inferência generalizadora para a população, pois o objetivo desta pesquisa é a formulação de um ensaio metapsicológico, oferecendo um novo dispositivo no campo metapsicológico que possa ampliar a forma pela qual os pesquisadores da comunidade psicanalítica irão pesquisar (Iribarry, 2000).

O ensaio não tem um caráter conclusivo, de fechamento de uma questão ou de finalização de uma teoria. Não pretende prever ou controlar algum fenômeno. Os avanços propostos no encerramento da pesquisa psicanalítica devem encaminhar, através das articulações formuladas ao longo da investigação, um novo dispositivo conceitual para operar na clínica, ou seja, uma nova direção para futuras pesquisas, e também deve oferecer uma pertinência teórica para a comunidade psicanalítica.

CAPÍTULO II

O CASO JULIA

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O caso Julia que será apresentado a seguir traz no seu cerne a estrutura de um caso construído na psicanálise, conforme já definimos no primeiro capítulo. Desta forma, sabemos que a construção do caso na psicanálise não é uma tarefa simples e exige que o pesquisador cumpra as etapas requeridas nesse processo, sendo elas a análise pessoal (spt), a prática clínica (spdt) e a situação psicanalítica de pesquisa (spp), esta última envolvendo três momentos: a análise de supervisão, o Cartel de Escrita Psicanalítica e o Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens.

A clareza de todas as etapas desse processo de pesquisa permite ao leitor a compreensão antecipada de que o caso Julia é uma ficção construída a partir de diversos fragmentos da clínica da autora desta tese, que ressurgiram no momento da situação psicanalítica de pesquisa (spp), revelando a pergunta da pesquisa. Em outras palavras, poderíamos dizer que o caso Julia é uma resultante do material clínico que ressurgiu na mente da pesquisadora universitária quando estava imersa ou no processo de análise de supervisão, ou nos outros momentos da situação psicanalítica de pesquisa, ou ainda no momento da escrita do texto que compõe esta tese.

Como já sabemos, Julia não é uma paciente específica, tampouco os fragmentos de fala referidos ao longo do caso e do ensaio são de uma única analisante. No entanto, o caso Julia não é uma simples colagem de situações diversas em uma montagem aleatória; se assim fosse, não cumpriria com seu propósito principal de oferecer uma contribuição metapsicológica à comunidade psicanalítica. O caso Julia também não é uma ilustração clínica de alguma formulação teórica, isto é, a construção do caso Julia não teve como ponto de partida a teoria e, em um segundo momento, fragmentos da clínica ilustraram essa teoria. O caso Julia é resultante, precisamente, do efeito de situações que se repetiram na clínica da pesquisadora que instauraram um paradoxo, uma pergunta para ela. Tal questionamento não foi apressadamente obturado por respostas advindas da teoria, mas motivou, isto sim, a pesquisadora universitária a ingressar na situação psicanalítica de pesquisa e formular hipóteses metapsicológicas, trabalhar com as alteridades e produzir um ensaio metapsicológico. Sendo assim, a construção que vem a seguir é uma ficção.

2.2 JULIA

Das amplas janelas que cobriam a parede lateral da sala, podia-se enxergar quase toda a cidade de Porto Alegre em um de seus dias mais ensolarados; mas isso não tinha a menor importância para aquela mulher de casaco vermelho sentada na poltrona de couro, praticamente de costas para a paisagem. À sua frente, estava a analista que ela não conhecia.

Era o início de mais um tratamento. Julia não sabia direito por onde escolheria começar desta vez; sabia apenas que o início de todo aquele sofrimento, definitivamente, não estava no início cronológico de sua vida; de nada adiantaria começar por ali. Por onde começar? Enquanto fazia um esforço articulativo e da sua boca saíam palavras, pensava que sua vida era “normal”, trabalhava, não ganhava muito dinheiro, nem pouco, não era velha, nem nova, não tinha grandes compromissos, nem grandes projetos, não vivia sob grandes tragédias, nem grandes privilégios. Sofria e não sabia dizer o motivo.

Falou, falou, falou muitas letras, e durante muitos dias o ato de falar era mais imperativo do que o de compreender, tal qual um deságüe, como quem conta a mesma história muitas vezes, um esvaziamento. Até que foi percebendo que há muito tempo havia perdido “o fio da

meada” de sua vida, como se estivesse sofrendo uma amnésia do seu “si”, uma amnésia do que realmente lhe era próprio.

Olhou para traz e percebeu que sua história vinha sendo marcada, lembrada e vivida como um amontoado de fatos ordenados e regidos por uma lógica exterior, a qual cumpriu com a eficiência de um livro de psicologia do desenvolvimento. Recitava tais fatos para quem quisesse conhecê-la, simplesmente, porque eram esses seus referenciais até aquele momento. Sentia uma espécie de apego aos “acontecimentos”, pois acreditava que eles iriam lhe conferir um sentimento de referência em relação ao mundo; e, apesar desse esforço de recheiar sua vida, ela parecia vazia. Seus dias eram cheios de atividades, mas vazios de sentido.

Durante muito tempo, a única coisa que fazia sentido para ela era ir à análise. Sua vida parecia começar somente quando ingressava no elevador do prédio de sua analista, e, quando saía da sessão, a sensação de estar viva ia terminando. Ainda no elevador se perguntava se havia alguma coisa em sua vida que tivesse sido realmente relevante. Há muito tempo tinha percebido que não sentia alegria em sua vida, por mais que já soubesse que não iria conseguir arrumar toda a sua vida para, então, sentir-se feliz. Mas esse conhecimento também não fazia diferença. Desde que iniciara novamente sua análise uma pergunta a acompanhava: por que tinha tomado aquele caminho?

Essa experiência de análise ofereceu a Julia, pela primeira vez, a possibilidade de contar suas verdades embaralhadas e de perguntar-se sobre seu saber.

CAPÍTULO III

O ENSAIO: A INVENÇÃO DO MUNDO ATRAVÉS DO JOGO DE POSIÇÕES

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este ensaio tem como tema central a operação de inscrição psíquica como estruturante do sujeito. Trata-se de um ensaio sobre o registro psíquico, concebido a partir da noção freudiana de *ação específica (spezifische Aktion)* que desenvolvemos em sua relação com a percepção, com o conceito de transitivismo e a possibilidade de sua ocorrência na situação psicanalítica de tratamento. Este tema será abordado sob o enfoque da construção do caso visando uma especulação metapsicológica sobre o caso e alguns encaminhamentos para a situação psicanalítica de tratamento. Em outras palavras, examinaremos essa questão sob o vértice do caso construído que parece revelar algo referente a uma atualidade da clínica psicanalítica, ou seja, o caso Julia nos apresenta um paradoxo que poderia ser obturado por formulações metapsicológicas já exploradas, se não fosse a própria escuta psicanalítica a nos ensinar que analisante e analista, articuladas no eixo da transferência, podem construir um novo saber.

Clinicamente o paradoxo reside na forma peculiar com a qual esses analisantes formulam o que estão vivendo, ou seja, o paradoxo localiza-se entre as formulações do analisante sobre o que está vivendo e o que se configura na mente da analista como sendo seu mundo circundante. É precisamente a distância que reside entre um registro e outro que provoca um certo espanto, uma interrogação na pesquisadora universitária. De forma simplista, fique claro, poderíamos dizer que a analista se perguntou: o que se passa com a percepção de Julia?

Alguns conceitos psicanalíticos são desenvolvidos ao longo deste ensaio. Todavia, não pretendemos fazer uma revisão teórica exaustiva, posto que a natureza desta pesquisa traz no seu cerne aquilo que na clínica psicanalítica pode desacomodar nosso conhecimento teórico, para que possamos, como fruto dessa experiência, ampliar ou redimensionar algum aspecto da metapsicologia que venha a se tornar útil para futuras pesquisas. Neste sentido, iremos utilizar conceitos que julgamos ser de domínio do leitor para oferecer algumas formulações que são unicamente fruto de especulações que surgiram a partir da demanda clínica.

O objetivo deste ensaio gira em torno de explicitar qual a operação psíquica subjacente ao paradoxo vivido por Julia quando se mantinha paralisada em seu processo de subjetivação, apesar de seus esforços no sentido de fazer cessar a apatia.

O problema de pesquisa centrara-se sobre a percepção de Julia e suas possibilidades de registrar suas vivências. Como já mencionamos na apresentação desta pesquisa, a nossa hipótese de trabalho, inicialmente, era a de que poderia haver uma relação entre a ação de retificação que se opera na imagem-lembrança pela imagem-percepção e o investimento colateral de registros que o analisante promove durante a situação psicanalítica de tratamento. Desta forma, almejávamos formular que seria durante a situação psicanalítica de tratamento, que ocorreria a promoção do investimento colateral por parte do analisante, tornando viável a ampliação do processo de retificação da imagem-lembrança pela imagem-percepção do analisante. Assim supúnhamos que o analisante poderia discernir melhor o que está vivendo (percepção) do que já viveu (lembrança).

Certamente esse foi o início do caminho que percorremos, mas ao longo da pesquisa surgiram outras especulações metapsicológicas que nos levaram a articular outros conceitos, como o conceito de *Affekt*, de transitivismo e de forclusão do falo, de golpe de força, etc. Portanto nossas especulações tomaram um rumo inesperado, mas resultaram em uma formulação que julgamos ser interessante para dividir com a comunidade psicanalítica. Essa formulação localiza-se no último item de nossa pesquisa e intitula-se “O golpe de força na situação psicanalítica de tratamento”.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO, DA MEMÓRIA E DA LINGUAGEM

Julia é apenas mais uma daquelas pessoas que, se por acaso tivesse batido na porta de um psiquiatra clínico menos avisado, sairia acompanhada para sempre. Teria como sua companheira eterna uma caixa de fluoxetina, teria também uma etiqueta colada na própria testa dizendo “depressão endógena”, e todos os problemas estariam resolvidos; os do médico, diga-se. Com esse comentário não estamos tencionando fazer críticas estéreis, mas queremos assinalar que a questão deste ensaio reside em uma sutileza da clínica que empurra o profissional (psicólogo, psiquiatra ou psicanalista) para uma *sinuca de bico*; além disso, podemos observar que tais analisantes fazem uso de medicação antidepressiva com bastante frequência.

A *sinuca de bico* que mencionamos relaciona-se ao fato de que Julia não alucinava nem delirava, apresentava critério e conexão com a realidade externa, dormia bem, alimentava-se, fazia a higiene pessoal, estudava, trabalhava, tinha amigos, namorado e problemas comuns; não era desconfiada nem tinha medos excessivos, suas doenças físicas eram esporádicas e não vivia sob nenhuma compulsão ou ritual, nunca foi de sentir grandes euforias, nem tristezas incapacitantes; ou seja, em 15 minutos de consulta clínica, seria impossível capturá-la em uma patologia psicológica evidente. Julia só padecia daquela apatia silenciosa, não sentia alegria em viver. Mas ela não foi em busca de uma medicação; ela bateu, isto sim, na porta de uma psicanalista, estava disposta a falar.

Durante as entrevistas iniciais, a analista se pôs a perguntar a respeito do que moveu Julia a buscar tratamento mais uma vez. As primeiras sessões são sempre importantes nesse sentido, pois ali *se distribuem as cartas* do tratamento, analista e analisante são convocados nesta relação. O analisante mostra qual a hipótese que faz sobre o tratamento, enquanto o analista certamente formula uma. Neste sentido, o que chamou a atenção da analista foi o quanto a vida de Julia estava organizada, digamos, em seu aspecto formal. Estudava, trabalhava, tinha amigos, namorado, etc. Era como se tivesse construído todos os *instrumentos* para ter uma vida boa, mas essa construção não lhe garantiu uma vida boa, e isso era um paradoxo para Julia. Essa era a pergunta de Julia: por que não tinha uma vida boa, se

se esforçava para isso? Ela veio para o tratamento na busca de uma compreensão acerca deste paradoxo.

No decorrer dos primeiros meses de trabalho, pareceu à analista que a confusão de Julia residia entre o que lhe pertencia e o que era pertencente ao mundo. Seu dizer revelava que não estava conseguindo diferenciar um sentimento que julgasse como sendo próprio e legítimo de sentimentos que postulava, a partir de sua observação em relação aos outros, como sendo aquilo que deveria sentir. Seu olhar estava voltado para fora. Tomava sua percepção a respeito do sentimento dos outros como parâmetro de interpretação para as próprias emoções, e recitava essa lógica para si. “Estou em uma festa, os outros estão felizes, devo sentir felicidade”. Esse movimento psíquico parecia ser freqüente e necessário para a analisante.

Julia referia a necessidade de estar sempre com alguém que lhe servisse de balizador externo para sua vida, misturava as coisas que desejava viver com as coisas que estava vivendo: “Eu tenho essa síndrome de ficar colada nas pessoas, antes era na mãe, agora é no Dani”. Parecia pintar sua realidade com os pincéis de sua imaginação. Vivia em uma realidade retocada pela imaginação e acusava-se de não conseguir sentir prazer com aquilo que julgava estar vivendo, e dizia-se: “Querida muito me casar, agora estou casada, deveria estar feliz!”, mas seu casamento não passava de uma formalidade muito distante do que ela, timidamente, concebia como sendo um envolvimento conjugal.

Parecia haver uma confusão entre o que era seu e o que era dos outros, e tal confusão a impedia de identificar, dentro de si, quais eram as características que lhe pertenciam, os sentimentos que lhe eram genuínos. E constatava: “Quando namorei um maconheiro, eu fumava maconha, quando eu namorei um músico, eu saía todas as noites, quando eu namorei um colorado, eu virei colorada e ia a todos os jogos, e agora que casei com um empresário, eu só penso em dinheiro; sou um camaleão!”. Todas as coisas que lhe eram singulares pareciam, naquele momento, uma solidão aniquilante. Temia a distância, o distanciamento para com o mundo. As diferenças que evidentemente existiam entre Julia e o mundo eram sentidas como sinais de que algo estava errado com ela e que deveria corrigir ou esconder esse “defeito”.

Agora em análise, sentia ter perdido o “fio da meada” de sua vida, precisaria demarcar novamente o seu “si”²⁶.

Há, dessa forma, um primeiro ponto a ser examinado, o qual reside na questão da percepção e da memória, e que se reflete nas concepções do que é presente e passado, externo e interno, confusão essa muito evidente em Julia. Essa questão surgiu na mente da analista sob a forma transferencial. Durante a escuta analítica, o dizer da analisante gerou um choque na analista, tal qual gera um paradoxo. O choque se localizava entre o relato da analisante referente à sua realidade e a interpretação da analisante sobre sua realidade. Como se ali, entre o que a analista pôde registrar do que foi a vivência de Julia e a interpretação que a analisante fez do que viveu, tivesse “um tropeço”. Mais do que um tropeço, um hiato, produzido na escuta da analista, uma “rasteira”, como se a analista, em um determinado momento, tivesse “perdido o fio da meada” daquela escuta. Em situação psicanalítica de pesquisa, a analista passou a formular que havia algo que era da ordem da *antecipação* (Bergès e Balbo, 2001) na sua escuta, e, no momento em que ocorria a produção do dizer da analisante, um hiato se produzia entre a antecipação da analista e o dizer da analisante, resultando em um paradoxo para a analista. Pode parecer estranho, em um primeiro momento, falarmos em “antecipação na escuta do analista”; iremos desenvolver essa idéia em seguida.

A analista, ao trabalhar a questão do choque em situação psicanalítica de pesquisa, considerou que sempre há uma distorção entre a vivência e o que se pode registrar da vivência. A noção de *das Ding* já está presente no manuscrito de Freud, o Projeto de 1895, e marca sua crença na noção de que a exterioridade é inapreensível e, portanto, que o registro tem seu caráter de engano desde o começo. É assustador quando nos deparamos com a idéia de que, de fato, só existe uma realidade, a psíquica (*psychische Realität*). O engano é só o que temos, e com ele trabalhamos. É precisamente neste limite entre a exterioridade e o psíquico que se situa nossa pesquisa.

²⁶ A palavra “si” pode remeter a Winnicott (1988), que desenvolveu a idéia da constituição do *self* e falso *self*. Ele traz a imagem da mãe que olha o bebê, o segura nos braços, e este contempla sua face. O autor aponta a importância de que esta mãe esteja realmente olhando para este ser pequenino, único, indefeso, e não projetando suas expectativas e medos. A diferença de efeito entre uma situação e outra seria que, na primeira, a criança se encontraria refletida na face da mãe, e, na segunda, encontraria a necessidade da mãe, ficando sem espelho, o que pode vir a procurar por toda a vida. Não trabalharemos com esta vertente teórica nesta tese por julgarmos apresentar algumas divergências em relação aos autores elencados para a confecção deste trabalho.

Dessa forma, vale ainda marcar que não julgamos nossa percepção acerca do mundo mais fiel à realidade do que a percepção de Julia. Talvez tivéssemos que perguntar: qual realidade? Da analista? Ou de Julia? É precisamente esta questão que iremos desenvolver; não há por que se apressar.

Aquilo que o analisante fala é relativo a um registro mnêmico, portanto, interno, de uma formulação sobre algo que viveu ou fantasiou. Ao nos referirmos à possível confusão estabelecida por Julia entre o externo e o interno, o fora e o dentro, estamos querendo assinalar que, durante a escuta analítica, o dizer da analisante gerou espanto na analista ao comparar o relato da analisante referente à sua realidade e a interpretação da analisante sobre sua realidade. Vamos dar um exemplo elucidativo: “Nós temos uma excelente parceria, o meu casamento com o Dani nunca teve grandes conflitos.” Entretanto, o dizer da analisante sobre seu dia-a-dia implica uma relação que demonstra não existir parceria. Ela não é escutada, seus sentimentos não são valorizados, suas questões pessoais são tomadas como sem importância por todos da família, inclusive pela própria analisante. Duas cenas ilustram o seu dizer:

Cena 1: Na primeira semana do meu casamento, era tipo quarta, chegou de noite e o Dani pegou a sacola dele e disse: ‘estou indo jogar carta’. Ele voltou de madrugada e eu fiz aquele escândalo, nesse dia ele disse pra mim: ‘A minha vida não vai mudar só porque eu me casei’, e depois disso foi sempre assim. De tempos em tempos eu me debulho em lágrimas e gritos com ele, e ele fica só me ouvindo, quando eu descarrego tudo, passa. A gente se entendeu. Eu entendi o jeito dele e ele o meu.

Ela fala em esperteza e jogo de cintura, mas a analista recebe um impacto transferencial de um sentimento de solidão, era como se, para Julia, ainda *não tivesse caído a ficha* sobre o que ela realmente estava vivendo.

Cena 2: Eu fui até o quintal e preguei uma placa de vende-se no jardim. Tá lá uma placa imensa, até ri, eu martelando aquela placa. Não agüento mais esperar pelo Dani. Desde que a gente construiu essa casa eu já queria vender. Não gosto dessa casa, ela não é minha e eu estou falando pro Dani que não quero mais morar ali.

Ela fala em tomar atitudes e adquirir independência, mas a analista recebe o impacto transferencial de um sentimento diverso do que ela expressa com suas palavras. A analista enxerga um desespero infantil.

Essas situações transferenciais colocaram a analista a observar o quanto ficava chocada frente a esses relatos, e lhe ocorria frente aos olhos a cena de sacudir a paciente e dizer: “O que há com contigo? Te dá conta?” Cena esta que foi devidamente censurada e abandonada (temporariamente). Naquele momento restou a analista se perguntar: onde está a parceria? Parecia não existir... Julia refere-se à parceria porque o marido assim qualifica a relação dos dois? Em um primeiro momento, a resposta a essa pergunta seria: sim, mas no decorrer da direção do tratamento, ocorreu à pesquisadora a possibilidade de que essa forma de interpretar sua vivência não fosse simplesmente, colar-se à opinião do próximo, de que isso fosse, quem sabe, somente a resultante ou o efeito de algo que se passava em seu funcionamento psíquico. Então uma outra formulação surgiu à pesquisadora: será que Julia, quando fala de parceria, fala de algo que não chegou a ter um caráter de inscrição (*Niederschrift*)? Como se ela não tivesse sido *marcada* pelas vivências emocionais de respeito, para com isso ter a noção de desrespeito; de parceria, para poder nomear a solidão. Desta forma, abordando a noção de inscrição, a pesquisadora universitária deu seguimento às suas formulações metapsicológicas.

À mente da analista surgiu a idéia de que inúmeras situações *passaram* por Julia, vivências de toda ordem percorreram sua vida, e ela lá estava, sem condições de capturar o que vivia, sem significar sua vida, como que estrangeira a sua exterioridade, estrangeira a seu corpo, pedindo emprestado ao próximo palavras para contar sua vida. Palavras vazias que não cumpriam a função de ligação pulsional.

O choque entre o que a analisante avaliou ser sua realidade e o que, através de seu dizer, configurou-se na analista como sendo a realidade da analisante gerou um paradoxo na pesquisadora universitária. Esse paradoxo moveu-nos a pensar: que tipo de construção psíquica se revela através de suas verbalizações? Ou seja, quais as condições psíquicas de que Julia dispunha para nomear o que estava vivendo e formular o que havia vivido? Nossa hipótese partiu de uma primeira idéia, a idéia de que Julia estava alienada de si mesma, alienada do próprio desejo, mantendo uma forma de relação especular²⁷ com o semelhante,

²⁷ Esta passagem faz alusão ao conceito de estádio do espelho, de Lacan (1988).

uma forma de relação que um dia foi necessária e constituinte, e terminou por se estratificar. No entanto, a alienação ao próprio desejo e a forma de relação que mantinha com o próximo refletiam algo relativo ao seu funcionamento psíquico, o qual iremos propor metapsicologicamente a seguir.

Especificamente queremos explicitar, através desta formulação, como entendemos que se funda o registro psíquico, para que se possa trabalhar a questão da percepção/alucinação, ou, se preferirmos, da identidade perceptiva e identidade de pensamento e articularmos ao conceito de retificação resultando em uma especulação metapsicológica sobre o paradoxo levantado pela pesquisadora universitária e que se revelou a partir do choque produzido na analista ao escutar o dizer de Julia relativo à sua percepção sobre as coisas que estava vivendo. Havia um hiato entre a percepção da analista frente ao relato de Julia sobre sua vida e o relato de Julia sobre a percepção de sua vida. Algo se passava nesta área que girava em torno da percepção, memória e retificação, e moveu a analista a prosseguir sua pesquisa.

A intenção deste desenvolvimento teórico não é explicitar os conceitos freudianos em toda a sua extensão, mas apenas situar o leitor especificamente dentro do que pretendemos abordar nesta tese de doutorado. Para tanto desenvolveremos uma das formulações freudianas de aparelho psíquico. A postulação de um aparato psíquico apresentada por Freud é fruto da tentativa de propor um modelo explicativo para o que ocorre com o sujeito na sua relação com o mundo e na sua relação com o próprio corpo. Em outras palavras, se tomamos como ponto de partida a idéia de que a exterioridade como um todo organizado é inapreensível, aquilo a que o ser humano pode ter acesso, tanto através memória quanto através da percepção, são apenas representações construídas e resultantes da relação do aparelho psíquico com outro aparelho psíquico, ambos estimulados pela exterioridade e pelo corpo. Assim, essa formulação sugere que, a partir das representações, *fabricamos* o mundo e, então, os “acontecimentos” só podem existir “dentro” das pessoas.

Podemos tentar avançar na questão da percepção perguntando: *o que de novo* pode ser capturado pelo aparato psíquico a cada nova vivência, considerando que este analisante é um ser humano adulto e fala? Ou seja, de que modo *o diferencial* da exterioridade pode ser capturado (seria demais dizer “inventado”?) e promover o processo de retificação entre a memória e percepção ou, se preferirmos, entre o passado e o presente?

Ao desenvolver essas questões, conseguiremos, talvez, aproximarmo-nos do paradoxo clínico levantado, que envolve uma primeira especulação: a de que Julia estava imersa em um universo psíquico empobrecido, como se sua vida psíquica estivesse “congelada”, resultando disso a impossibilidade de espantar-se com o novo e inventar o mundo, isto é, de se deixar marcar. Metapsicologicamente podemos localizar a nossa hipótese na idéia de que inúmeras vivências *passaram* por Julia, e seu aparato psíquico se encontrava sem condições de capturar o que vivia, o que resultou em passar sem dar significado a sua vida, como que estrangeira à sua exterioridade e a seu corpo. Trata-se de uma sutileza investigar de que modo Julia vinha inscrevendo sua realidade; e, portanto, implica que caminhemos passo a passo desde a inauguração das primeiras inscrições fundantes do aparato psíquico.

3.2.1 O aparelho psíquico

Poderíamos levantar a questão sobre se o aparelho desenvolvido no manuscrito de Freud (1950c[1895]1995) “Projeto para uma psicologia científica” é propriamente um aparelho psíquico. E talvez, antes de tudo, perguntarmo-nos: o que é, para a teoria freudiana, teoria com a qual estamos trabalhando, um aparelho psíquico? Para Freud, ele é um aparelho de memória e de linguagem. Nestes dois termos temos implicada a noção de escritura psíquica, ou seja, memória e linguagem indicam não somente marcas (*Prägung*), registros de algo, mas registros que ocorrem somente sob certas condições e se articulam sob certas leis²⁸. Desta forma, podemos dizer que, desde que Freud escreveu o livro sobre as afasias em 1891, quando ainda declarava estar interessado em formular um aparelho de linguagem, já estava presente ali a noção de que não se nasce com o aparelho psíquico, tal qual se nasce com o aparelho respiratório. O aparelho, nessa época ainda nomeado como aparelho de linguagem, é construído na relação com outros aparelhos de linguagem, e as idéias de associação de objeto e representação-palavra desenvolvidas neste livro contemplam a noção de memória como memória de traço e a noção de que a linguagem seria o operador estruturante deste aparato.

Quanto ao Projeto de 1895, temos a ênfase dada à memória. Neste sentido, compartilhamos a posição de Lacan (1991) quando comenta que o que Freud trabalha no *Projeto* reincide em todo o seu percurso posterior de pesquisa teórica e clínica: “O *Entwurf*

²⁸ A noção de intensidade que está implícita nessa definição será mencionada no item seguinte.

[*Projeto*] é extremamente revelador de uma espécie de embasamento da reflexão freudiana. Seu evidente parentesco com todas as formulações de sua experiência, que em seguida Freud foi levado a produzir, torna-o verdadeiramente precioso” (p. 48).

Nesse escrito, Freud afirma claramente que o aparato se constitui enquanto um aparato de memória. A noção de escritura já está presente, quando introduz os conceitos de investimento colateral (*Seitenbesetzung*), de trilhamento (*Bahnung*) e de ligação (*Bindung*), para afirmar que a memória não está relacionada à pura captação do mundo externo, mas a um trilhamento em ψ , ou seja, a memória, já nesta formulação, é considerada como constituída a partir dos caminhos facilitados em relação aos caminhos dificultados. Assim, ela passa a ser constituída pela diferença nos trilhamentos, o que implica uma “preferência de caminhos” (Freud, 1950c [1895]1995, p. 14). Além disso, nesta formulação a memória é concebida como sendo inconsciente e regida pelo princípio do prazer, isto é, ela não está a serviço da adaptação do organismo ao mundo, características que conferem originalidade à concepção de memória da época.

Quem está habituado com o texto do *Projeto* consegue observar, como diz Lacan (1991), que ao longo da obra de Freud ele retoma vários conceitos desenvolvidos nesse modelo. Para quem não está habituado com o *Projeto*, basta passar os olhos pelas notas do editor inglês, James Strachey, que, de forma fabulosa ao longo de toda a obra, nos oferece os *elos* entre os conceitos desenvolvidos no *Projeto* e os demais escritos freudianos. Julgamos excessivo reproduzir esse trabalho nesta tese, visto que já foi realizado pelo editor. Todavia, seria interessante ressaltar apenas um conceito deste modelo, pois, como veremos logo adiante, é um conceito que serve de trampolim para as especulações metapsicológicas deste ensaio. Trata-se do conceito de *ação específica*, que desenvolveremos detalhadamente mais adiante. Sobre o conceito de ação específica Lefèvre Pontalis comenta:

Quando Freud traça o esboço daquilo que pode representar o funcionamento normal do aparelho, ele fala, não de reação específica, mas de ação específica como o correspondente da satisfação. Há um grande sistema por trás dessa *spezifische Aktion*, pois justamente ela não pode corresponder senão ao objeto reachado. Esse é o fundamento do princípio da repetição em Freud... (apud Lacan, 1991, p. 56).

Julgamos essencial que o leitor tenha acesso à passagem do manuscrito de Freud onde ele aborda esse conceito. Reproduzimos a passagem de forma literal para que tenhamos

condições de apreciar exatamente os termos utilizados por Freud, termos esses que serão retomados ao longo da pesquisa. Passamos a palavra a Freud (1950c[1895]1995):

O preenchimento dos neurônios nucleares ψ terá como consequência um esforço de eliminação, uma *incitação* para obter alívio na direção do caminho motor. De acordo com a experiência, a via para a *alteração interna* (expressão de emoções, gritos, inervação vascular) é aquela em que inicialmente se entra. Mas toda essa eliminação, como exposto acima, não tem êxito em aliviar, pois a recepção do estímulo endógeno, no entanto, continua e restabelece a tensão em ψ . Aqui um cancelamento de estímulo só é possível através de uma inervação que, por um certo tempo, remova no interior do corpo a liberação de Q_n , e essa intervenção exige uma alteração no mundo externo (aprovisionamento de alimento, proximidade do objeto sexual) que, *enquanto ação específica*, só se pode efetuar a partir de determinados caminhos. O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial do ser humano é a *fonte originária* de todos os *motivos morais*. Se o indivíduo prestativo realizou o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este foi capaz, através de organizações reflexas, de executar sem demora o desempenho necessário no interior do seu corpo para cancelar o estímulo endógeno. Então, a totalidade apresenta uma *vivência de satisfação*, que tem as consequências mais decisivas para o desenvolvimento das funções do indivíduo. Ou seja, ocorrem três coisas no sistema ψ : 1. Realizou-se uma eliminação duradoura, e, dessa forma, dá-se fim à incitação que produzira em ω desprazer; 2. origina-se no manto a ocupação de um neurônio (ou de vários) que corresponde(m) à percepção de um objeto; 3. chegam em outros lugares do manto as notícias de eliminação devida ao movimento reflexo desencadeado que se segue à ação específica. Entre essas ocupações e os neurônios nucleares forma-se então uma facilitação. Assim, origina-se, através da vivência de satisfação, uma facilitação entre duas imagens recordativas e os neurônios nucleares que, no estado de incitação, são ocupados. Com a eliminação de satisfação, a Q_n também é, sem dúvida, retirada das imagens re[cordativas]. Com o reaparecimento do estado de *incitação* ou de *desejo*, a ocupação prossegue agora também para ambas as re[cordações] e anima-as. A imagem recordativa do objeto, certamente é a primeira a ser afetada pela *animação de desejo*. Não tenho dúvidas de que essa animação de desejo resulte em primeiro lugar no mesmo que a percepção, ou seja, em *alucinação*. Se em consequência disso a ação reflexa for iniciada, não há como faltar a desilusão (pp. 31-33).

O conceito proposto por Freud nos parece fecundo para abordar a operação de inscrição psíquica a qual pretendemos esmiuçar nesta pesquisa. Desta forma é conveniente, antes de passarmos para nossa formulação do aparato psíquico, abordar outros momentos em que aparece o conceito de ação específica na obra freudiana, para que o leitor possa visualizar essa formulação percorrendo a pesquisa de Freud:

Trinta e quatro anos depois de escrever o *Projeto*, em “O mal-estar na cultura”, ressurgiu o modelo que Freud (1930a/1974) originalmente articulou em 1895. Desta vez, enfatiza os estímulos provindos da fonte interna de estimulação, reafirma a idéia de comunicação entre mãe e bebê e nomeia a noção de ação específica através do termo “ação especial”.

Uma criança recém-nascida ainda não distingue o seu eu do mundo externo como fonte das sensações que fluem sobre ela. Aprende gradativamente a fazê-lo, reagindo a diversos estímulos. Ela deve ficar fortemente impressionada pelo fato de certas fontes de excitação, que posteriormente identificará como sendo os seus próprios órgãos corporais, poderem provê-la de sensações a qualquer momento, ao passo que, de tempos em tempos, outras fontes lhe fogem – entre as quais se destaca a mais desejada de todas, o seio da mãe –, só reaparecendo como resultado de seus gritos de socorro. Desse modo, pela primeira vez, o eu é contrastado por um “objeto”, sob a forma de algo que existe “exteriormente” e que só é forçado a surgir através de uma ação especial (Freud, 1930a/1974, p. 85).

Antes disso, em 1900, quando publicou “A interpretação de sonhos”, dedica um item do famoso capítulo 7 para explicar “Realização de desejos”, e, novamente, podemos entrever o *Projeto* naquelas linhas. O conceito ação específica surge sob o termo “auxílio externo”. Aparece também outra expressão típica do manuscrito de 1895, que é a “vivência de satisfação”, seguida pela descrição do que é essencial como resultante desta vivência. Vejamos literalmente:

As excitações produzidas pelas necessidades internas buscam descarga no movimento, que pode ser descrito como uma “modificação interna” ou uma “expressão emocional”. O bebê faminto grita ou dá pontapés, inerte. Mas a situação permanece inalterada, pois a excitação proveniente de uma necessidade interna não se deve a uma força que produza um impacto *momentâneo*, mas a uma força que está continuamente em ação. Só pode haver mudança quando, de uma maneira ou de outra (no caso do bebê, através do auxílio externo), chega-se a uma “vivência de satisfação” que põe fim ao estímulo interno. Um componente essencial dessa vivência de satisfação é uma percepção específica (a da nutrição, em nosso exemplo) cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. Em decorrência do vínculo assim estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo, e o caminho mais curto para essa realização é a via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo para um completo investimento da percepção. Nada nos impede de presumir que tenha havido um estado primitivo do aparelho psíquico em que esse caminho era realmente percorrido, isto é, em que o desejo terminava em alucinação (Freud, 1900a/1987, p. 516).

Em “Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada ‘Neurose de Angústia’” (Freud, 1895b[1894]), Freud ainda estava articulando a noção de *representante representação* (*Vorstellungsrepräsentanz*), na qual expõe, no seu cerne, a idéia de que uma imagem pode ser intensiva e, portanto, dar contenção a certa magnitude de intensidade; ele traz a idéia de que para os estímulos internos é necessário uma “ação específica ou adequada”, pois não há possibilidade de fuga do estímulo. Nas palavras de Freud:

Depois que isso acontece, entretanto, o grupo de representações sexuais presente na psique fica suprido de energia e passa a existir um estado psíquico de tensão libidinal que traz em si uma ânsia de eliminar essa tensão. Uma descarga psíquica desse gênero só é possível por meio do que chamarei de ação *específica* ou *adequada* (p. 106).

Em “O recalçamento” (Freud, 1915d/1974), temos uma breve passagem em que ele comenta sobre o estímulo pulsional, e a noção de ação específica vem sob a expressão “ação que o satisfaz”: “Tomemos o caso em que um estímulo pulsional como a fome, permanece insatisfeito. Ele se torna então imperativo e só pode ser aliviado pela ação que o satisfaz.... nesse caso nada da natureza de um recalçamento, sequer remotamente, parece estar em questão.” (p. 170).

E em “Pulsões e destino de pulsão” (Freud, 1915c/1974), Freud retoma passo a passo o modelo do *Projeto*, e a noção de ação específica aparece sob o termo “atividades complexas e interligadas”. Vejamos no texto:

Os estímulos externos impõem uma única tarefa: a de afastamento; isso é realizado por movimentos musculares, um dos quais finalmente atinge esse objetivo e, sendo o movimento conveniente, torna-se a partir daí uma disposição hereditária. Não podemos aplicar esse mecanismo ao estímulos instintuais, que se originam de dentro do organismo. Estes exigem muito mais do sistema nervoso, fazendo com que ele empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais o mundo externo se modifica de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. Acima de tudo, obrigam o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, pois mantêm um fluxo incessante e inevitável de estimulação. Podemos, portanto, concluir que as pulsões, e não os estímulos externos, constituem as verdadeiras forças motrizes por detrás dos progressos que conduziram o sistema nervoso, com sua capacidade ilimitada, a seu alto nível de desenvolvimento atual (p.140).

Vejam que até 1930, quando menciona pela última vez esta noção, Freud trabalha a ação específica sem modificá-la em seu aspecto conceitual. O *Projeto* está exposto nesta pesquisa como base do modelo de aparelho psíquico desenvolvido nesta tese, isto é, o aparelho psíquico desenvolvido neste ensaio não é o *Projeto* em toda a sua extensão, mas toma seus conceitos fundamentais para articular questões que surgiram no cotidiano da clínica psicanalítica desta pesquisadora. Julgamos que uma metapsicologia que nos ajude a operar na clínica é uma justificativa relevante para adotarmos tal modelo. Porém existem outras duas razões para a escolha deste modelo como base para o apresentado.

A primeira razão é a de que o conceito de ação específica que ali está posto é de extrema valia para que possamos articular o caso construído e fazer uma *amarração* singular, envolvendo conceitos mais atuais, como o de transitivismo; esta aproximação conceitual objetiva produzir um ensaio que contenha uma metapsicologia sobre o caso. É por este motivo que colocamos acima as referências ao conceito de ação específica que encontramos ao longo da obra. Se pudéssemos, de uma forma hipotética, separar os campos clínico e teórico desta pesquisa, poderíamos dizer que, do ponto de vista teórico, *tudo* começou por ali, por uma interrogação sobre a operação da “ação específica”. A pesquisadora universitária se perguntou: como é mesmo que ocorre essa ação específica, de que modo?

A segunda razão para a escolha desse modelo como norteador é uma característica que surge nos primeiros escritos de Freud e reaparece em 1920, quando aborda a questão do pulsional desligado de representação. A questão econômica do aparelho psíquico, ou melhor, o conceito de pulsão tem maior ênfase nos primórdios da teoria freudiana, antes de 1900, e ressurgiu com força quando Freud lança o conceito de pulsão de morte em 1920. O que o paradoxo apresentado pelo caso Julia moveu a analista a formular foi algo que escapou a seu entendimento metapsicológico e a empurrou a retomar tais textos.

Neste intervalo entre suas produções de 1900 e 1920, Freud parece ter se ocupado mais com o que é da ordem do simbólico e seus efeitos. Dito de outra forma, os dois grandes alicerces que sustentam a teoria freudiana são os conceitos de pulsão e de representação. O conceito de representação foi essencialmente desenvolvido ao longo da obra se contarmos de 1900 a 1920. Por exemplo, em seu artigo “Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico” Freud (1911b/1987) refere-se a um afastamento da realidade (aqui concebida como realidade externa ao aparato). Ele declara que há duas formas de afastar-se dela. A primeira

seria no caso do psicótico, onde ele propõe que nesta organização existe um afastamento total da realidade, porque o psicótico não a suporta; a outra forma de afastar-se da realidade seria sob o ponto de vista do neurótico, que realiza esse trabalho sob um fragmento da realidade. Nesta época Freud não está ocupado em formular uma teoria relacionada à impossibilidade de significar a realidade, ou seja, apesar de já supor nesta época que a realidade é psíquica, ele não coloca ênfase na questão de como ficam para o sujeito aquelas vivências que ele não pôde capturar. Então, os escritos de Freud tomados para a formulação desta tese são aqueles que trabalham a questão do pulsional desligado, e a formulação do aparelho psíquico do Projeto de 1895 é um deles.

O leitor pode estar se perguntando: “Como assim, ‘vivências que o sujeito não pode capturar?’ O que significa isso?” Para iniciar essa discussão, apresentamos dois termos que já diferenciamos na introdução desta tese, a propósito da pesquisa psicanalítica. São eles o conceito de vivência (*Erlebnis*) e o conceito de experiência (*Erfahrung*). Apontamos que *Erfahrung* indica um processo que comporta uma vivência que possibilitou o surgimento de um aprendizado, isto é, quando uma experiência contempla uma vivência que promove um aprendizado e resulta em um saber, a língua alemã a denomina *Erfahrung*. Esta distinção é importante pois podemos pensar: como fica aquela vivência que não promoveu aprendizado nem resultou em saber? De acordo com a lógica da sentença, ela não se transforma em *Erfahrung*; e o que significa isto em termos de registro psíquico? Em termos de memória que sirva de referência para o sujeito enfrentar próximas vivências²⁹? A nossa hipótese é que se uma vivência não se transforma em *Erfahrung*, fica excluída do campo de memória do sujeito, isto é, fica como se não tivesse ocorrido.

Benjamin (1985) marca de forma belíssima a diferença entre vivência e experiência ao referir a “pobreza de experiências” (p. 115) que se tem a partir e apesar de tantas vivências contemporâneas. Questiona: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (p. 115). E ilustra essa “nova forma de miséria” (p. 115) com as palavras do romancista André Gide: “cada coisa que possuo se torna opaca para mim” (p. 117). Ele ainda nos traz as palavras de Scheerbart fazendo alusão à sua “cultura de vidro” (p. 118), na qual o vidro serve de metáfora para a pobreza de experiência. E acrescenta:

²⁹ De forma alguma estamos fazendo qualquer referência ao terreno da profilaxia, estamos, isto sim, fazendo referência a idéia germem e central de Freud de que o aparelho psíquico é um sistema de defesa contra as intensidades e as inscrições psíquicas capturam tais intensidades possibilitando escoamento diferenciado.

“Não é por acaso que o vidro é um material tão duro e tão liso, no qual nada se fixa. É também um material frio e sóbrio. As coisas de vidro não têm nenhuma aura. O vidro é em geral inimigo do mistério. É também o inimigo da propriedade” (p.117).

Benjamin (1985) dá forma, através desses elementos, à sua concepção da atual condição humana, na qual as pessoas “aspiram a libertar-se de toda experiência” (p. 118), fatigadas que estão com “as complicações da vida diária” (p. 119). Trata-se de sujeitos “que vêem o objetivo da vida apenas como o mais remoto ponto de fuga numa interminável perspectiva de meios” (p. 119).

Foi a observação relativa à mudança no percurso de Freud, que nos levou a trabalhar as diferenças entre vivência e experiência; e neste percurso recorreremos, também, a autores contemporâneos, como Bergès e Balbo (2001, 2002, 2003), que trabalham essa questão. Eles chegam a afirmar, como veremos no item “Transitivismo”, que a impossibilidade de significar a realidade resulta, precisamente, na ausência da experiência.

Os argumentos defendidos até agora parecem suficientes para que o leitor sinta-se convidado para a leitura de nossa formulação. Todavia, apenas para justificar nossa posição ainda por um outro caminho, apresentamos a seguir mais um argumento em que a importância do *Projeto* parece justificada pelo próprio Freud.

Trata-se da relação que as idéias de Freud podem ter com as idéias de Theodor Lipps. Theodor Lipps (1851-1914) era um filósofo, professor em Munique, autor de “Os fatos fundamentais da vida mental”. Ele foi mencionado pela primeira vez por Freud, em uma carta a Wilhelm Fliess, de 26 de agosto de 1898.

Coloquei-me como tarefa construir uma ponte entre minha metapsicologia germinante e a que está contida nos livros e, por isso, mergulhei no estudo de Lipps, que adivinho ter a mente mais lúcida entre os escritores filosóficos da atualidade. Até o presente momento, tudo vai bastante bem quanto à compreensão e a transposição para as minhas suposições (Masson, 1986, p. 325).

Em 31 de agosto de 1898, Freud também se refere ao filósofo:

Com a psicologia, essas coisas vão melhor. Encontrei em Lipps os elementos fundamentais da minha concepção muito claramente formulados, talvez até mais do que eu gostaria. “Quem procura, acha, freqüentemente, muito mais do que deseja!” A consciência é apenas um órgão sensorial, todo o conteúdo psíquico apenas representação, os processos psíquicos, na sua totalidade, inconscientes. Também nos detalhes o acordo é grande, talvez a bifurcação venha mais tarde, a partir da qual possam começar as minhas novidades. Até o momento, desbravei menos de um terço do livro dele (Masson, 1986, p. 325).

Em 27 de setembro de 1898, em outra carta de Freud a Fliess encontramos, mais uma vez, referência a Lipps:

Quem é Lipps? Um professor de Munique que, no seu dialeto, diz exatamente aquilo a que cheguei, em minhas *especulações* [grifos meus] sobre a consciência, a qualidade, etc. Eu estava estudando os “Os fatos fundamentais da vida mental” antes de começar a viagem; agora preciso reencontrar meu caminho [de leitura] (Masson, 1986, p. 330).

O livro básico de Lipps, publicado em 1883 e apresentado em um Congresso de psicologia em 1897, discute sobre a questão do inconsciente na psicologia. Ele começa lançando a hipótese sobre a possibilidade de se pensar em uma psicologia que não aborde a idéia de inconsciente, dizendo que esta seria apenas descritiva, e nela o “por que” ou “para que” não teria sentido, e não se poderia falar das vivências conscientes de outras pessoas, visto que não se tem acesso a elas. A possibilidade de se fazer “inferências” estaria inviabilizada, pois estas exigem um encadeamento causal psíquico, que não existe, somente se pressupõe, no âmbito consciente.

Lipps afirma que a tarefa da psicologia é justamente tornar compreensíveis os conteúdos da consciência e sua existência. Isto é, ordenar os fatos da experiência imediata num encadeamento causal ou em conformidade com as leis. E, na seqüência, coloca:

Desde já podemos acrescentar que nenhuma ciência encontra na experiência imediata o encadeamento no qual faz a ordenação. Toda ciência *produz*, primeiro, esse encadeamento. Como disse em outro lugar, o conhecimento humano da realidade efetiva é a construção de um mundo de pensamento, não tanto *a partir* do dado, mas *para* ele ou para acomodar esse dado. Repetindo uma expressão já empregada anteriormente, poder-se-ia também dizer que o conhecimento humano é o acréscimo de um mundo real, ou, acreditado como real, aos ocasionais “sintomas” de tal mundo, que são dados na experiência imediata. Não se admire se o mesmo acontecer no caso do conhecimento psicológico. (Lipps, 1897/2001, p. 338).

Ao longo de seu texto, Lipps trabalha a questão da relação entre o físico e o psíquico. Desenvolve as noções de “eu real” e “consciência da subjetividade/mundo interno”. Sustenta que este eu real é desconhecido em si, mas determinado pelos seus efeitos na consciência. Expõe sua posição sobre representações utilizando-se inclusive da terminologia “representações de coisa” e “representações de significado” (p. 336). Trabalha ainda a definição de representação inconsciente, abordando, por fim, a questão do conceito de inconsciente remetido ao antagonismo físico/psíquico.

Quando Freud (1940a/1987) escreve, no final de sua obra, seu “Esboço de psicanálise”, confere reconhecimento à obra de Lipps:

Mas não é preciso supor que este ponto de vista alternativo sobre o psíquico seja uma inovação devida à psicanálise. O filósofo alemão Theodor Lipps afirmou, da maneira mais explícita possível, que o psíquico é em si, inconsciente e que o inconsciente é o que é verdadeiramente psíquico. Por muito tempo, o conceito de inconsciente batia nas portas da psicologia, pedindo permissão para entrar. A filosofia e a literatura freqüentemente brincaram com ele, mas a ciência não encontrava, para ele, qualquer uso. A psicanálise apropriou-se do conceito, levou-o a sério e deu-lhe um conteúdo novo (p. 321).

Para Loparic (2001), que não deixa de assinalar as diferenças conceituais entre Freud e Lipps ao longo da obra freudiana, o reconhecimento da dívida de Freud para com Lipps é bastante legítimo, visto que Freud, já famoso em 1938, não precisaria utilizar-se de textos filosóficos para dar legitimidade aos próprios. Desta forma tentamos demonstrar o reconhecimento que Freud confere às idéias de Lipps, e, se visualizarmos a carta que Freud envia a Fliess em 31 de agosto de 1898, quando se diz identificado com as idéias de Lipps, concluímos o quanto tais idéias já estavam germinadas em seu manuscrito de 1895.

3.2.1.1 Uma visão neurobiológica do Projeto de Freud

Antes de passarmos para nossa formulação do *Projeto*, pareceu-nos interessante, também, oferecer ao leitor a oportunidade de entrar em contato com uma interpretação do *Projeto* diametralmente oposta à nossa. Essa visão é desenvolvida por Rodrigues (1985), psiquiatra titulado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, quando escreve um capítulo do livro “Psicanálise e neurociências” e se propõe a oferecer um modelo neurobiológico da personalidade humana. A interpretação de Rodrigues vai tão na contramão do que a

comunidade psicanalítica, que inclui pensadores como Lacan, tem formulado sobre o *Projeto*, que vale a pena dedicar-se a essa leitura.

Inicialmente Rodrigues (1985) situa o manuscrito de Freud em sua época e sublinha a tradição neurobiológica das pesquisas de Freud, afirmando: “É lógico que, ao voltar sua atenção³⁰ para a psicologia humana e sintoma de ordem psíquica, [Freud] fosse procurar sua explicação nos recursos científicos da época” (p. 31). Em seguida, propõe desenvolver o *Projeto*, que considera uma composição resultante de uma “fértil imaginação criadora com base nos escassos conhecimentos neurofisiológicos e neuro-histológicos do fim do século passado que explicasse, por meio de mecanismos físico-químicos e biológicos, os processos da mente” (p. 31). Ainda no prelúdio do capítulo, o autor afirma que ao longo dos anos, conforme Freud ia desenvolvendo sua obra, foi

[...] se dando conta de que, indiscutivelmente, ele estava certo no início de suas investigações de que o cérebro é a sede indubitável de todos os mecanismos referentes aos processos mentais. E, também, certo estava ao reconhecer que, no futuro ainda distante, chegaria o dia em que os “fatos neuróticos”, tão exaustivamente por ele observados, teriam uma explicação completa através dos “caminhos da medicina”, já que, no momento, não havia possibilidade para esta abordagem rigorosamente exata e minuciosa (Rodrigues, 1985, p. 32).

Dessa forma, Rodrigues (1985) vai detalhando alguns termos e toma a energia Qn exclusivamente sob o ponto de vista neurológico, ressaltando os avanços da medicina nesse sentido, quando afirma:

Também a “energia Qn” que “catectiza” os neurônios, um dos aspectos, como veremos, mais impressionantes e evidente de toda a obra, não foi medida por Freud ou por outros pesquisadores da época. Essa energia apenas foi idealizada teoricamente como meio de permitir que o impulso, que na época já se sabia ser de origem elétrica, passasse de um sistema neuronal a outro. E não havia mesmo condições de medir a energia produzida e armazenada quimicamente sob a forma de fosfatos energizados como a adenosina trifosfato, ATP. Também nenhuma enzima responsável por essas reações de armazenamento energético era conhecida. Por outro lado, não se suspeitava, na época, que as membranas das células nervosas, eram constituídas de proteínas complexas e que, através dos “canais”, “bombas” iônicas e “receptores moleculares” se mantinham os processos de transmissão nervosa (p. 32).

³⁰ As noções de memória, atenção e percepção, evidentemente, são tomadas conforme Freud as desenvolve nesta época com o intuito de formular o funcionamento do aparelho psíquico.

Rodrigues ressalta que o grande mérito de Freud consiste no fato de que ele inferiu que as

[...] emoções e o pensamento só poderiam ser expressões de processos energéticos e que esses processos “teriam necessariamente” que ser transferidos de uma para outra região do cérebro. Também, uma intuição fantástica desse verdadeiro neurocientista levou-o a sugerir que as emoções seriam os representantes quantitativos desses processos energéticos, enquanto as percepções conscientes e o pensamento os representantes qualitativos (p. 33).

Não pode haver nada mais distante de Freud do que essa afirmação de que as emoções são um epifenômeno dos processos neurobiológicos. Mesmo antes de escrever o *Projeto*, ele afirmou seu primeiro livro em que escreve sobre as afasias (Freud, 1891b/1977) que havia uma concomitância e dependência entre os processos fisiológicos e psicológicos. Isto quer dizer que, se uma pessoa tem uma experiência de tristeza e chora, esses processos, o emocional e o biológico, acontecem ao mesmo tempo, mas não são a mesma coisa nem um é consequência do outro.

Em outro momento do capítulo, Rodrigues (1985) insiste em dizer que Freud tomou essa posição quando afirma:

Deve-se esclarecer aqui que, intuitivamente, e como puro raciocínio criativo, não foram diferenciados por Freud os meios biológicos dos emocionais ou psicológicos. E isso é importante para a compreensão da teoria freudiana: se os processos internos estão baseados na produção de um sistema de neurônios, esses processos terão, por força, que ser biológicos. Seja qual for a forma de expressão dos mesmos, como, por exemplo, a sede, os impulsos sexuais ou a necessidade de afeto, a sua base terá que ser neuronal e físico-química (p. 34).

Rodrigues (1985) propõe, portanto, um entendimento biológico às conceituações de Freud. Aliás, chega a utilizar a expressão “biometapsicológicas” (p. 31) para definir as especulações deste pensador. Coloca que Freud lançou-se a formular “hipóteses neuropsicológicas do funcionamento mental, normal e patológico, relativo à autocrítica, ao julgamento discriminativo, aos processos de raciocínio e à consciência” (p. 40). Atribui a Freud o estudo do “mecanismo biológico da memória” (p. 34) e escreve, por exemplo, que “o sistema ω foi identificado como sendo, predominantemente, o córtex cerebral” (p. 36). O conflito entre os processos psíquicos postulados por Freud, que levariam à constituição do fenômeno psicopatológico, é interpretado na leitura de Rodrigues como “gerando sintomas pró-desorganização da energia e de seu trânsito pelos sistemas neurais” (p. 43).

Rodrigues (1985) reconhece que o sistema ψ criado por Freud no texto do *Projeto* foi “o substrato material de grande parte da sua obra” (p. 35), matizando toda a teoria metapsicológica e clínica posterior. Ressalta ele que este é “um substrato inteiramente físico-químico; inteiramente macromolecular; inteiramente biológico. Nada há nesse sistema, que pressuponha mecanismos absurdos ou metafísicos dos fenômenos mentais.” (p. 35). Rodrigues ainda acrescenta que Freud só se afastou desse entendimento neurobiológico “talvez por concluir que, tivesse seguido por essa penosa trilha, jamais teria o apoio investigatório da comunidade científica da época; e por não contar com os métodos científicos à altura de suas inferências” (p. 35).

Parece que, para Rodrigues, ou Freud seguiria o caminho da neurobiologia, o qual ele afirma ter sido seu destino, ou Freud estaria entrando no campo da pesquisa espiritual, metafísica, como ele menciona acima. Vale ressaltar mais uma vez que Freud é claro ao afirmar que, se pudéssemos pensar em um ser humano “sem cérebro”, estaria ele privado de seu aparelho psíquico, ou seja, o psíquico tem uma dependência do físico e vice-versa. Freud afirma ao longo de sua obra que o psíquico e o neuronal não são a mesma coisa, são, isto sim, concomitantes e dependentes.

A seguir foram transcritos alguns fragmentos literais para o leitor ter a dimensão clara desta interpretação do *Projeto*.

O sistema periférico “permeável” à energia do mundo externo foi chamado de “sistema neuronal ϕ ”, e evidentemente, foi correlacionado ao grupo de neurônios sensoriais localizados nos gânglios nervosos situados em cadeia vertical, ao longo de quase toda a medula espinhal, uma de cada lado, e chamados gânglios sensitivos; e, também, aos grupos neuronais sensitivos no tronco cerebral e pertencentes, predominantemente, à sensibilidade especializada (Rodrigues, 1985, pp. 33-34).

Como já vimos, o termo “catexe” foi usado pelo autor a fim de designar a presença de energia ligada ao neurônio. Inclusive, a versão do catexe para o alemão é *besetzung* que significa “ocupar”; e o termo, em inglês, *cathode*, ou em português, “catódio”, que designa um potencial elétrico negativo, foi o originário da palavra catexe. Poderemos, então compor a definição de catexe como um potencial eletroquímico negativo que ocupa os neurônios. [...] Continuando o raciocínio e por analogia aos fenômenos de natureza elétrica, muito estudados na época, ele inferiu que a catexe, ou seja, o conteúdo neuronal de potencial elétrico negativo, poderia, se atingida uma certa “quantidade” ou limiar dentro da célula, dispersar-se pelo sistema e, pela transmissão do impulso nervoso, transferindo-se para outros grupos neuronais (pp. 36-37).

Os sistemas φ e ψ e ω foram concebidos por inferências científicas precárias. Portanto, esses grupos neuronais devem ser considerados como generalidades grosseiras e como auxiliares num raciocínio científico que, posteriormente, a neurofisiologia conseguiu mais ou menos identificar e ordenar em relação às estruturas cerebrais (p. 37).

Freud chamou de “processo primário” o trânsito nesse sistema [de neurônios] a-b-c [...] e imaginou que os processos alucinatórios e psicopatológicos, e também os sonhos e fantasias, fossem expressões em diversas graduações desses processos de difusão da catexa (p. 40).

Em relação à ação específica e à vivência de satisfação, conceitos centrais desta tese, Rodrigues faz uma exposição que os tangencia de certa forma e que acreditamos ser relevante transcrever aqui, pois, embora esses conceitos não sejam mencionados por este autor, essa é a passagem mais próxima da abordagem dos mesmos que encontramos em seu livro. Em outras palavras, a importância do trecho seguinte consiste em possibilitar ao leitor o mais próximo que se pôde chegar de traçar um paralelo, na obra de Rodrigues, com os conceitos aqui tratados.

Como já vimos, há um processo primário representado por um sistema neuronal que tende a expressar-se pela ação caótica e emocional em busca da satisfação das suas necessidades. Consideremos agora que um objeto externo, por exemplo aquele mais almejado na infância daquele indivíduo, a mãe, esteja próxima do mesmo. Logo ao nascer, esta criança se utiliza dos processos primários para a aproximação de sua genitora, quando a energia impulsiva para a satisfação das necessidades toma conta do organismo. Porém, com o desenvolvimento da criança, logo a partir dos primeiros meses de vida, uma “rede ou sistema neuronal se desenvolve progressivamente”, a qual, por mecanismos de catexa colateral, inicia uma inibição, também progressiva, dos impulsos infantis, os quais, sendo drenados pela mesma através da defesa primária, deixam de tomar conta de forma inconveniente da criança. Esta, então, através dos processos de defesa primária, inicia concomitantemente os processos psíquicos secundários, que também poderiam ser chamados por analogia de “processos de defesa secundária” [...] O que se observaria nessa criança ao se iniciarem os processos secundários segundo esse modelo? Evidentemente, os processos qualitativos, continuamente impulsionados pelo mecanismo energético neuronal primário, levariam a um desenvolvimento da consciência da mãe, do aprendizado e das discriminações do mundo externo. Especialmente, da formação progressiva de sua imagem do “eu”; e da capacidade de tolerância às frustrações. As formações ideativas, o pensamento, o julgamento e a autocrítica das emoções seriam então conseqüências dos processos de aprendizado cumulativo realizados no sistema ω , em conexão constante com ψ e φ (p. 42).

Rodrigues segue sua interpretação neurobiológica do referido escrito de Freud, relacionando as conceituações deste aos princípios químico-físicos. Ele coloca que Freud notou que “a energia quantitativa ou total, provinda dos sistemas inferiores do encéfalo, a qual chamou de ‘Qn’, já visto, era ‘transformada no sistema ω num tipo específico e ordenado’, que chamou de ‘qualidades’, de energia, o que se entende, hoje, por entropia” (p. 41). Rodrigues também atribui a Freud, através do conceito de periodicidade deste autor, a relação das “teorias da ótica e da mecânica ondulatória clássica” (p. 42) com os fenômenos mentais: “Foi Freud quem, indiscutivelmente, relacionou as teorias da periodicidade ondulatória com possíveis mecanismos de codificação e transmissão neuronal” (p. 42).

Ao encerrar o capítulo no qual trata da interpretação neurobiológica do *Projeto*, Rodrigues destaca que em nenhum momento de sua vasta obra Freud se afastou da “teoria dos processos psíquicos primários e secundários representados por sistemas neuronais” (p. 43). Ele afirma que Freud permaneceu com a idéia de que tanto “[...] as emoções quanto os atributos conscientes e a conduta são sempre vinculados a esse esquema dinâmico que pode ser, hoje, detalhadamente representado por sistemas específicos localizados no encéfalo” (p. 43).

Acrescenta ainda que Freud jamais contrariou ou contrapôs-se aos pilares de sua teoria neurobiológica exposta no *Projeto*. Embora tivesse reformulado por diversas vezes a teoria das neuroses, da sexualidade infantil, das psicoses e até de alguns conceitos clínicos e metapsicológicos, ele jamais mexeu nos postulados neurológicos. Isso, evidentemente, “comprova que ele sabia de antemão da profunda significação, para o futuro, dessas idéias. Ele apenas mudou o rumo e o curso de suas investigações, aguardando silenciosa, mas ansiosamente que a ciência viesse possibilitar sua continuidade e comprovação” (Rodrigues, 1985, p. 43).

A seguir exporemos passo a passo nossa formulação do aparelho psíquico para que possamos clarear a metapsicologia do caso.

3.2.1.2 A formação do aparelho psíquico

O aparelho psíquico, para Freud (1950c[1895]1995), é inicialmente composto de neurônios, de uma quantidade de energia (Q) e de um princípio, o da inércia. Garcia-Roza (1998) afirma que esse aparelho neuronal deve ser entendido como um modelo explicativo para uma formulação metapsicológica da constituição do aparelho psíquico e não como uma descrição deste em bases anatômicas. Sobre a importância do *Projeto* não residir em sua formulação fisiológica Lacan (1991) comenta: “É claro que o que constitui o interesse ardente que podemos ter lendo o *Entwurf* [Projeto] não é a pobre contribuiçãozinha a uma fisiologia fantasista que ele comporta” (p. 50).

Lacan, assim como Garcia-Roza e vários outros estudiosos da psicanálise colocam a possível interpretação neurológica do *Projeto* em segundo plano, pois constataram que na formulação do *Projeto*, que está permeada por termos neurológicos, há a hipótese, germinada pela expressão “ajuda alheia”, de que sem o semelhante o aparelho neurológico não se sustentaria. Neste sentido a idéia é a de que a cria humana só sobrevive a partir do investimento de um outro, ou seja, Freud concluiu que o suporte neurológico não era suficiente para que a cria humana tivesse êxito. Em outras palavras o que decide a existência ou não do ser humano se dá no universo da relação com o outro. Desta forma Freud partiu para construção de um aparelho psíquico, o qual incluiu esse universo de relações. Vejamos, então, o modelo.

Em um primeiro e hipotético momento, se entrar energia (Q) no aparelho psíquico, certamente dele sairá energia. Essa energia que ingressa no aparato psíquico é provinda de duas fontes: a primeira é composta por estímulos sensoriais, os quais Freud denominou de *quantidade (Q)*. Esta quantidade se caracteriza por ser dispersa e não mensurável, e, ao ingressar no aparelho psíquico, é imediatamente descarregada por via motora devido ao *princípio da inércia* que, neste momento, rege o aparato, isto é, há a busca do alívio de tensão provocada pelo acúmulo de Q e a tentativa de fazer o organismo voltar a seu estado anterior. Vamos dar um exemplo simples: quando a luz incide nos olhos do bebê, ele os fecha de forma reflexa. A segunda fonte é composta de quantidades internas; o bebê também enfrentaria um acúmulo de quantidade/intensidades internas (Qn), que só seriam aliviadas se alguém do

mundo externo proporcionasse uma *ação específica* a esse bebê, como, por exemplo, se o bebê, ao ter fome, chorar e a mãe o amamentar.

Ao acontecer essa comunicação e a mãe aliviar seu bebê, ocorre a *primeira vivência de satisfação*, “que tem as conseqüências mais decisivas para o desenvolvimento das funções do indivíduo” (Freud, 1950c[1895]1995, p. 32), pois elimina a urgência que causou desprazer, proporciona um investimento em representações psíquicas correspondentes à percepção do objeto e estabelece ligações entre a ação específica e o alívio de tensão. Já nesta época, Freud alerta que essas primeiras experiências proporcionam um prazer imenso, o qual nos constitui e estaremos sempre tentando reexperimentar. No entanto, vale ressaltar que o primeiro tempo, a primeira mamada ou a satisfação plena são, todos, conceitos míticos, para fins de uma descrição da formação do aparelho psíquico.

A vivência de satisfação trará sempre a marca do parcial e do incompleto; inscreve-se como uma função reguladora do desejo. É o momento inaugural do aparelho psíquico, mas é, também, o alicerce fundante do desejo e o momento das primeiras inscrições no psiquismo. Este é o início da trama de representações que irá capturar as intensidades pulsionais, possibilitando algum destino diferente que não a descarga em ato (descarga motora).

A partir de então, postula o criador da psicanálise, toda vez que um estímulo interno (*Drang e Wunschzustand*) se intensificar, haverá uma tentativa de descarregar o acúmulo de tensão, conduzindo esta energia pelas vias (neurais) que já, uma vez, foram eficientes, ou seja, haverá um investimento nas imagens mnêmicas correspondentes à vivência de satisfação que ficou gravada. “Não tenho dúvidas de que essa animação de desejo resulte em primeiro lugar no mesmo que a percepção, ou seja, uma alucinação.” (Freud, 1950c[1895]1995, p. 33).

Em outras palavras, quando o bebê, após a vivência de satisfação, ou seja, após ter experimentado o alívio de tensão somática simultaneamente a uma estimulação muito prazerosa, busca repetir a mesma vivência e a faz alucinatoriamente, isso quer dizer que os registros de memória que restaram da vivência de satisfação são tão investidos de energia que produzem uma imagem idêntica a uma percepção: uma alucinação. Temos aqui o exemplo da situação do bebê não conseguindo distinguir entre o que é lembrança/desejo e o que é a vivência atual dele.

O que o bebê almeja é reexperimentar a vivência de satisfação, ele não tem o comando sobre a figura materna, nem sequer está ciente dessa diferença. Seu funcionamento psíquico se dá sob o domínio do processo primário, ou seja, os registros de memória se condensam e deslocam de maneira a produzirem uma identidade de percepção. Essas imagens mnêmicas são representações-coisa (Freud, 1915e/1974) que permanecem registradas no psiquismo juntamente com a intensidade que a vivência de satisfação forneceu, oferecendo a esse registro a condição de *representante representação – Vorstellungsrepräsentanz* – e, em um segundo momento, tais imagens são de tal forma reinvestidas (desejadas), que produz uma alucinação. Esse processo é denominado processo primário.

Até este ponto temos um aparelho psíquico inaugurado pela vivência de satisfação, com suas marcas mnêmicas e seu funcionamento alucinatorio. Não há ainda distinção de interno e externo, de eu/não eu, percepção e lembrança. Este é chamado o *Eu de realidade primitiva (Real-Ich)*, que permite o início dos registros de representação do corpo (Freud, 1915c/1974). Esse primeiro Eu, essa primeira organização é alicerce e alavanca para o que virá a ser concebido, lá adiante, como o *Eu de realidade definitivo (Reäilitat-Ich)*, no qual supõe-se um sepultamento da indiferenciação completa, rumo à singularização. Para visualizarmos esse primeiro Eu, ainda nas suas primeiras diferenciações, temos o dizer do analisante psicótico ao formular sua teoria: “Eu baixava os olhos ao dar a mão para cumprimentar os outros, porque não admitia que, sendo eu o rei do mundo, os outros tivessem a ousadia de me olhar, e como eles não baixavam os olhos, eu baixava os olhos por eles”.

Se até esse momento o aparelho psíquico é capaz de presentificar o objeto através da alucinação, uma questão se coloca: como o aparato psíquico poderá fazer a distinção entre externo e interno, ou seja, como saberá se a imagem que está diante dele é uma percepção provinda de fora do aparato ou uma imagem provinda de dentro do aparato? Para tanto Freud introduziu os conceitos de investimento colateral (*Seitenbesetzung*) e o sistema ω de neurônios. Ele postula que, quando dois neurônios que estão próximos um do outro forem excitados simultaneamente, pode se criar um investimento colateral, ou seja, a energia passa a ficar retida nesses neurônios, pois ali surgiu uma ligação (*Bindung*), ocasionando a inibição do livre escoamento da Qn. Portanto, a energia investida nesse par de neurônios não mais transitará livremente, posto que ficou retida. O conceito de *Bindung* está entrelaçado ao conceito de *Bahnung*, que podemos traduzir por “trilhamento”. Isto quer dizer que, ao surgir

uma ligação entre neurônios, instaura-se ali um trilhamento que irá deixar facilitado um caminho para o escoamento dos investimentos pulsionais seguintes. Então, o caminho de representações, uma vez trilhado, facilita o percurso em momento posterior³¹.

O que era pura energia livre em direção à descarga transforma-se, nesse par de neurônios, em energia ligada. Essas primeiras ligações resultam no próprio Eu de realidade primitiva (*Real-Ich*). O Eu (neste momento ainda rudimentar) é um efeito da ligação de dois neurônios. O estímulo, que antes se descarregava por *arco-reflexo*, passa a ficar retido nas vias neuronais. Houve nesse movimento uma transformação de *quantidade* (energia livre) em *qualidade* (energia ligada); o que antes era intensidade pura fica agora retido como memória. As qualidades não são apenas os registros sensíveis, como uma textura, cor, som, temperatura, são sínteses passivas, ou seja, esses registros se dão organizados por suas semelhanças e diferenças.

Com essa idéia de memória intensiva, que se traduz pela noção de uma marca imagética passível de investimento de intensidade, o conceito de investimento colateral torna-se fundamental para que uma marca não se torne superinvestida, que é um dos pré-requisitos para poder diferenciar lembrança de percepção. Por exemplo, se houve um primeiro registro de representação x, que operou o investimento colateral em w, y e z, todas elas ficam investidas e ligadas. Se, a partir de um novo aumento de tensão no organismo, ocorrer o investimento em uma das representações deste complexo, todas as outras serão, em função da ligação estabelecida entre elas, também investidas de energia, resultando em uma “diluição” da mesma. Freud vai dizer que é o investimento moderado em representações que irá possibilitar o pensar (judicativo e reprodutivo), que resulta na possibilidade de discernir se o objeto está ou não está presente no mundo externo.

Explicando um pouco melhor, Freud postula que a percepção (sistema ϕ de neurônios), a memória (sistema ψ de neurônios) e a consciência (sistema ω de neurônios), devido às suas características, não poderiam ocupar o mesmo sistema de neurônios. A captura das intensidades externas (sistema ϕ de neurônios) e a memória em ψ seriam inconscientes, ou seja, o sistema responsável pela captura de intensidades e o sistema onde se localiza a

³⁰ Essa noção de trilhamento é a essência do conceito de transferência.

memória seriam “cegos” para o que ocorre no mundo externo. Somente quando o sistema ω de neurônios fosse ativado, é que este enviaria um sinal de presença externa, ou, se preferirmos, sinal de qualidade para o sistema ψ de neurônios, que iniciaria, então, a descarga motora para fins de realização da ação específica. Assim, quando o sistema φ recebe estímulos provindos do mundo externo, o sistema ω sempre é excitado e fornece ao sistema ψ a indicação de realidade. Contudo, quando os registros mnêmicos em ψ são excitados, podem ocorrer duas situações: a primeira é alucinação, “se o objeto de desejo for ocupado com abundância” (Freud, 1950c [1895]1995, p. 39); tal ocupação excita o sistema ω , que fornece um sinal de presença externa, o que inevitavelmente termina em desapontamento; a outra situação ocorre quando há o investimento colateral, que inibe o curso da excitação, resultando em não excitar o sistema ω , que, por sua vez, não fornece a indicação de realidade.

Somente dessa forma, com as quantidades internas mantidas em níveis pouco elevados, em razão do investimento colateral, é possível diferenciar uma lembrança de uma percepção. Em última análise, é, pois, o investimento do Eu, o qual atua como inibidor do curso de Qn, que possibilitará o reconhecimento do objeto como não sendo real.

A introdução do sistema ω de neurônios como fornecedor de signos de realidade (*Realitätszeichen*) não chega a resolver totalmente o problema levantado, pois tanto no caso da representação-lembrança quanto no caso da representação-percepção, estamos lidando com representação, com imagem, com traços que compõem representações. Não há, neste caso, um diferencial como poderia haver se postulássemos que o aparato trabalha, de um lado, com representação quando se trata de memória e, do outro, com o próprio objeto externo, ou com a pura exterioridade, quando se trata da percepção. Dito de outra forma, por mais que o aparelho psíquico possa discernir qual é a fonte (pulsional ou estímulo externo) que estimulou determinada imagem, utilizando-se do signo de qualidade provindo do sistema ω e também do investimento colateral, o aparato está diante de uma imagem que foi construída *dentro* dele. Enfim, ocorre um giro sutil na pergunta. De diferenciar se a imagem que o aparelho psíquico está produzindo é interna (lembrança) ou externa (percepção) passamos para: qual é o alcance que a percepção pode ter? Em outras palavras, como fica a questão de capturar a realidade material se os *ingredientes* que compõem a fabricação da percepção estão *dentro* do aparelho psíquico. Vale ressaltar que esses ingredientes surgiram, como descrevemos acima, a partir da ação específica realizada por uma “ajuda alheia” (Freud, 1950c[1895]1995).

De fato, a questão da apreensão da realidade externa perpassa toda a obra freudiana, e parece ser uma das preocupações de Freud estabelecer de que forma se dá essa apreensão da exterioridade. E aqui estamos falando estritamente da questão da apreensão da realidade externa, esta enquanto percebida por nós na experiência imediata. Neste sentido, uma das questões que Lacan (1991) levanta em seu Seminário 7 é a de que o aparelho psíquico, formulado por Freud, com seus princípios e mecanismos fundantes, não foi feito para satisfazer a necessidade, o que implicaria reconhecê-la e buscar a modificação externa para atingir esse fim específico. O aparelho psíquico, como foi exposto acima e como o próprio Freud ressalva em várias passagens de sua obra, tem como característica fundamental a alucinação, *o que o aparelho psíquico busca é a identidade de percepção*; em outras palavras, o processo primário utiliza-se de seus mecanismos de condensação e deslocamento para encontrar identidade com a vivência que resultou em satisfação, pouco importa se o objeto está presente ou não (Freud, 1900a/1987). Essa é uma afirmação muito importante em vários sentidos, mas, especificamente para o que estamos tratando, ela é importante, pois retira qualquer caráter adaptativo que a realidade pudesse imprimir ao aparato psíquico, coloca o aparato sob a regência do prazer/desprazer e justifica a distância que existe entre o que seria a realidade material e a realidade psíquica.

Parece-nos importante, então, visualizarmos algumas passagens em que Freud reafirma essa idéia de que o objetivo do aparato psíquico é *reencontrar* o objeto da satisfação. O mais interessante é que isso não ocorre somente durante o sono, através do sonho, ou em uma fantasia ou devaneio, no caso da neurose; não ocorre, também, somente nas psicoses, quando há a alucinação como sintoma. Essa é a grande questão, que, aliás, nos custou muitas horas de pesquisa com alteridades de diversos nichos da comunidade psicanalítica: o aparato psíquico permanece com a *mesma tendência* quando ocorre uma simples percepção.

Em “A negativa” (Freud, 1925h/1987) ele comenta que “o objetivo primeiro e imediato do teste de realidade é não *encontrar* na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas *reencontrar* tal objeto, convencer-se de que ele está lá” (p. 298). Em “Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico” Freud (1911b/1987) afirma:

A característica mais estranha dos processos inconscientes (recalcados), à qual nenhum pesquisador se pode acostumar sem o exercício de grande

autodisciplina, deve-se ao seu inteiro desprezo pelo teste de realidade; eles equiparam a realidade do pensamento com a realidade externa e os desejos com sua realização – com o fato – tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer (p. 285).

Em “A psicopatologia da vida cotidiana”, no décimo capítulo intitulado “Erros”, Freud (1901b/1987) dá continuidade às formulações que vem fazendo, especulando que erros, lapsos, etc. derivam de conteúdos recalçados. Entre muitos exemplos, desenvolve algumas idéias que são fundamentais para a teoria psicanalítica. Uma das principais é de que os seres humanos *erram* em suas percepções, em suas expressões, em seus julgamentos, sendo esta uma característica que Freud atribui aos *seres humanos*. Neste sentido (talvez com um fundo de ironia), ele comenta: “Só aos espíritos mais seletos e equilibrados parece ser possível preservar a imagem da realidade externa, tal como percebida, da distorção a que ela costuma ficar sujeita em sua passagem pela individualidade psíquica daquele que a percebe” (p. 200).

Em “A interpretação de sonhos” Freud (1900a/1987) sustenta:

Na sua natureza interna, ele [o material inconsciente] é tão desconhecido por nós quanto o real do mundo externo, e nos é apresentado mediante dados da consciência, da maneira tão incompleta quanto o mundo externo, através de indícios de nossos órgãos dos sentidos (p. 554).

Em “Esboço de psicanálise” no capítulo intitulado “O aparelho psíquico e o mundo externo”, Freud (1940a/1987), afirma: “A realidade sempre permanecerá sendo ‘incognoscível’” (p. 225). E neste mesmo trabalho, postula: “A equação ‘percepção = realidade (mundo externo)’ não mais se sustenta.” (p. 188).

Essas são apenas algumas das passagens nas quais Freud afirma que a “leitura” que o sujeito faz da realidade material é uma leitura singular e incompleta, pois esse trabalho de captura do universo sensível envolve os registros de que cada um dispõe para nomear sua vivência imediata. Dessa forma, retomando (para quem ainda se lembra) o que dissemos acima: há milhares de páginas atrás mencionamos o choque produzido na analista entre sua percepção frente ao relato de Julia sobre sua vida e o relato de Julia frente à sua percepção de sua vida. Parece até um trocadilho, mas na verdade é um paradoxo. E começamos a formulá-lo tomando essa idéia de que a percepção está mais direcionada para dentro do que para fora do psíquico.

Explicando de outra forma, o desejo de reexperimentar a vivência de satisfação faz com que o aparelho psíquico, através do processo primário, utilize as leis de associação (por contigüidade e semelhança) para encontrar rapidamente identidades entre as representações atuais e a representação desejada; desta forma, ele transforma, por exemplo, um polegar em um mamilo. Então, o que ocorre no processo primário (que é o tipo de funcionamento mental do bebê e do Inconsciente) é a identidade de percepção, ou seja, uma percepção idêntica à desejada, que vem a ser, por sua vez, aquela experimentada na vivência de satisfação.

Ao retornar a pergunta sobre qual é o alcance da percepção, constatamos que o alcance é sempre singular e a viagem é para dentro. A propósito desta mesma questão Lefèvre Pontalis afirma:

Não há nenhuma razão plausível para que a realidade se faça ouvir e chegue, no fim das contas, a prevalecer – a experiência nos mostra isso de forma demasiadamente superabundante para a espécie humana, que, até nova ordem, não está em vias de extinção (apud Lacan, 1991, p. 54).

Mas o leitor pode perguntar: bem, mas como fica o senso comum? Aquilo que nos diz, por exemplo, que, sim, estamos escrevendo neste momento o que você está lendo neste momento? Neste sentido, comenta Lacan: “A realidade é precária” (p. 43) e “o homem lida com peças escolhidas da realidade” (p. 63). Contudo, Freud não nos sentencia a um solipsismo absoluto, bem como afirma ser possível um certo critério de discernimento entre percepção e alucinação. Algo impele o aparato a desenvolver um princípio corretor (o princípio da realidade). Sobre esta questão postula: “A experiência biológica ensinará [...] a não estimular a ocupação das [imagens] re[cordativas] desejadas acima de uma certa medida.” (Freud, 1950c [1895]1995, p. 40). Dito de outra forma: Freud afirma que no processo de identidade de percepção o bebê investe as imagens mnêmicas resultantes da vivência de satisfação e produz, com isso, uma alucinação, na qual revive a vivência de prazer que também aliviou, no passado, a tensão somática. No entanto, alucinar o seio materno não faz cessar a fome, tampouco a tensão produzida por ela. Na melhor das hipóteses, o alucinar permite o tolerar. Mas é inevitável que essa alucinação acabe deixando o bebê em estado de desamparo.

Então, para Freud, é precisamente a realidade da “experiência biológica”, ou, como ele diz em outro momento, a pressão das *urgências da vida* (*Not des Lebens*), que impelirá o aparato ao reconhecimento de um primeiro externo, uma primeira diferença, dando início ao

processo do pensar. Lacan (1991) assinala que neste texto de Freud já aparece a relação entre a possibilidade de o aparelho reconhecer um primeiro externo e a existência de um outro aparelho psíquico (o *Nebenmensch*) que o revele e o ordene. Em suas palavras:

Ele [Freud] parte de um aparelho que, por sua própria tendência, se dirige ao engodo e ao erro. Esse organismo por inteiro parece feito não para satisfazer a necessidade, mas para aluciná-la. Convém, portanto, que um outro aparelho, que se oponha a ele, entre em jogo para exercer uma instância de realidade e se apresente, essencialmente, como um princípio de correção, de chamada à ordem (Lacan, 1991, p. 40).

Seria simplista encarar a *Not des Lebens* referindo-se às necessidades do organismo biológico como fome, sede, etc. A *Not des Lebens* tem um sentido mais amplo pois indica tudo o que é exterior ao aparato, que impõe um estado de urgência a este e o obriga a sair do funcionamento primário (alucinatório) para passar a um funcionamento secundário (pensamento), a fim de conseguir alcançar a ação específica. Nesse sentido, o aparato fica impelido a direcionar-se para a instauração de uma comunicação.

Para explicarmos como o aparato opera esse direcionamento precisamos expor como ocorre a passagem do funcionamento puramente alucinatório para o início do processo de pensamento. O início do processo do pensar depende do investimento colateral, pois ele é o responsável pelo surgimento do Eu rudimentar. O investimento colateral torna o Eu investido e, portanto, o curso de Qn inibido, permitindo, assim, a identidade de pensamento, ou seja, o início do processo de pensamento (judicativo e reprodutor) para reconhecer o objeto como sendo, ou não, real. A identidade de pensamento ocorre quando o aparelho psíquico faz um exame da realidade, através do mecanismo da atenção, e conclui se o objeto percebido é o desejado ou tem quantidade suficiente de atributos que se assemelham a ele para que se parta para a ação, a qual Freud denominou ação específica (no caso da criança, quando o choro é tomado como uma forma de comunicação).

O Eu poderá dizer, então: “Isso é o que eu desejo e isso é o que existe na realidade”; também poderá distinguir: “Isso é parecido ou está ao lado, mas não é o objeto desejado”; enfim, passará a usar o princípio da realidade. Em última instância, é esse Eu que vai inibir a alucinação interpondo cadeias de pensamento entre ela e a descarga motora. Cadeias de pensamento que irão se complexificando até tomarem sua forma definitiva com a aquisição da representação-palavra.

Devemos entender que todo esse processo do pensar discernidor e reprodutor tem uma natureza inconsciente; nada desse “tateamento” (Lacan 1991, p. 44) em busca de uma “prova retificativa” (p. 44) é perceptível pelo Eu consciente. Esse é o papel do signo de descarga lingüística (*Sprachabfurzeichen*). Nesta altura do *Projeto* Freud expõe o papel da linguagem e sua relação com o processo do pensar no interior do aparelho psíquico. Ele sublinha a importância da palavra como forma de descarga e postula que há apenas uma correspondência, e não uma identidade, entre a série do pensar e a série das representações-palavras, ou seja, o signo de descarga lingüística faz apenas uma ponte com os processos inconscientes do pensar trazendo notícias desse processo para a consciência, possibilitando assim *alguma* comunicação.

A relevância do código se estampa nesse momento, pois o eixo central dessa organização é a linguagem. É através da linguagem que o aparelho psíquico captura o disperso pulsional e o disperso sensível. A rede é a linguagem. Se pudéssemos conceber o aparelho psíquico sem a linguagem, ele seria um lugar de acúmulo de imagens. Através da linguagem o aparelho psíquico virou um aparelho de captura. Ela não é uma simples ferramenta do aparato. É o seu cerne. Captura o disperso pulsional e o disperso sensível e transforma em palavra, em chamado, em sonho, em sintoma, em produções na cultura, etc.

O código que vai sendo construído, primeiramente em uma língua “privada” entre a mãe e o bebê³², alcança, em um segundo momento, a língua comum a todos, a qual é partilhada. É através do código, que constrói uma ponte com os processos inconscientes do pensar trazendo notícias desse processo para a consciência, que se alcança o que chamamos de senso comum, permitindo desta forma uma comunicação.

E como é operada a aquisição da fala? Para que haja a aquisição da representação-palavra, o bebê deve ingressar no mundo dos símbolos, ele precisa tornar as palavras símbolos, ou seja, significar as coisas. A palavra é uma representação complexa composta por imagens provindas do sistema perceptivo. Há, pois, um registro da palavra através dos sentidos (imagem leitura, escrita, acústica e motora), que compõem o que Freud chamou de representação-palavra (*Wortvorstellung*). E aqui ressurgue um aspecto importante para esta

³¹ Ocorre-nos mencionar aquelas situações em que somente a mãe entende o que seu bebê diz.

pesquisa, que reside na idéia de que a representação-objeto não é o objeto. Freud vai dizer que à representação-palavra irá se juntar o conjunto de representações-coisa, ou, como chamou no texto sobre as afasias, as associações de objeto. E é esse o aspecto central: ele afirma que o que se liga à representação-palavra não é o objeto, ou seja, o que o bebê percebe não são objetos que estão no mundo, aos quais a palavra irá se ligar; o que o sistema perceptivo do bebê pode capturar é o disperso sensível, imagens elementares através dos sentidos (um som, um cheiro, uma cor, uma textura e um sabor). Essas associações de objeto não têm uma unidade, não formam um objeto; elas são dispersas e elementares. É a ligação (*Bindung*) das associações de objeto com a representação-palavra que irá conferir ao disperso sensível uma unidade e formar a representação-objeto (*Objektvorstellung*).

Essa ligação (representação-coisa + representação-palavra) é chamada de ligação simbólica. A representação-palavra adquire um significado e as representações-coisa adquirem uma unidade, um conceito; por exemplo: “mamãe”. Ao pronunciar a palavra “mamãe”, o bebê a presentifica sem precisar ter uma experiência sensorial da mãe; presentifica não apenas a imagem visual da mãe, mas, e, digamos, essencialmente, toda a vivência apaziguadora, de conforto que este bebê viveu com ela e pôde registrar na memória. Cabe mencionar, neste contexto, a situação de um bebê que estava aprendendo a dormir sozinho em seu quarto. Sua mãe, ao acordar no meio da noite, ainda em seu quarto, o escutou falar como se estivesse em uma conversa; ele dizia: “mamãe..., papai..., Julia (nome da irmã)..., ursinho Puf..., Cindy (nome da cadela)..., vô Pídio..., vó Léta..., mamãe...”, conseguindo, assim, voltar a adormecer sem chorar.

No entanto, para que essa ligação simbólica ocorra é necessário que uma representação estabeleça um caminho diferencial em relação à outra representação. A memória deixa de ser apenas um registro de alguma coisa e passa a ser um registro de um diferencial entre duas coisas, um caminho preferencial resultante das “diferenças nos trilhamentos entre os neurônios ψ ” (Freud, 1950c [1895]1995, p. 14).

Em “Além do princípio do prazer” há uma passagem famosa em que Freud (1920g/1976) nos mostra uma brincadeira de um bebê, no caso seu neto, que joga um carretel de linha amarrado na ponta para longe e o puxa de volta, dizendo expressões que sugeririam as palavras *fort* e *da*, que querem dizer “lá” e “aqui”. Este é um exemplo de uma memória

diferencial. Aqui houve uma ligação não por contigüidade ou semelhança, mas através da diferença, como em: sair-chegar, sim-não, ir-vir e assim por diante, estabelecendo uma rede de oposição de significantes. Garcia-Roza (1993) afirma que neste momento a palavra começa a substituir as formas mais primitivas de comunicação corporal e passa a ter uma função estruturante do Eu.

Então, retomando o raciocínio, o aparelho psíquico, a partir de uma nova estimulação (*Drang* e *Wunschzustand*) e com o Eu inibido, inicia o processo do pensar que consiste em fazer um exame da realidade, através do mecanismo da atenção, para concluir se o objeto percebido é o desejado ou tem quantidade suficiente de atributos que se assemelham a ele para que se parta para a ação específica através do signo de descarga lingüística (o choro como chamado). Vejam como fica explícita a tendência a *reencontrar* o objeto.

Podemos visualizar um pouco mais a metapsicologia desse reencontro no caminho proposto por Freud no Projeto de 1895, quando examina o processo do pensar discernidor e do pensar reprodutor. Ele afirma que o bebê terá uma vivência inaugural com o ser humano próximo (*Nebenmensch*), a qual resultará na inscrição do complexo neurônico $a + b$. A partir de um novo estado de tensão, o bebê investirá a representação-lembrança $a + b$, surgindo, assim, um estado de desejo (*Wunschzustand*). Com o Eu inibido, através do investimento colateral, dá-se início ao processo do pensar. O mecanismo da atenção psíquica relacionará a representação-lembrança $a + b$ com a representação-percepção $a + c$; neste caso o complexo-percepção irá dividir-se em duas partes. O neurônio a , diz Freud, será, *a coisa (das Ding)*; o neurônio b , o atributo. A essa decomposição Freud chama de *juízo (Urteil)*. O elemento a é o que ele chamou de “inassimilável”, o “não comparável”, o resíduo que escapa ao juízo (Freud, 1950c [1895]1995, p. 47), ou seja, aquilo que da vivência sempre se perde, aquilo que passa e não se inscreve. Lacan vai dizer “aquilo que não cessa de não se inscrever”, o Real. Ocorrenos mencionar que cogitamos a idéia de que esta pesquisa relaciona-se com esse inassimilável, quando referimos a formulação da analista sobre as vivências que passaram por Julia e delas não pôde tirar alguma significação afetiva. No entanto Freud de um assimilável que seria, das sucessivas vivências $a + b$, $a + c$, $a + d$, precisamente os atributos b , c , d . Esse “assimilável” é configurado como *Vorstellungsrepräsentanz*.

Então, Freud declara que, a partir dessa rede de representantes, constituída por b , c , d , etc., um *juízo primário*, que compõe o pensamento judicativo (ou discernidor), estabelecerá as

diferenças e as semelhanças entre a imagem-lembrança, ou, se preferirmos, o investimento de desejo, e a imagem-percepção. É a *dessemelhança* entre essas imagens que possibilitará o juízo de realidade para a percepção, resultando, assim, em “notícias” (Freud, 1950c [1895]1995, p. 47) da realidade construída a partir dessas comparações, uma “crença” (p. 46).

O pensamento é introduzido para que se possa alcançar a eliminação da intensidade através da ação específica. Freud alerta que a “meta e final de todos os processos de pensar é levar a um *estado de identidade*” (p. 45), contudo há uma diferença em relação à situação na qual se desenvolve a alucinação. No processo de pensamento o Eu está inibido, e, portanto, não há descarga motora nem desapontamento. Haverá, isto sim, uma premeditação mediante o estabelecimento de comparações (tateamentos) entre as imagens (lembrança e percepção), resultando numa série de vínculos entre a representação de desejo e as representações suscitadas pelas percepções momentâneas.

É necessário ressaltar que o estado de identidade não é o mesmo que identidade de percepção. A identidade de percepção é aquela resultante do processo primário na alucinação do objeto; já o estado de identidade que Freud quer referir é essa tendência do aparato ao encontro com o objeto que promoveu o prazer, quando realiza o trabalho de decomposição do complexo perceptivo. Como já foi dito, essa decomposição ocorre em função da dessemelhança com a imagem-lembrança. Ela objetiva precisamente poder encontrar identidades.

Esse processo realizado através do pensar judicativo e reprodutivo lembra a noção de retificação comentada por Freud na carta de 13 de fevereiro de 1896. Nela afirma estar ocupado com o livro de Taine (1906) intitulado *De l'Intelligence*. Ao tomarmos contato com este livro, constatamos que ele aborda a questão dos elementos que formam o conhecimento humano. Taine trabalha com os conceitos de ilusão e de sensação, até chegar à questão da presença da imagem em todas as representações sensíveis e nas recordações. Trata-se da imagem como substituto da sensação, provocando o mesmo trabalho alucinatório. E introduz o conceito de *retificação*, que consiste em um mecanismo que ocorre quando duas representações contraditórias estabelecem contato; neste instante, a primeira fica alterada pela segunda e essa alteração chama-se *negação parcial*. A retificação de uma alucinação é um processo de negação parcial (Taine, 1906). Podemos pensar essa negação parcial como resultando da comparação feita entre a imagem-lembrança suscitada no pensar reprodutor e a

imagem-percepção que se submeteu ao *judgar* do processo de pensamento judicativo, ocasionando a retificação de um pelo outro.

Queremos chamar a atenção do leitor para dois pontos no caminho que estamos percorrendo. O primeiro centra-se na idéia de que, para esta formulação, o registro psíquico está associado ao encontro com o outro, ou seja, só existe inscrição se houver esse encontro com o *Nebenmensch*. Mais adiante, quando abordarmos a questão do transitivismo, desenvolveremos melhor esse ponto, propondo uma formulação sobre de que se compõe esse encontro com o *Nebenmensch*, que, como vimos, está no cerne do conceito de ação específica; em outras palavras, o que é fundamental que aconteça nesse encontro, para que ocorra a ação específica e resulte em marcar o sujeito em seu psiquismo.

Nesse sentido, Freud apresenta já no *Projeto* essa questão de que um aparelho psíquico irá surgir na relação com outro aparelho psíquico quando refere a ajuda alheia (*fremde Hilfe*), que é a própria ação específica, realizada a partir de um ser humano próximo (*Nebenmensch*). Dessa relação resultarão as primeiras marcas, as primeiras ligações e, portanto, o primeiro diferencial prazer/desprazer, um primeiro Eu. Sobre a especificidade da ação que esse outro opera, Freud (1950c [1895]1995) comenta:

Ela se efetua por *ajuda alheia*, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial do ser humano é a *fonte originária* de todos os *motivos morais*. (p. 32).

Assim, a marca da representação intensiva, a marca simbólica no psiquismo passa a ter uma relação de dependência com esse outro que é um *Fremde*. Esse outro instaura um primeiro externo, ele é um estranho que irá oferecer ajuda ao desamparado, estabelecendo com este uma *comunicação*.

O outro ponto que é de extrema importância neste percurso centra-se na distância entre aquilo em que consiste a vivência (*Erlebnis*) de algo e o que se pode registrar sobre essa vivência. Dito de forma mais simples, seria a idéia de que o registro da vivência não é a vivência; algo de essencial da vivência sempre se perde. As representações irão se organizar no sentido de trazer “palavra” à Coisa, ou seja, nomear a vivência, vai dizer Freud no final do

Projeto de 1895. Estes signos (que se tornarão representação-palavra posteriormente) trarão apenas “notícias” sobre a vivência, sobre a exterioridade, ou seja, sobre a Coisa.

Então, há duas idéias que nos afastam do que poderíamos conceber como um acesso à realidade material. Primeiro a noção de que o ser humano precisa de um aparato composto de traços mnêmicos resultantes de vivências inaugurais com o outro. Tais traços se configuram a partir de leis específicas, organizando-se como um aparato de memória. É através dessa memória que ele irá “olhar” para o que está fora, ou seja, *organizar o que é possível ver com os recursos de memória que possui*.

A segunda idéia consiste na questão de que a memória é construída a partir do *traço* da vivência. A noção de traço pode gerar alguma confusão, mas poderíamos pensar metafóricamente, para fins de clareamento do conceito, em uma cena muito comum a todos. Pensemos em um chute na canela. O chute é a vivência que operou uma impressão na canela, um impacto; desta vivência só restará o hematoma, ou, popularmente falando, o roxo. A impressão (*Eindruck*) entra e sai, se dou um chute, eu dou e acabou, a impressão do chute esgotou-se quando o chute acabou, mas o que fica é o traço (*Spur*) do chute. A impressão é puro acontecimento. O traço do chute é o roxo, que dói. O roxo não é o chute, nem apenas o signo do chute. O roxo é o traço que nos confirma que esta canela sofreu uma marca (*Prägung*). Poderíamos dizer que a canela “se deixou” marcar pela impressão do chute e o que restou foi o traço que dói, ou seja, produz efeitos. Esse traço intensivo é o que dá uma “notícia” sobre o chute. É o *Wahrnehmungzeichen*, o signo de percepção. A cada nova percepção, esses registros de memória construídos a partir dos traços que restaram de vivências anteriores, agora organizados como uma escritura psíquica, são retomados para capturar o disperso sensível.

Em outras palavras essa noção nos traz a idéia de que toda nova percepção tem sempre sua raiz em uma marca psíquica antiga. Nesse sentido podemos entender quando a analisante diz: “Quando eu dei o primeiro beijo nele, aquela noite foi tão fantástica, que demorei dois anos, namorando ele, para entender que eu nunca mais iria encontrar aquele beijo. Eu queria aquele beijo de volta e não reencontrei.” O que está dito aí? Esse fragmento é exemplar para indicar-nos a relação entre a vivência de prazer, a busca desse reencontro (o desejo) e a “venda” que o desejo coloca sobre a percepção. A analisante precisou de dois anos para *perceber* que não encontraria mais “aquele beijo”.

A idéia central de todo esse percurso é, então, a de que *nada do que é exterior marca o psíquico incondicionalmente*. Existe um princípio, o do prazer/desprazer, que é erigido a partir desta vivência com o *Nebenmensch*. Parece-nos, esse modelo, um nó inicial que permite toda a fiação do tecido que está por ser inventado e resulta em tornar *a percepção uma função da memória*. Ou seja, o que se percebe é organizado pela memória. E mais, o que não pode ser organizado pela memória não se percebe. Neste sentido comenta Lacan (1988): “O mundo da percepção nos é dado por Freud como que dependendo dessa alucinação fundamental sem a qual não haveria nenhuma atenção disponível” (p. 69).

Assim, podemos retomar a primeira especulação que envolve a formulação que a analista construiu a partir da escuta clínica, particularmente a partir do choque produzido na analista. Esta especulação, como já expomos, consiste na idéia de que a vida psíquica de Julia parecia estar “congelada”, resultando na impossibilidade de espantar-se com o novo e de se deixar marcar. Por este caminho, chegamos à consideração de que Julia percebia as coisas que vivia a partir dos recursos de memória que tinha. Isso não quer dizer que ela tivesse algum tipo de retardo mental, como poderia parecer através da leitura isolada desta frase e se não tivéssemos percorrido todo este percurso metapsicológico.

O que nos pareceu ser um caminho a pensar através desse desenvolvimento metapsicológico foi o de que a possibilidade de inscrever uma vivência tinha uma relação com as antigas marcas. E, assim, especulamos que Julia não *extraía* de suas vivências efeitos de verdade³³; é como se determinados acontecimentos passassem por ela, e ela nada soubesse dizer sobre eles. E a analista se perguntava: o que será que ficou como registro psíquico dessas vivências em Julia? Examinemos mais detalhadamente Julia e sua relação com a percepção.

A analista, em situação psicanalítica de pesquisa, trabalhou a questão de que Julia, ao longo de sua vida, referia os “acontecimentos” como seus alicerces e, ao mesmo tempo, nada desses fatos era para ela algo que produzisse alguma significação afetiva, algum efeito de verdade. Nas palavras de Julia: “Quando menstruei eu já até ganhava dinheiro...”. Quanto a esta passagem, a analista pôde observar que a significação que a menarca geralmente tem para

³³ Esse termo está relacionado ao conceito de *fragmento de verdade* que desenvolveremos a seguir.

as meninas – por exemplo, de um marco de feminilidade – em Julia estava esvaziada, era como se menstruar pela primeira vez fosse apenas mais uma menstruação, ou mesmo, fosse mais um efeito biológico de seu corpo. E a analista pensou: cadê a alegria? Cadê a chateação? Ou cadê o medo? Ou, ao menos, cadê a hipótese que ela formulou quando menstruou? E não soube responder, o que lhe ocorreu é que, talvez, algo relativo à feminilidade de Julia que poderia vir simbolicamente sob o fato de ter menstruado na época certa não produzia efeito de sentido para ela.

Não se trata de privilegiar as significações, quando a analista levanta hipóteses sobre as possíveis relações que Julia poderia estabelecer entre suas vivências, mas o que a analista construiu, foi a idéia de que a problemática de Julia era anterior a questão do significante. Neste sentido seria inoperante (como de fato foi) simplesmente marcar algum significante, como por exemplo “a menstruação”, almejando ser isso suficiente para que a analisante seguisse sua pesquisa.

Um outro fragmento que surgiu em situação psicanalítica de pesquisa foi a afirmação: “Nem sei mais com quantos homens eu transei, só sei que não fizeram a menor diferença...”, e depois de quatro anos de tratamento a analista constatou que esses homens pareciam de fato sepultados em uma “vala comum”; não surgiu um nome, um sonho, uma referência ou uma lembrança qualquer. Era como se eles não tivessem existido de fato.

Um fragmento que traz alguma referência à relação com a analista é o seguinte: “Eu até pensei em te ligar, mas resolvi esperar pra vir aqui, é que a minha mãe morreu sábado.” Isto que, nas entrevistas iniciais, a analista, ao entregar um cartão com seus telefones, havia ressaltado que se a analisante *precisasse*, poderia lhe telefonar.

Esses fragmentos trazem um pálido reflexo do que a analista pôde trabalhar em análise de supervisão como sendo a sensação de que Julia não conseguia dar sentido à sua vida, não conseguia dar significação afetiva às coisas que vivia. Por mais eficiente que fosse seu dia-a-dia, pois era organizado com antecedência e clareza, contava sua vida como uma série de fatos sem grandes “rodeios” afetivos, como que tomada pelo tédio. Tudo lhe parecia remediado. O dizer que foi mais esclarecedor para a analista foi quando, ao se referir aos dois filhos, Julia afirmou: “Ter filhos não foi aquela coisa...” Nesta sessão a analista pôde perceber claramente que Julia pariu, alimentou, cuidou e educou, mas não conseguiu, ou melhor, não

teve condições de fazer “gudi-gudi”, dar “bomdiababinha”, limpar a “fofola”, “bugunzar”, “bubular” e de dar um “fofi” ou até mesmo um “carimbondo”. Ou seja, Julia ficou sem *o melhor*, sem usufruir a maternidade. Não queremos dizer com isso que ela devesse fazer “gudi-gudi” e dar “bomdiababinha” e que isso fosse garantir que ela usufruísse a maternidade. Com essas expressões queremos aludir ao fato de que Julia não encontrou no exercício da maternidade os fragmentos de verdade de sua vida. Ela não conseguiu conectar-se com o que fazia sentido para ela a fim de, através desse contato, inventar a *sua* maternidade, por exemplo. Queremos afirmar com isso que as coisas que fariam sentido para Julia, e esta é uma idéia de Freud, seriam aquelas que contivessem um fragmento de verdade, ou seja, situações que tivessem alguma ligação com as que *marcaram* Julia pelo prazer. Vamos detalhar um pouco mais essa noção de fragmento de verdade e seus efeitos na possibilidade de inventar a vida.

As intensidades pulsionais fazem uma exigência de captura para o aparato psíquico e este, por sua vez, pode transformá-las em uma formulação psíquica; para que essa captura possa ocorrer, é necessária, como já expusemos, uma ação específica através da “ajuda alheia”. Desta forma, acontecem as primeiras inscrições de representação e um campo de prazer fertilizado. Mas o que significa dizer que as intensidades pulsionais fazem uma exigência ao aparato que pode transformá-las em uma formulação psíquica? Para entendermos melhor esta questão, retornemos a Freud (1908c/1976) em seu artigo “Sobre as teorias sexuais das crianças”.

Ele aborda a questão da formulação de teorias sexuais realizada na infância. Parte do pressuposto de que a criança desde muito cedo tem interesse pelos problemas relacionados ao sexo (especialmente quando se depara com as diferenças anatômicas), e todas as situações experimentadas na infância, incluindo a *intensidade pulsional* da criança e, também, a chegada de um irmão, aguçam sua capacidade de pensamento. Nas palavras de Freud (1908c/1976): “Com base na instigação desses sentimentos e preocupações, a criança começa a refletir sobre o primeiro grande problema da vida e pergunta a si mesma: De onde vêm os bebês?” (p. 216). A criança seguirá em suas pesquisas e irá se dirigir às figuras que lhe são a fonte de todo o conhecimento, os pais.

Para tais perguntas ela receberá, se antes de tudo não for repreendida, respostas evasivas e soluções mitológicas, como a teoria da cegonha, por exemplo. Essas explicações não são

suficientes para a criança, a não ser para que ela suponha a existência de algo proibido e passe a manter em segredo suas investigações. Com isso enfrenta um conflito psíquico entre suas concepções consideradas incorretas pelos adultos e as consideradas corretas pela autoridade dos mais velhos; assim, afirma Freud, “esse conflito psíquico logo pode transformar-se numa dissociação psíquica” (p. 217). Ele afirma que quando a criança cessa suas reflexões em favor do conjunto das concepções consideradas boas pelos adultos, tornando o trabalho da investigação infantil recalcado e inconsciente, temos a neurose. Diríamos que a teoria que a criança faz chega a um ponto em que fracassa. Esse fracasso ocorre, pois ela formula a teoria com os elementos que têm, que são, evidentemente, insuficientes, como, por exemplo, a teoria cloacal³⁴. O adulto coloca em xeque essa teoria e a criança se vê então confrontada com seu desconhecimento, com a queda da onipotência do pensamento, com a inscrição da diferença, resultando na entrada no campo da neurose.

Então, comenta Freud, para a compreensão da neurose do paciente é indispensável rastrear a teoria sexual infantil que nele se apresenta e se estampa sob a forma de sintomas; afirma, igualmente, que todos os mitos, contos de fadas e, diríamos, toda a produção na cultura têm sua raiz em uma teoria sexual infantil.

Para visualizarmos melhor essa idéia de Freud sobre as teorias sexuais infantis contidas nas produções da cultura, vejamos o que ele escreveu sobre Leonardo Da Vinci. No estudo biográfico do pintor renascentista Leonardo Da Vinci, Freud (1910c/1970) afirma que os “interesses sexuais primitivos” promovem a pulsão de investigação³⁵ e reitera que as crianças fazem pesquisas sexuais, sendo estas, por exemplo, refletidas na curiosidade e prazer incansáveis desta época em fazer perguntas. Após um período de enérgica repressão sexual, a pulsão de investigação da criança sofre três possíveis destinos, conforme sua relação com os interesses sexuais primitivos. Os destinos que Freud nos oferece de forma muito sintética são a inibição neurótica do pensamento, o pensamento neurótico compulsivo e a sublimação, que seria o destino “mais raro e mais perfeito” (p. 74).

³⁴ Essa teoria consiste na idéia de que os bebês nascem pelo ânus.

³⁵ Queremos ressaltar que as intensidades pulsionais impelem a criança a formular incansavelmente teorias sobre o que ocorre com ela, resultando no que Freud chamou de pulsão de investigação, a qual pode sofrer três destinos.

No primeiro destino, a pulsão de investigação sofre o mesmo destino que a sexualidade, o recalçamento, e, portanto, a curiosidade é inibida e a liberdade da atividade intelectual pode ficar limitada ao longo da vida. No segundo caso, o desenvolvimento intelectual resiste à repressão sexual, mas as atividades sexuais de pesquisa são suprimidas e retornam sob a forma de uma preocupação pesquisadora compulsiva, a pesquisa torna-se uma atividade sexual e toma um caráter interminável sem possibilidade de chegar a alguma conclusão. E, no terceiro caso, a pulsão de investigação fica fortalecida, pois a libido escapa à repressão sexual ao ser sublimada em ânsia de saber.

O conceito de trilhamento (*Bahnung*) aqui subentendido está na base da relação entre as representações, portanto é a base da memória e de todo o psiquismo. A vivência de satisfação facilita o caminho entre uma representação e outra (por ocorrência da ação específica), e, assim, o aparelho psíquico passa a percorrer os trilhamentos que foram abertos, ocasionando o reinvestimento das marcas mnêmicas, que impele à *repetição* da experiência. A idéia é a de que a pulsão de investigação é uma forma de resgate da teoria sexual infantil, a qual contém um fragmento de verdade do sujeito, ou seja, a pulsão de investigação faz ressurgir representações que haviam sido inscritas, ocasionando a descarga e novas ligações. Assim, esse fragmento trazido à cena pode constituir novos trilhamentos, que podem oferecer novas formas de escoamento para o pulsional, permitindo que a dimensão da inventividade seja possível. Sobre essa questão Freud (1908c/1976) comenta:

Essas teorias sexuais falsas, que agora examinei, possuem uma característica muito curiosa: embora cometam equívocos grotescos, cada uma delas contém um fragmento da verdade, no que se assemelham às tentativas dos adultos, que consideramos geniais, para decifrar os problemas do universo, que são tão complexos para a compreensão humana (p. 218).

Freud articula a questão da inventividade na biografia de Leonardo Da Vinci (1910c/1970) quando faz uma construção belíssima relacionada ao que ficou caracterizado como a marca do artista: o sorriso “leonardiano”³⁶. Freud trabalha com a lembrança (encobridora) de Leonardo de ter sido visitado em seu berço por uma ave de rapina e supõe a

³⁶ Vejamos a passagem em que Freud fala da marca registrada de Leonardo: “Qualquer pessoa que pense nas pinturas de Leonardo recordar-se-á de um sorriso notável, ao mesmo tempo fascinante e misterioso, que ele punha nos lábios de seus modelos femininos. É um sorriso imutável, desenhado em lábios longos e curvos; tornou-se uma característica do seu estilo e o termo ‘leonardiano’ tem sido usado para defini-lo.” (Freud, 1910c/1970 p. 98).

cena da ave como substituto de uma outra cena, a da mãe legítima de Leonardo beijando-o e alimentando-o no seio. Ao tentar relacionar os detalhes da obra do artista com o que restou de sua infância em forma de lembrança, Freud relata o fascínio que Leonardo teve pelo sorriso de Mona Lisa, e o longo período que trabalhou no retrato indica a forte atração que esse sorriso exerceu sobre ele.

Dessa forma, Freud sugere que Leonardo foi despertado pelo sorriso daquela dama para uma antiga lembrança, da qual nunca mais se libertou: “começamos a suspeitar da possibilidade de que este sorriso misterioso era o de sua mãe – sorriso que ele perdera e que muito o fascinou, quando novamente o encontrou na dama florentina” (p. 102).

Então, podemos visualizar a relação que há entre a pulsão de investigação e a teoria sexual infantil, que contém um fragmento de verdade. O estudo de Freud indica que o efeito do reencontro com as próprias teorias sexuais infantis e, por conseguinte, com o fragmento de verdade nelas contido é a retomada da inventividade, além de retratar a dimensão que este efeito pode ter na cultura.

Em situação psicanalítica de pesquisa supomos, por exemplo, que para Julia a maternidade “não foi aquela coisa” possivelmente porque ela não se conectou com o que poderia lhe produzir efeito de verdade nesta relação. Julia “olhou para o lado” para ver o que uma mãe faz³⁷. Não pôde inventar essa relação de forma a conectar-se consigo. Assim surgiu a idéia de que, em Julia, algo se passava com esse movimento: *pulsão de investigação/teoria sexual infantil/fragmento de verdade/pulsão de investigação*, etc, resultando no sentimento de ausência de sentido, ausência de alegria em viver, de esvaziamento. Chegamos, assim, a uma segunda especulação, que poderá ou não nos servir para articularmos a metapsicologia do caso. Aproximar a possibilidade de inventar a vida, da colocação em cena de uma teoria sexual infantil e supor que nela esteja contido um fragmento de verdade nos parece uma formulação que diz algo sobre Julia, ainda que não possamos nem queiramos fechar a questão. Ao trabalharmos o conceito de teoria sexual infantil, nos pareceu interessante tentar formular em que campo Julia estaria organizada. Neurose? Psicose? Perversão?

³⁷ Ocorre-nos mencionar que a invenção é sempre a três, como veremos mais adiante quando abordarmos o transitivismo. Ela teria de olhar para o lado e conectar-se com seu fragmento de verdade.

3.3 UMA NOSOGRAFIA POSSÍVEL

Julia sofria e veio, espontaneamente, bater na porta de uma psicanalista. Isso se tornou um aspecto importante a ser considerado em uma possível formulação diagnóstica. Ela era, digamos, uma mulher “tarefeira”. “Fazia as tarefas que o ser humano tem que cumprir”, e é como se dissesse todos os dias: “O que tem que ser feito, vai ser feito”, e fazia. Realizava suas atividades cotidianas, mas não *usufruí*a o seu dia. A analista, em um primeiro momento, formulou, em situação psicanalítica de pesquisa, que *a dimensão do prazer estava esvaziada para Julia*.

Essa apatia silenciosa levou a analista a pensar também em formulações metapsicológicas que havia realizado para outros analisantes que apresentavam manifestações psicossomáticas. Lembrou-se especificamente do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Psicossomática (IPSO) em que alguns autores franceses descrevem a clínica deste tipo de funcionamento mental. Para eles, a pessoa adulta que apresenta quadros psicossomáticos tem, evidentemente, alguma capacidade simbólica, do contrário não se comunicaria, contudo, essa comunicação e, de um modo geral, a forma de se expressar são marcadas por certas características frequentes, a saber: pensamento operatório, desafetação, vida onírica empobrecida, boa adaptação social, o corpo desinvestido e vivências de perda acompanhadas de manifestações somáticas.

McDougall (1983), que é uma psicanalista de origem inglesa, mas reside há muitos anos em Paris, onde pesquisa a questão da psicossomática, afirma que o excesso de adaptação à vida em geral é uma das características do paciente psicossomático. Tal pessoa seria considerada uma *normopata*, que geralmente apresenta um funcionamento mental com o domínio em atividades técnicas.

McDougall (1991) também utiliza a expressão *desafetação* para designar o tipo de discurso do paciente psicossomático: “As palavras não têm mais sua destinação primordial, isto é, sua função de ligação pulsional; existem apenas como estruturas congeladas, esvaziadas de substância e de significação” (p. 140). Conforme a autora, o discurso deste tipo de paciente é inteligível e altamente intelectualizado, mas completamente desprovido de intensidade.

Outro conceito que ocorreu à pesquisadora foi o conceito de *alexitimia*, que, conforme McDougall (1983), foi introduzido por Nemiah e Sifneos na década de 70. Esse é um termo de origem grega: *a* = sem; *lexis* = palavra; *thymos* = coração, sendo utilizado para designar as dificuldades de alguns analisantes em distinguirem seus estados afetivos. Neste tipo de paciente, o que está prejudicado é a capacidade de pensar e comunicar os próprios sentimentos, por exemplo, não saber diferenciar se está com medo ou se está irritado. Especialmente este conceito desacomodou a pesquisadora universitária, pois essa formulação parecia-lhe definir alguns momentos de Julia. “Estou em uma festa, os outros estão felizes, devo sentir felicidade... ou, se eu ganho um presente, como é que eu fico? Contento! Porque quem ganha presente fica contente...”

Então, pensou a analista, Julia seria “uma psicossomática”? Não, não parece ser esse o caso. Três observações, entre outras, levaram a analista a afastar definitivamente esta possibilidade diagnóstica. A primeira e indiscutível observação é a de que Julia não apresentava nenhuma lesão corporal. Não há como pensar a psicossomática sem sua característica fundamental, a lesão no corpo. A segunda delas foi a de que Julia procurou espontaneamente o tratamento. Esse movimento espontâneo da analisante afasta este diagnóstico, visto que a clínica da psicossomática nos ensina que o início do atendimento desses pacientes geralmente é intermediado por uma outra pessoa (parente ou médico) que “força” a chegada do psicossomático à análise. A terceira observação que afastou a possibilidade diagnóstica na direção da psicossomática foi o entendimento da analista de que o paciente somatizante não vem espontaneamente à análise, pois não vê sentido nesta atitude, ele não se sente mal, não está sofrendo, e ao escutá-lo é comum surgir as famosas frases-tampão, como: “O médico me disse que vou precisar tirar 5 centímetros do intestino em função da retrocolite; interno no hospital amanhã, e a merda é que vou ter que ficar pelo menos 25 dias sem trabalhar, *mas nada como um dia depois do outro.*” Não há nada mais distante de Julia do que este dizer. Para este analisante, a questão não residia na cirurgia, ou nos riscos de infecção generalizada que já estava correndo em função de sua doença; não verbalizava seus sentimentos de apreensão, medo ou suas dúvidas frente ao que estava por acontecer. Para o analisante, o problema era que não iria poder trabalhar por 25 dias, era com isso que ocupava sua mente, mas resolvia essa *ponta* de angústia com a frase-tampão.

Julia chegou trazida pelo paradoxo de sua vida. Fazia um esforço para recheiar sua vida através das “tarefas” das quais se incumbia, a tarefa de estudar, trabalhar, ter filhos, cuidar da casa, sair com amigos, tirar férias, etc., e, mesmo assim, se sentia esvaziada. Ela sofria e verbalizava seu sofrimento. Padecia da impossibilidade de se entusiasmar, de se espantar, de se surpreender com as coisas da vida e podia reconhecer esse sofrimento. Reconhecia que a alegria em viver era algo que lhe fazia falta na vida. A analista descartou, inicialmente, o diagnóstico de somatose.

Em seguida, ocorreu à pesquisadora universitária a hipótese de que “fazer as tarefas que o ser humano tem que cumprir” fosse apenas *um* caminho que Julia seguia para proteger-se da pura errância que poderia ser sua vida, se não estivesse submetida à sua agenda diária. A errância característica da organização psicótica, na qual todos os caminhos são caminhos possíveis e nenhum caminho remete a outro, nem o organiza, como ocorre no caso da organização neurótica. Calligaris (1989) esclarece a questão da errância na psicose quando afirma:

Trata-se de um horizonte de significações que não é organizado ao redor de uma significação central que organizaria todas as outras. E, como consequência desta posição, o sujeito *tem* que errar. Mas errar não na procura de algo que poderia ser encontrado como significação final, nada disso. Isso seria mais o “erro neurótico” do que o “errar psicótico”. Errar porque não existe um lugar a partir do qual podemos medir a significação do que estamos fazendo. Nesta medida é evidente que a única coisa que resta é percorrer *todos* os caminhos (p. 13).

A analista concluiu, em análise de supervisão, que a errância de Julia era certamente uma *busca*, pois havia um reconhecimento sobre algo que lhe fazia falta. Essa sensação de que sua vida poderia ser mais gostosa, mais prazerosa, de que poderia aproveitar mais as coisas em geral, foi um primeiro fator que remeteu a analista a pensar em um diagnóstico no campo da neurose. Sua procura por tratamento em função de um sofrimento, que trazia em seu cerne uma insatisfação frente à forma como vinha vivendo, pareceu ser a marca da castração.

Sabemos que quando a criança se defronta com a diferença anatômica entre os sexos, ela constrói uma teoria para dar conta dessa novidade. Essa teoria pode ser uma teoria sexual ou não sexual. A criança que formula uma teoria sexual se deixa atravessar pela castração, reconhecendo a distância entre o eu e o outro e a diferença entre os sexos, o que resulta na inscrição (*Niederschrift*) da dimensão do desconhecimento, do impossível.

Julia supunha que havia uma forma de viver, a qual dizia desconhecer, que poderia resultar em bem-estar para ela. Veio ao tratamento com a intenção de efetuar essa busca, a busca desse saber que reconhecia não possuir. Temos, assim, a marca do recalçamento (*Verdrängung*). Então, sob o ponto de vista do saber, podemos supor que Julia se organizasse no campo da neurose. Ao pensarmos em um diagnóstico a partir da posição transferencial, Julia também se coloca neste mesmo campo, pois havia em seu dizer a atribuição de um saber à analista.

Dessa forma fomos afastando Julia de um diagnóstico no campo da psicose, pois quando nos deparamos com um analisante que se organiza neste campo, podemos escutar que as teorias que formula são, desde sua teoria de origem, teorias não sexuais, por exemplo, de que ele é o rei do mundo, filho de Deus, etc., excluindo a possibilidade de defrontar-se com a diferença sexual, com o desconhecimento, com o não saber, não reconhecendo a dimensão da diferença, do outro; de fato o outro é uma extensão dele.

Neste ponto da situação psicanalítica de pesquisa ocorreu à analista: se Julia não se organizava no campo da psicose, como explicar suas sucessivas referências à confusão que fazia entre o que lhe pertencia e o que era pertencente ao mundo, entre o que sentia e os sentimentos que postulava, a partir de sua observação na direção dos outros, como sendo aquilo que deveria sentir? Essas referências não seriam indicadores de que Julia poderia estar organizada no campo da psicose? Chegamos à conclusão de que não. Além de todos os outros aspectos que concorrem para situá-la no campo da neurose, estas referências à sua confusão falam de mais um aspecto que, também, a situa neste mesmo campo. Explicando melhor: para o psicótico, se o outro não faz o que ele quer, ele faz pelo outro e fica como se o outro tivesse feito. Isso demonstra sua indiferenciação radical. E geralmente a extensão que opera para seus sentimentos e pensamentos parte dele mesmo para o exterior, isto é, ele deposita no outro sentimentos e pensamentos que são seus. O psicótico estende seus sentimentos para o mundo, pois justamente não tem ciência dessa distância.

No caso Julia a direção é inversa, do mundo para ela. A dimensão do eu e do outro já estava configurada em Julia. Mas ela não se apropriava do sentimento do outro, apenas tomava-o como parâmetro. O dizer “Estou em uma festa, os outros estão felizes, devo sentir felicidade” não confere felicidade a Julia, ou “Se ganho um presente, como é que eu fico? Contento! Porque quem ganha presente fica contente” não confere contentamento a Julia. O

olhar dela estava voltado para fora, para o que os outros esperavam dela. Essa é uma dimensão específica do neurótico, quando ele se protege da castração ao desistir do seu desejo em favor do outro³⁸.

Outro aspecto que foi considerado em uma especulação diagnóstica para Julia foi a escuta do modo de endereçamento que Julia operava na transferência. Como Freud argumenta quando trata a questão dos sentidos das palavras (Freud 1915e/1974), o psicótico toma a palavra como coisa. A palavra do analista não tem o caráter metafórico que a linguagem oferece. O deslizamento de sentidos não é capturado pelo psicótico e logo chama a atenção do analista. Em geral, para o psicótico as palavras têm seu sentido concreto. Então, por exemplo, a palavra “voar” só remete ao sentido de uma forma de deslocamento pelo ar; outros sentidos, como o de fantasiar, não lhe parecem compreensíveis. No caso Julia isso não ocorreu, pois a dimensão metafórica da linguagem estava instaurada. Ainda no campo da fala do analisante, podemos observar que o dizer do neurótico é atravessado por uma série de referências ao seu *não saber*, através de expressões como “eu não sei”, ou “eu não tenho certeza”; já o psicótico está em uma posição de certeza e o “eu não sei” dele, se ocorre, é por retórica, não por se saber castrado.

Um diagnóstico no campo da perversão não foi suscitado durante a discussão do caso em análise de supervisão, sendo isso já um indicador para a direção do campo diagnóstico. Mesmo assim, foram levantados alguns aspectos diferenciais. Sob o ponto de vista do saber—cuja forma de ocorrência no campo da neurose e da psicose já foi exposta — na perversão há uma sutileza. O analisante que se organiza neste campo foi confrontado com a castração, mas “escorregou”. Houve a inscrição da dimensão do impossível, mas sua defesa não é o recalque para lidar com tal desconhecimento. Ele fica na postura de quem sabe, ou seja, sua defesa é a recusa (*Verleugnung*)³⁹. O perverso “sabe o que é melhor para o outro” e, às vezes, até convence o outro disso — como, por exemplo, na pedofilia; ali, ele sabe tudo sobre a sexualidade. O extremo dessa posição se localizaria na necrofilia; neste caso, de fato, o outro não sabe nada, está morto. Enquanto a certeza no psicótico é onipotência, a certeza no

³⁸ Freud Comenta sobre essa questão em seu artigo “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (1920a/1976).

³⁹ Foi comentado em reunião do Laboratório de Psicanálise e Aprendizagens que a *Verleugnung* poderia ser entendida como um “mentir mal”, que parece ser uma tradução esclarecedora.

perverso é esperteza e, portanto, prepotência. Julia veio a tratamento, precisamente, por seu não saber. O campo da perversão está muito distante do caso Julia.

Esses foram alguns dos aspectos discutidos em análise de supervisão que levaram a analista a supor que Julia estivesse organizada no campo da neurose. Ou seja, podemos supor que Julia, ao se defrontar com a diferença anatômica entre os sexos, tenha construído uma teoria *sexual*, deixando-se atravessar pela castração. Isto quer dizer que passou a reconhecer a distância entre o eu e o outro e a diferença entre os sexos, o que resultou na inscrição da dimensão de que existe algo que é da ordem do seu desconhecimento, ou seja, que sempre haverá algo para além de seu saber. A dimensão do não saber é, também e principalmente, direcionada para *dentro*, ou seja, o sujeito está alienado de uma parte de si mesmo, instaurando a dimensão de que ele é dividido, passando a viver sob a égide do conflito.

O conceito de conflito psíquico na neurose envolve a noção de oposição entre desejo e defesa. O que singulariza este caso é a observação de que em Julia a questão parece não residir no pólo da defesa, que sabemos ser estruturante, e no caso da neurose é o recalçamento (*Verdrängung*). A questão parece residir no pólo do *desejo*. O que queremos dizer com isso?

Queremos dizer que no caso da neurose a questão do *retorno do recalçado* tem um lugar privilegiado na escuta analítica, ou seja, nesta organização se concebe este retorno como uma “carta cifrada” que conta algo sobre o desejo do sujeito. Dito de outra forma, na neurose a representação inconsciente que sofreu recalque primário (*Urverdrängung*) é matriz de todo o investimento pulsional no aparato psíquico e não alcança o pré-consciente, pois o deslocamento da intensidade pulsional associada a ela ocorre, justamente, para que possa retornar ao pré-consciente sob forma disfarçada (formações substitutivas ou, digamos, a carta cifrada). Esse retorno tem o intuito de alcançar expressão consciente e burlar o recalque secundário, pois a função do recalque secundário é precisamente oposta a esta direção, ele rompe a *Vorstellungsrepräsentanz*, recalca a representação e suprime, ou desloca, ou ainda transforma a quota de *Affekt* (*Affektbetrag*). O retorno do recalçado apresenta-se sob diversas produções. A formação de sonhos, chistes, atos falhos, produções na cultura em geral, aludem a uma flexibilidade nesse aparato, ou seja, indicam uma composição psíquica rica em trilhamentos (*Bahnen*) que oferecem passagem do recalçado à representação-palavra,

resultando na produção de novas ligações⁴⁰. Quando essa riqueza falha, ou seja, quando há uma fixidez no percurso desses trilhamentos, ocorre a formação do sintoma neurótico.

Os pormenores do processo pelo qual o recalque transforma uma possibilidade de prazer numa fonte de desprazer ainda não estão claramente compreendidos, ou não podem ser claramente representados; não há dúvida, porém, de que todo desprazer neurótico é dessa espécie, ou seja, um prazer que não pode ser sentido como tal (Freud, 1920g/1976, p. 21).

Na neurose a transferência opera da seguinte forma: temos a representação recalçada e investida, cujo investimento desloca-se para uma representação pré-consciente, que, por sua vez, está também investida e, em razão deste deslocamento, torna-se superinvestida. Desta forma, essa representação pré-consciente toma as características do pulsional e torna-se compulsiva, peremptória e repetitiva. Assim, o que se repete são os equivalentes simbólicos de representações inconscientes e, portanto, se articulam de acordo com a lógica do Inconsciente. Dito de outra forma, o que se repete em uma relação transferencial na análise são representações que estão de alguma forma associadas (por contigüidade, semelhança ou oposição) a outras, que sofreram o recalque primário.

A formação do sintoma, por sua vez, é o retorno da intensidade pulsional recalçada⁴¹, através de uma formação substitutiva no pré-consciente, a qual conferirá um certo grau de descarga de intensidade pulsional, não chegando a ter o caráter de uma ação específica. Essa descarga da intensidade pulsional teria o caráter de ação específica se esta ação obtivesse sucesso em promover novas ligações (*Bindungen*).

Então, toda a lógica da neurose tem ênfase nessa noção de *retorno do recalçado*, retorno daquilo que foi inscrito, é intensivo e pressiona o aparato para burlar o recalque, irromper na consciência e efetuar sua descarga. Mas se Julia estava organizada no campo da neurose, seria possível localizar o que sinalizava como sendo retorno do recalçado? Seria sua apatia silenciosa? Se considerarmos a apatia como sintoma, devemos perguntar: o que poderia estar cifrado em algo que é mudo, que não tem palavras? Fica difícil pensar essa apatia como

⁴⁰ Neste ponto poderíamos introduzir o conceito de sublimação.

⁴¹ O recalque primário gerou pontos de fixação das representações às zonas erógenas; essas representações retornarão com a tonalidade afetiva, os mecanismos defensivos e o tipo de vínculo estabelecido com o objeto, correspondentes à fixação (Valls, 1995).

sintoma, pois o conceito de sintoma traz consigo a idéia de comunicação de algo, como afirmamos no parágrafo anterior.

Vamos, então, pensar em uma inibição neurótica. Freud pouco desenvolve o conceito de inibição. Em “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926d/1999) ele circunscreve a idéia de que a inibição seria uma renúncia a uma função do eu, uma vez que o seu exercício viria a desenvolver angústia. E afirma:

Pode-se também denominar inibição a uma limitação normal de uma função. Sintoma, ao contrário, equivale a um indício de um processo patológico. Assim, uma inibição pode ser também um sintoma. Na linguagem corrente, procede-se de uma forma tal que, onde está presente uma simples redução da função, fala-se de inibição, e, onde se trata de uma alteração não convencional da mesma ou de uma nova operação, fala-se de sintoma... a inibição é a expressão de uma limitação funcional do eu [*Funktionseinschränkung des Ich*] que, por sua vez, pode ter causas muito diversas. Diversos mecanismos desta renúncia [*Verzicht*] à função nos são muito conhecidos, assim como sua tendência geral (p. 01).

Desta forma, o caminho da investigação de uma renúncia a uma função do eu não nos pareceu, em situação psicanalítica de pesquisa, uma direção que contemplasse o que vinha sendo trabalhado sobre o caso, visto que Julia construiu uma vida. Ela estudou, buscou um trabalho e o manteve, buscou laços amorosos e sexuais, resolveu ter filhos, etc., só que Julia vem ao tratamento para se perguntar por que o que sobrou de cada experiência que teve foi a sensação de que “não foi aquela coisa”.

Chegamos mais uma vez à hipótese de que em Julia *a dimensão do prazer estava esvaziada*⁴². Algo se passava em Julia que parecia estar organizada no campo da neurose, mas a formulação da neurose não era suficiente para darmos seqüência a nossas especulações metapsicológicas. Foi quando a pesquisadora universitária e mais algumas alteridades que a acompanhavam no trabalho de confecção desta tese tiveram a oportunidade de participar de um encontro com o psicanalista pesquisador Roland Chemama (2002a).

⁴² Em análise de supervisão, a pesquisadora universitária trabalhou o lapso que ocorreu na escrita desta passagem quando, ao pretender escrever “dimensão do prazer estava esvaziada” a autora escreveu “dimensão do desejo estava esvaziada”. De fato essas dimensões de desejo e prazer estão interligadas, contudo clinicamente era o prazer que parecia esvaziado. Contudo, o leitor observará mais adiante que Chemama, ao tratar a questão da forclusão do falo, trata a questão do desejo.

Para a surpresa da pesquisadora universitária, Chemama inicia o encontro falando sobre as características de sua clínica na atualidade e descreve sujeitos com aspectos clínicos muito semelhantes aos de Julia. Ele fala de sujeitos nos quais não constatou elementos fenomenológicos nem estruturais da psicose, não constatou colapso subjetivo, como o chamado crepúsculo da realidade, e também não constatou fenômenos massivos de automatismo mental, nem tampouco alucinações. No entanto, afirma que não se pode pensar que se trate apenas de casos de neurose, “só a descrição da neurose não daria conta disso” (Chemama, 2002, p. 02).

Chemama continua a delimitação e afirma que, do ponto de vista clínico, a errância é uma evidência, e ressalva: “A errância aponta para a psicose, mas não necessariamente” (p. 02). E cita outros aspectos, como grande pobreza ou ausência de relações afetivas, dificuldades consideráveis no plano sexual, uma parada nos estudos no começo, ausência de desejo e também algo que designa freqüentemente um estado depressivo. Como o leitor deve estar observando, muitos destes aspectos clínicos levantados por Chemama estão presentes no caso Julia.

Em sua especulação inicial, ele sublinha que esses sujeitos apresentam um estilo de relação com o Outro que se precisaria analisar em detalhes, mas que não parecem se organizar em torno de um fantasma como sustentáculo do desejo, ou ainda dificuldade muito grande em situar o que poderia ter valor falicizado e representar a diferença sexual, e ainda constituir um significante que tornaria desejável algo da realidade. Vamos trazer essas afirmações para perto do caso Julia. Dizer que esses sujeitos apresentam um estilo de relação com o Outro que se precisaria analisar em detalhes nos lembra, no caso Julia, a questão da relação de Julia com a sua percepção, com a linguagem em um sentido amplo, aquilo que desenvolvemos anteriormente. Dizer que esses sujeitos não parecem se organizar em torno de um fantasma como sustentáculo do desejo e que apresentam dificuldade em situar o que poderia ter valor falicizado, e ainda de constituir um significante que tornaria desejável algo da realidade, são especulações metapsicológicas que muito se assemelham às que conseguimos alcançar em nossa pesquisa, quando referíamos que em Julia a *dimensão do prazer estava esvaziada* e que ela não conseguia atribuir *um valor* às coisas que vivia. Esta constatação, de que Chemama trouxe para a discussão naquele encontro questões metapsicológicas semelhantes às

desenvolvidas no caso Julia, convidou-nos a escutar com especial atenção seus encaminhamentos metapsicológicos, apesar de Chemama trabalhar no campo conceitual da teoria lacaniana, teoria esta que não havíamos abordado até agora. Todavia, isso não se tornou um impedimento.

Em um primeiro momento Chemama refere que muitos autores de várias origens têm tentado articular metapsicologicamente os diagnósticos que, do ponto de vista clínico, não se aproximam das nosografias tradicionais de neurose, psicose e perversão. Neste sentido, faz uma crítica aos autores que trabalham com o termo *casos-limite*⁴³, ou, em inglês, *borderline*, na tentativa de abarcar esses casos clínicos que não poderíamos denominar de uma neurose ou uma psicose. De fato, revela Chemama, se olharmos mais de perto a metapsicologia dos casos-limite, os conceitos não são muito rigorosos e até mesmo bem confusos; o DSM IV recebe uma crítica em especial, pois, de acordo com os critérios do manual, de tão abrangentes e inespecíficos, a grande maioria da população não escaparia deste enquadramento (Chemama, 2002a, p. 04). Desta forma, Chemama insinua que ainda não foi suficientemente pesquisada uma metapsicologia que possa articular esses casos que são, de fato, uma atualidade e vêm desacomodando muitos analistas.

Chemama é bastante contundente ao afirmar que, para os lacanianos, o conceito de *borderline* não existe, pois este conceito implica a noção de uma organização psíquica que está na fronteira entre a neurose e a psicose. Esse *entre dois* não existe (p. 07). Ele marca que o que determina uma organização psicótica é a forclusão do Nome do Pai, ou seja, quando o significante que poderia fazer lei, lei simbólica, é rejeitado para fora do simbólico. Então, ou há, ou não há, forclusão do Nome do Pai, não existe meio-termo. E, assim, parte para a descrição do seu modelo.

A pergunta que ele lança ao público é: haveria outras modalidades de forclusão? Ou melhor, a forclusão poderia incidir sobre outro significante que não o significante Nome do Pai? Essa é a questão de Chemama. Para respondê-la, primeiramente ele comenta que Lacan, em seu Seminário 1, “Os escritos técnicos de Freud”, quando trata da questão do Homem dos Lobos, fala de uma forclusão da castração e comenta:

⁴³ Chemama cita vários autores que trabalham com este termo, entre eles Otto Kernberg, Heinz Kohut, Margaret Little, Jean Bergeret e André Green.

É porque a castração não foi simbolizada, que faz retorno no real sob a forma de alucinação do dedo cortado. Então poderíamos pensar que o que Lacan chama aí de forclusão da castração é apenas a prefiguração da forclusão do Nome do Pai? É só isso? Será que a lei simbólica, aquela da proibição do incesto, não é precisamente a castração? Dessa perspectiva se poderia pensar que quando Lacan formulou a forclusão do Nome do Pai, então a noção da forclusão da castração perdeu seu interesse (Chemama, 2002a, p. 09).

A hipótese de Chemama é a de que o conceito de forclusão do Nome do Pai abarcou alguma formulação que se iniciou com a noção de forclusão da castração. E a pergunta retorna: haveria outras modalidades de forclusão? Vamos clarear um pouco esta idéia.

Lacan (1999), quando formaliza o complexo de Édipo, no Seminário “As formações do inconsciente” distingue três tempos. No primeiro tempo a criança tem relação com o desejo da mãe. A instância paterna está presente, mas sob uma forma velada, através da mãe, ou seja, a questão do falo já está colocada em algum lugar da mãe. A criança mantém uma relação especular, na qual é demarcado o início da distinção entre o interior e o exterior, mas, fique claro, não há ainda diferenciação entre o eu e o outro, o que se pode pensar, neste momento, é uma demarcação dos limites do corpo. Ao procurar a realidade de si mesma, a criança encontra a imagem do outro com a qual se identifica.

Diríamos, a propósito do transativismo, que a criança encontra a imagem e a hipótese que o outro faz dela. Então, “o que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, *to be or not to be* o objeto do desejo da mãe” (Lacan, 1999, p. 197). Esse primeiro tempo, então, se passa no registro do imaginário. O imaginário, para Lacan, não é produto da imaginação, mas pertence ao campo psicanalítico, ou melhor, ao campo do circuito do desejo humano, que se divide em imaginário, simbólico e real. O campo do registro do imaginário refere-se à relação da criança com a imagem do semelhante, que, ao mesmo tempo que constitui um esboço de eu (*moi*), corresponde a uma perda de si mesmo, a uma alienação. A criança, então, vai procurar ser o objeto de satisfação da mãe, ser o falo.

No segundo tempo do Édipo, o pai aparece como o que é preciso situar além da mãe, e é neste momento que se origina a lei, isto é a proibição do incesto, e é também o momento da inscrição da castração, ou seja, a criança deixa de ser o falo da mãe, demarcando assim a entrada da criança no campo do registro do simbólico. “O pai se afirma em sua presença

privadora, como aquele que é suporte da lei... mediado pela mãe que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei” (Lacan, 1999, p. 200). O pai, introduzido pela operação materna, recalca o desejo da fusão onipotente com a mãe, privando tanto a criança do objeto do seu desejo quanto a mãe do seu objeto fálico. O que está em jogo neste momento é o pai simbólico, enquanto metáfora paterna. É nesse segundo tempo que há a inscrição do significante Nome do Pai, o que resulta na clivagem da subjetividade da criança.

Há um terceiro tempo, e é nesse terceiro tempo que o pai aparece como aquele que tem o *falo*, ele aparece como tendo o *trunfo* (*l'atout maître*). Esse tempo é essencial. É porque o pai tem o falo, que pode dá-lo simbolicamente. “Neste momento ocorre a identificação com o pai, essa identificação chama-se ideal do eu... o pai intervém como real e potente” (Lacan 1999, p. 201). Alguma coisa que é da ordem do significante fica guardada de reserva, isto é, inscrita no psíquico, “cuja significação se desenvolverá mais tarde” (p. 201). Isto quer dizer que, quando o menino ou a menina, na puberdade, começam a entrar na efetividade de ocupar um lugar sexual, irão fazer uso desta reserva. O menino poderá, então, julgar ter títulos que lhe permitam fazer uso do falo. Quanto à menina, ela terá a possibilidade de receber o falo de um homem.

Chemama (2002b) levanta a questão do pai real, neste terceiro tempo, como aquele que tem o trunfo. Ele lembra que Lacan faz uma pequena reformulação em seu pensamento, do Seminário 4 (1995), “A relação de objeto” para o Seminário 5 (1999), “As formações do inconsciente”. Ressalva que, no primeiro, Lacan afirma que o agente da castração é o pai real ou a mãe real, ou seja, Lacan toma as coisas mais sob o vértice do interdito do que sob o vértice da intervenção do homem da mãe. Ou seja, se o interdito é sustentado, pouco importa se é feito pelo pai ou pela mãe. Essa idéia é concebível em função do terceiro tempo.

Chemama afirma que o terceiro tempo do Édipo é aquele em que se recorta melhor o significante fálico como tal. O pai intervém como real e potente. O autor pensa ser sobre o significante fálico que se colocam as questões atualmente. “Que o *pater familias* perca um pouco de sua importância, por que não? Mas se o significante fálico é forcluído, isto é muito mais problemático” (Chemama, 2002b, p. 06). Ele refere que, neste caso, a dificuldade não reside na forclusão do Nome do Pai, ou seja, uma carência no nível do registro simbólico, mas em uma carência do pai real. E ainda articula que esta carência parece favorecida pelo discurso contemporâneo, uma vez que não é bem-visto um homem que assuma ter o trunfo.

“Seria facilmente tachado de machista” (p. 06). A consequência, como veremos em maiores detalhes agora, seria uma espécie de ausência de vetorização fálica e um sentimento de vazio absoluto.

Então Chemama (2002a) introduz sua proposta de que a noção de forclusão do falo estaria articulada nesse terceiro tempo do Édipo. O significante Nome do Pai estaria preservado, mas haveria a forclusão do falo, enquanto significante que o pai real pode transmitir, ou melhor, enquanto significante que o homem da mãe pode transmitir. A forclusão do falo não é o mesmo que forclusão da castração, precisamente porque a forclusão da castração estaria ligada a uma carência situada no nível de uma instância simbólica, no segundo tempo, aquela do Nome do Pai. Na forclusão do falo trata-se de carência do pai real. Mas se o falo é o significante da falta, se é o próprio objeto do recalçamento fundamental, como conceber a forclusão deste falo? Essa idéia implicaria prescindir do recalque original?

Chemama responde a pergunta ressaltando que o falo tem ao menos duas funções. A primeira função é a de inscrever um limite, uma borda. Esta função está diretamente relacionada ao recalçamento fundamental e estaria preservada. É o significante da perda ligada, para nós, à própria linguagem e é por isso que o significante fálico é, de uma certa forma, excluído da cadeia significante.

Para a delimitação da segunda função devemos observar que Lacan diz que o falo não desempenha seu papel senão velado, ou seja, mesmo que, em geral, ele constitua apenas o ponto de ausência ao qual reenviam os outros significantes, ele constitui também o que, uma vez posto como um limite, permite um desejo. É sobre esse segundo ponto que Chemama trabalha. Com efeito, é a operação fálica que faz do *objeto a* um objeto erotizado e, poder-se-ia mesmo dizer, um objeto propriamente causa do desejo, ou um objeto que pode causar o desejo. O falo é o significante que a partir do inconsciente, enquanto ocupa ali um lugar particular, dá ao sujeito a tonicidade de sua relação com o desejo, ou seja, o limite que o falo produz permite o desejo.

Chemama declara que o que faz a erotização do *objeto a* é a operação fálica. A propósito da questão da erotização, Freud (1919e/1974) se pergunta, em “Bate-se em uma criança: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais”: como é que da fantasia de bater surge o sexual? Como nasce o sexual para a criança? Chemama responde dizendo que é a

operação da função fálica que faz do *objeto a* um objeto erotizado, ou seja, ele afirma que ao colocar em funcionamento a função fálica, o *objeto a* torna-se um objeto erotizado. A queda na potência do pai real está relacionada com o risco da forclusão do falo. Se há uma forclusão do falo, a erotização do *objeto a* fica pobre, ocorre insuficientemente.

Chemama (2002a) sustenta que, assim como Lacan postulou que a forclusão do Nome do Pai pode ser mais ou menos abrangente, a forclusão do falo pode ser parcial. Ela intervém maciçamente em certos sujeitos, e em outros pode ter uma intervenção reduzida. Contudo, a forclusão do falo não corresponde a alguma experiência específica, ou seja, assim como a forclusão do Nome do Pai é inferida a partir de seus efeitos, ter-se-ia que situar a forclusão do falo também a partir de seus efeitos. Entretanto, Chemama afirma que, ao observar um certo número de casos, constata que não se trata da figura de um pai afetado em seu índice fálico, o que poderia levar a se pensar em um pai fraco, mas da idéia do pai real relacionada a formas de elisão de seu desejo sexual. Sobretudo nos casos em que a relação entre o pai e a mãe se inscreve de início a partir de um registro por definição *não sexual*. Então, neste caso, o pai não está com seu índice fálico afetado integralmente, mas a relação deste homem com esta mulher tem índice fálico nulo.

Sob o ponto de vista clínico, Chemama formula que a forclusão do falo poderia ser suposta a partir de três efeitos principais. Um sobre a sexualidade, outro sobre a noção de tempo e outro ainda sobre a relação do sujeito com o mundo.

O efeito sobre a sexualidade surgiria através de dois pólos. No primeiro, ele encontrou sujeitos com uma impossibilidade de engajar-se em laços sexuais, o que, como bem sublinha ele, é diferente do desgosto do tipo histérico que viria dissimular um desejo. Seria uma espécie de paralisia sobre a qual o sujeito tem pouco a dizer. O outro pólo observado diz respeito àqueles sujeitos que têm relações sexuais numerosas, mas a sexualidade se passa de alguma forma fora deles; isto quer dizer que, ao mesmo tempo que eles não se sentem investidos de um desejo, não há, por outro lado, insatisfação. Sobre essa pontuação de Chemama podemos articular o fragmento no qual Julia refere que perdeu a conta do número de pessoas com que já teve relacionamentos sexuais, pois não fizeram diferença.

O segundo efeito da forclusão do falo elencado por Chemama seria sobre a relação do sujeito com a noção de tempo. Seria um tempo sem escansão, sem antes nem depois. O sujeito

perde suas referências espaciais e temporais, experimenta uma forte angústia e um sentimento de vazio insuportável que pode até levar a automutilações.

O terceiro efeito é sobre a relação do sujeito com o mundo. Seria o que se chama geralmente de depressão, uma depressão que não é passageira ou reativa. O sujeito não apresenta a vetorização fálica, apresentando um sentimento de estranheza frente ao mundo. O sujeito não reconhece mais o mundo que o cerca. Esse terceiro efeito, se bem lembrarmos, diz respeito, precisamente, aos comentários iniciais sobre o caso Julia, quando mencionamos a apatia silenciosa, a falta de alegria de viver em Julia e também a *sinuca de bico* em que fica o profissional frente a essa “depressão”.

As idéias de Chemama são elucidativas para caminharmos na construção metapsicológica deste ensaio. Sua pesquisa psicanalítica revela ter muitos aspectos clínicos em comum com a nossa construção, inclusive, e principalmente, no que ele chama de efeitos da forclusão do falo. Sua proposta metapsicológica no que diz respeito à forclusão do falo como sendo uma operação que ocorre no terceiro tempo do Édipo, não inviabilizando o ingresso no mundo simbólico, nem a inscrição da dimensão da castração, faz deste conceito uma possibilidade metapsicológica para articularmos o caso Julia em sua característica mais declarada, que era a sua impossibilidade de usufruir suas coisas, seu cotidiano, transformando sua vida em um arsenal de tarefas a serem cumpridas.

Podemos especular no campo da teoria lacaniana, que é a teoria sustentada por Chemama, que o que falhou em Julia foi a operação fálica, que tem por função fazer do *objeto a* um objeto erotizado. E, como vimos, a queda na potência do pai real está relacionada com o risco de ocorrer a forclusão do falo. Se há uma forclusão do falo, a erotização do *objeto a* fica pobre, o que resultaria na diminuição da possibilidade de Julia desejar alguma coisa, de fazer uma eleição sobre algo que *quer* e, desta forma, usufruir desse algo.

Certamente essa é uma posição metapsicológica a ser desenvolvida ao longo dos próximos anos, no entanto, até onde pudemos explorar esse conceito, ele nos parece falar sobre as dimensões do prazer e do desejo em Julia. Em outras palavras, a forclusão do falo responde sobre a questão do prazer, do usufruir, do “não era aquela coisa”. A noção de forclusão do falo possibilita a formulação de uma hipótese metapsicológica que dá conta da

observação clínica de que Julia não conseguia extrair de suas vivências a sensação de que “valeu”.

Podemos retomar nossa segunda especulação, que articulamos anteriormente, quando propusemos que a maternidade para Julia “não foi aquela coisa” possivelmente porque ela não se conectou com o que poderia produzir para ela efeito de verdade nesta relação. Nessa passagem, havíamos especulado que Julia não pôde inventar esta relação de forma a conectar-se consigo através do movimento *pulsão de investigação/teoria sexual infantil/fragmento de verdade*. Ao visualizar a ligação que há entre a pulsão de investigação e a teoria sexual infantil, que contém um fragmento de verdade, poderíamos agregar a seguinte pergunta: qual é a relação que há entre forclusão do falo e a realização desse movimento *pulsão de investigação/teoria sexual infantil/fragmento de verdade*? Ou, que efeito tem a inscrição do valor fálico sobre a teoria sexual que a criança formula? Pensamos, e essa posição não está fechada, que se as coisas não possuem valor fálico, a inventividade fica pouco estimulada. Desta forma podemos fazer uma ligação entre a inventividade e a inscrição do valor fálico.

Vamos agora retomar à primeira especulação deste ensaio, que surgiu no cotidiano da clínica como sendo a questão inicial desta pesquisa, aquilo que produziu o primeiro paradoxo, o choque que a analista recebeu e nos levou a formular toda a primeira etapa deste ensaio abordando a questão da inscrição psíquica e da percepção como função da memória. Essa questão, vale lembrar, se resume na idéia de que inúmeras situações *passaram* por Julia, vivências de toda ordem percorreram sua vida e ela lá estava, sem condições de capturar o que vivia, sem conseguir dar significado à sua vida, como que estrangeira à sua exterioridade, estrangeira a seu corpo. Frente a ela nos ocorreu a pergunta: será que a questão do valor fálico tem alguma relação com a possibilidade de inscrição psíquica? Em cima desses conceitos de valor fálico e de inscrição psíquica, seguimos nossa pesquisa. Retomamos, assim, a questão da inscrição psíquica e avançamos ao tentar explicitar o que, precisamente, se passa na ação específica, o que nos levou a estudar o conceito de transitivismo. O conceito de transitivismo

3.4 O CONCEITO DE TRANSITIVISMO

3.4.1 Considerações preliminares

Ao formularmos passo a passo como se dá uma inscrição psíquica, abordamos como é fundamental que haja uma vivência de satisfação operada por um indivíduo mais experiente através da ação específica para que haja uma inscrição no aparelho psíquico. Também foi exposto que o conjunto dessas inscrições não é um amontoado de imagens ligadas por simples associações por semelhança, pois o eixo central dessa organização é a linguagem. Como já foi dito, é através da linguagem que o aparelho psíquico captura o disperso pulsional e o disperso sensível. A rede é a linguagem. Através da linguagem o aparelho psíquico virou um aparelho de captura. Ela não é uma simples ferramenta do aparato. É o seu cerne.

Como também já foi exposto acima, o aparelho psíquico é formado para reencontrar vivência de satisfação. Isso tem uma importância crucial para o entendimento do caso Julia, pois nesta formulação estão concebidas as seguintes idéias:

A idéia de que o aparato se inaugura na vivência com o próximo

A idéia de que o prazer/desprazer experienciado nessa vivência é erigido em princípio e passa a reger o aparato

A idéia de que o aparato passa a condensar e deslocar essas imagens para reencontrar a vivência de satisfação.

Neste sentido, formulamos que a percepção está atravessada pela memória. Desta forma, se retomarmos a questão levantada no princípio deste ensaio – que consiste na pergunta: o que de novo pode ser capturado pelo aparato psíquico a cada nova vivência? Ou, dito de outra forma, de que modo o diferencial da exterioridade pode ser capturado pelo aparato psíquico? – visualizaremos dois caminhos metapsicológicos.

Podemos responder de forma apressada, ao apreciarmos nosso desenvolvimento metapsicológico, que nada de novo pode ser capturado pelo aparato psíquico, já que existe

uma íntima conexão entre a rede de representações que se construiu através das sucessivas vivências de satisfação que terminam por introduzir o bebê no mundo das palavras e a possibilidade de formar um novo registro. Ao tomar esta posição, a psicanálise estaria referida ao trabalho de propiciar que essa rede produza seus derivados, testemunhar que ela “prolifera no escuro” (Freud, 1915d/1974 p. 172), ou seja, a psicanálise estaria operando apenas através do conhecido trabalho de ressignificação que é possível realizar em um tratamento psicanalítico. Na melhor das hipóteses, através do trabalho que Freud chamou de *construção*.

Em seu artigo “Construções em análise” (Freud, 1937d/1996), ele lança o conceito de construção. Afirma que o paciente deve, em análise, conseguir recordar o material que vivenciou e recalcou, através do vínculo transferencial que favorece este retorno. O analista, por sua vez, não vivenciou nem recalcou o referido material, então, tem a tarefa de “completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*. Seu trabalho de construção, ou, se se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo” (p. 276).

Assim, segue dizendo, tal qual o arqueólogo, que ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos reconstroem por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram (Freud, 1937d/1996). Desta forma, Freud se posiciona do lado da reminiscência, ao realçar a importância da representação, ou seja, nesta formulação ele enfatiza que o que está escrito, está escrito e esquecido, e o trabalho de uma análise seria de tomar os fragmentos que irrompem no consciente e, a partir disso, *construir* o que possivelmente está soterrado. Por mais que alguns analistas da comunidade tomem emprestado o termo *construção* para designar um trabalho que ultrapassa os limites do que foi inscrito e esquecido, o texto de Freud é claro ao retratar sua posição em relação a este conceito, como quando relaciona a construção com a lembrança do que foi esquecido. Para o leitor, duas passagens:

Mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e

tornadas inacessíveis ao indivíduo. Depende exclusivamente do trabalho analítico obtermos sucesso em trazer à luz o que está completamente oculto [...] o caminho que parte da construção deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe... em razão da resistência (pp. 277-286).

O analisante, por sua vez, realiza o trabalho de perlaboração (*Durcharbeitung*). Este trabalho é parte do processo analítico e visa, como resultado, possibilitar que o analisante faça o reconhecimento de algumas representações inconscientes. Desta forma, há um reordenamento de representações que resultam, para o analisante, em uma nova forma de interpretar o mundo e em uma ressignificação de sua própria história. A atenção de Freud está voltada para o material que já se encontra ligado, inscrito, ou seja, sua atenção está voltada para o simbólico; ele trabalha essencialmente com a *Vorstellungrepräsentanz*. Assim, podemos concluir que o conceito de construção não abrange a possibilidade de uma inscrição nova. Freud não enfatiza essa possibilidade. Todavia, se retrocedermos 17 anos em sua obra, encontraremos um outro conceito que germina uma nova dimensão na clínica psicanalítica e que podemos aproveitar nesta pesquisa. Esta ampliação surge com a introdução do conceito de pulsão de morte abordado em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920g/1976). Neste ponto, ele retoma sua teoria sob um outro vértice, pois a marca da primeira tópica freudiana é a afirmação, ou, se preferirmos, a pulsão sexual, ou ainda, a representação, o “mesmo”, os caminhos conhecidos; por outro lado, a marca da segunda tópica é a negatividade, ou a pulsão de morte.

Encontramos em Freud a possibilidade de colocarmos maior ênfase na pura transitoriedade, na mudança, na ruptura. A partir de 1920, Freud postula que a pulsão pode presentificar-se no aparato psíquico sob duas formas que diferem no que diz respeito à sua representabilidade. A pulsão de vida recebe este nome para designar a pulsão que foi capturada pelo aparelho psíquico e se tornou, dentro dele, a *Repräsentanz*, da expressão *Vorstellungrepräsentanz*. Sobre a intensidade que se torna investida na representação Freud (1896b/1987), comenta:

Refiro-me ao conceito de que, nas funções mentais, deve-se distinguir algo – uma carga de afeto ou soma de excitação – que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo (p. 65).

A pulsão de morte é aquela que ingressou no aparato e não se ligou a representações nem investiu ligações. Presentifica-se, dentro do aparelho psíquico, sob o nome de *Affekt*. Para Freud, a pulsão de morte e a pulsão de vida são princípios inerentes ao ser humano, ou seja, elas estão presentes, ao mesmo tempo, durante toda a vida, no sentido de opor libido e destrutividade. Esta última é o nome que Freud sugere para caracterizar a energia da pulsão de morte. O Eros une as representações e as mantém unidas; a destrutividade impede que as ligações se perenizem.

Dessa forma, podemos pensar que uma ligação que se estratifica pode levar ao tamponamento da expressão do desejo inconsciente. O que sustenta o desejo inconsciente é justamente a pulsão de morte que “cutuca” os elos antigos e faz com que novos laços sejam inventados. A pulsão de morte é um princípio que possibilita novos trilhamentos (*Bahnen*) e, portanto, outras ligações (*Bindungen*). “Pode-se supor que, ao passar de determinado elemento para outro, a excitação tem de vencer uma resistência e que é a diminuição da resistência assim alcançada que deixa um traço permanente da excitação, isto é, um trilhamento” (Freud, 1920g/1976, p. 42). A idéia que reside no conceito de *Affekt* traz uma renovação para a teoria e faz sentido nesta pesquisa. Trata-se da noção de pura intensidade que ingressa no aparato e não investe as representações já inscritas. Foi a partir do conceito de *Affekt* que a pesquisadora universitária conseguiu dar seqüência à formulação metapsicológica sobre o paradoxo levantado no caso, que envolvia a questão da percepção em Julia, ou seja, a idéia de que sua vivência (*Erlebnis*) poderia não estar se transformando em experiência (*Erfahrung*).

Especulamos, em nosso desenvolvimento metapsicológico, que a percepção está ligada à noção de inscrição psíquica e esta, por sua vez, à noção de desejo. Este é o caminho metapsicológico que estamos construindo. E retomando a pergunta inicial –que vale a pena repetir: o que de novo pode ser capturado pelo aparato psíquico a cada nova vivência? – constatamos que o conceito de *Affekt* abre as portas para a formulação que contempla a possibilidade de um registro novo se inscrever, ou seja, a psicanálise amplia-se para um outro tipo de clínica que não trabalha apenas no campo do registro psíquico, isto é, no campo da *Vorstellungrepresentanz*, mas se estende para uma clínica que trabalha no campo do puramente intensivo com a possibilidade de que algo novo, ali, em situação psicanalítica de

tratamento, possa se inscrever⁴⁴. O conceito de *Affekt* possibilita esta especulação, pois ele consiste na idéia de que um *quantum* de energia ingressa no aparato e não é capturado pelos registros que compõem esse aparato. O *Affekt* é uma intensidade que fica *solta, à margem*, ou seja, não se transforma em símbolo.

Esse conceito nos parece importante para dizer que há duas formas de repetição. A primeira, que já desenvolvemos longamente, é a repetição do que foi inscrito, ou seja, engloba a noção de ação específica e de um campo de prazer fertilizado. Essa inscrição insiste em *irromper-e-irromper-e-irromper* no pré-consciente através de seus diversos formatos como o sonho, o ato falho, o chiste, o sintoma, etc. A outra forma de repetição toma o conceito de *Affekt* em sua essência. Poderíamos pensar essa repetição como a repetição do fracasso da inscrição, isto é, o que se repete é só o excesso pulsional, sem ligações (*Bindungen*) e, portanto, sem possibilidade de leitura⁴⁵. Sobre essa repetição podemos especular uma possibilidade de um registro novo vir a ser inscrito, em situação psicanalítica de tratamento, para que o puro excesso intensivo tenha alguma contenção e descarga simbólica. A idéia central é a de que uma nova inscrição possa ser operada em situação psicanalítica de tratamento.

A formulação metapsicológica de uma nova inscrição é particularmente curiosa, pois, ao longo dos últimos anos em que esta pesquisa vem sendo realizada, afirmar a possibilidade de uma nova inscrição em um analisante que *fala* e se organiza no campo da neurose surtiu os mais variados efeitos na comunidade psicanalítica. Os efeitos foram desde “Como assim, nova inscrição, se tu não trabalhas com bebês?” até “Sim, sem dúvida, a clínica psicanalítica trabalha com a possibilidade de inscrição mesmo em analisantes que já fazem oposições significantes.”

Dessa forma, em interlocução com as alteridades que participaram deste trabalho, concluímos que há duas posições distintas a respeito da clínica psicanalítica. A primeira contempla uma idéia de que a partir de determinado momento da vida do analisante nada mais

⁴⁴ A questão de uma nova inscrição na situação psicanalítica de tratamento será detalhada no tópico “O golpe de força na situação psicanalítica de tratamento”, para que possamos compreendê-la com clareza.

⁴⁵ Lacan trabalha essa questão em seu Seminário 4 e nomeia a clínica que se defronta com tal repetição como a clínica do Real.

poderá ser inscrito em seu aparato psíquico, e daí em diante o trabalho analítico centraria-se apenas em diminuir o esquecimento, ou, na melhor das hipóteses, em operar um rearranjo dessas inscrições. A segunda posição, que é a que desenvolvemos nesta tese, é a de que diante daquilo que se repete e é impronunciável, puro excesso, puro horror, ou só angústia automática (Freud, 1926d/1999), é possível que algo novo se inscreva e se torne um saber suplementar, como quando Julia diz: “Eu precisei vir aqui para descobrir que não preciso gostar de ir à praia”, e observamos que esse dizer ocorre quando ela começa a atribuir *um valor* à sua vida na cidade, se colocando em uma posição de desejo.

A terceira especulação que fizemos foi a de que se trata de um registro novo que ingressa na rede de representantes, possibilitando um *saber suplementar* e, portanto, um novo efeito de verdade. E como podemos formular a operação de inscrição de um novo registro? Essa articulação metapsicológica tornou-se possível quando tomamos o conceito de ação específica, que, como sabemos, está no cerne da possibilidade de inscrição, e o aproximamos de um conceito da atualidade que também trabalha sobre a questão da inscrição. Este conceito mais atual é o transitivismo.

3.4.2 A operação transitivista

O conceito de transitivismo será desenvolvido nesta pesquisa, visto que julgamos que ele pode nos ensinar quais são as operações que ocorrem na relação mãe/bebê quando se dá a ação específica. A idéia deste desenvolvimento é poder colocar uma lente sobre o conceito de transitivismo, o qual julgamos estar no cerne do conceito de ação específica. Assim, pretendemos formular quais são os processos que compõem a operação de marcar um psiquismo.

Freud (1950c [1895]1995) afirma que a vivência de satisfação como um todo promove as “conseqüências mais decisivas para o desenvolvimento das funções do indivíduo” (p. 32). Podemos observar no texto freudiano que as “conseqüências decisivas” são uma série de registros mnêmicos e de ligações (*Bindungen*) resultantes da vivência de satisfação no sistema que corresponde ao aparato de memória proposto por Freud, em 1895. Essas ligações, como já expomos extensamente no início deste ensaio, inauguram um trilhamento (*Bahnung*), ou seja, inauguram o próprio aparato psíquico. O trilhamento, então, tem uma relação com a ação

específica que compõe a vivência de satisfação. A ação específica realizada por essa pessoa mais experiente é, precisamente, o que vai *possibilitar* e *caracterizar* o trilhamento no “desamparado” (*hilfelos*).

Mas quais são as operações que compõem a ação específica? Esta pergunta é pertinente, porque não estamos falando simplesmente do ato de uma mãe alcançar um alimento para o bebê desamparado. De que se trata exatamente esse desamparo? Certamente não de um desamparo puramente biológico. Vamos colocar a lente sobre essa operação.

Antes, no entanto, vamos situar o leitor no contexto de alguns dados históricos sobre o conceito de transitivismo⁴⁶. O termo surgiu na Escola de Psiquiatria Alemã do século XIX. Originou-se de observações que os pesquisadores da época faziam acerca do “estranho comportamento” de pacientes psicóticos. Tais pacientes, quando esbarravam em uma parede, por exemplo, acariciavam a parede, ao invés de o fazerem com o próprio corpo ferido. Nessa época, os psiquiatras formularam que estava em jogo algum fenômeno no qual os pacientes *transitivavam*, ou seja, transferiam para a parede algo, no caso a dor, que estavam impossibilitados de perceber no próprio corpo.

Além dessa primeira visão de um transitivismo ligado à morbidez, posteriormente vieram outras. Wallon (1946) teria sido um dos primeiros a apontar para a hipótese de que a operação transitivista poderia fazer parte do desenvolvimento de qualquer ser humano. O transitivismo teria uma relação com o momento imediatamente anterior àquele em que a criança já saberia fazer uma distinção entre ela e o outro. Ocorreria numa etapa anterior àquela em que a criança consegue *perceber* o que lhe acontece. Outros autores, como Lacan (1988), Ajuriaguerra (1976), Winnicott (in Jalley, 1998), em algum momento de suas obras haveriam tocado nesse tema.

⁴⁶ Bergès e Balbo (2002) expõem os vários significados da palavra “transitivo”: “De acordo com o dicionário *Le petit Robert*, transitivo é o que é passageiro, mutável. Do latim *transitivus*, de *transire*, “passar”. Em filosofia, diz-se daquilo que modifica, age sobre outra coisa que não o agente. Em lógica, faz referência a uma relação ou a uma operação que, quando liga um primeiro termo a um segundo, e esse último a um terceiro, liga do mesmo modo o primeiro termo ao terceiro. Ex: Em $A=B$, $B=C$, a relação igual é transitiva e $A=C$. As relações: *igual*; *maior e menor que*; *anterior a*; *posterior a*; *implica* são transitivas [...] *Transitivo* também é um verbo que rege seu complemento sem intermediário, por uma passagem direta do sujeito ao objeto” (p. 17-18).

Os autores franceses Bergès e Balbo (2001) estão, atualmente, desenvolvendo esse tema dentro de suas pesquisas. Em seu livro “A atualidade das teorias sexuais infantis”, propõem uma formulação para que uma ação (específica) possa ocorrer entre a mãe e o bebê e resultar na inauguração do aparato psíquico deste. Eles discorrem sobre o *lugar* da mãe e do bebê nessa relação e a possibilidade de a criança produzir uma teoria, ou melhor, a possibilidade de a criança inscrever algo em seu psiquismo, como fruto da ocupação desses lugares.

Os autores partem da concepção de que a criança nasce com um aparato orgânico (o corpo) à espera de ser nomeado. O corpo seria o primeiro lugar de nomeação. É através dele que o eu e o mundo começam a tomar forma. A função do transitivismo se torna essencial, pois torna *presentes* as experiências do bebê, ajuda a criança a formar representações, inscrever percepções acerca do que há com seu corpo e ao seu redor. A função do transitivismo é a de presentificar para o bebê algo que lhe passava despercebido.

O transitivismo é uma operação que ocorre entre duas pessoas em que se estabelece um jogo de posições. Como reiteram Bergès e Balbo, este jogo, contudo, ocorre a três, pois só é possível transitar através da linguagem. A linguagem tem seu papel fundamental sendo, então, o terceiro componente do jogo, que, por sua vez, é composto de algumas etapas, que podemos nomear para melhor entendimento do conceito. São elas: a hipótese (aposta/teoria/antecipação/suposição), o desconhecimento (distanciamento/não saber/interrogação), o golpe de força (a dupla negação), o testemunho (surpresa/autentificação) e a ultrapassagem.

Bergès e Balbo (2002) afirmam que o processo de inscrição de uma percepção na criança começa, certamente, antes de seu nascimento. Essa afirmação não tenciona ter qualquer cunho espiritual, mas quer revelar a existência e importância da formulação imaginária da mãe acerca desta criança. Tal formulação não tem seu centro na criança que está por vir, mas na criança que esta futura mãe foi e na sua construção fantasmática sobre a maternidade, isto é, a mãe irá construir uma série de fantasias (conscientes e inconscientes) sobre ser mãe e sobre seu filho, que possuem elos com suas vivências do passado.

Será a partir do seu imaginário que a mãe irá dar o primeiro passo do jogo. Ela, diante de seu bebê, formula uma hipótese sobre o que se passa com ele a partir do que consegue perceber e formular. Nessa hipótese, que podemos chamar também de *suposição*, ou

antecipação, ou ainda de *aposta*, há sempre uma teoria acerca de algo, ou seja, há sempre um saber que a mãe formulou com base em suas próprias vivências de, por exemplo, o que é sentir sede, dor, calor, o que é amar, o que é a solidão, a privacidade, etc.

Ao entrar em contato com o bebê, a mãe formulará uma hipótese, como: “Você está com frio?” Essa pergunta indica que a mãe sabe algo sobre o frio e, ao pronunciar a pergunta, ela *antecipa* para o bebê sua hipótese, com isso transitiva seu saber. Transitiva, transfere – como na corrida de revezamento, ela passa o bastão para o bebê. O bebê, que até então nada percebia, recebe um *golpe de força*.

O golpe de força, então, consiste na hipótese que é transitivada da mãe para o filho e vem, acima de tudo, num momento presencial dos dois, através da voz, e mais ainda, por uma interjeição, por exemplo: “Cuidado, filho!” Trata-se de um jogo de *afetação*, no sentido de que a mãe não está sendo pedagógica, ela está com *sua corporeidade totalmente comovida* e não poderia se isentar desse jogo nem que quisesse. Transitiva o que a *afetou*. De fato, a possibilidade do golpe de força se torna viável quando o agente é golpeado por algo do mundo.

O golpe é uma *forçagem* (Bergès & Balbo, 2002, p. 13), da qual o golpeado também não consegue esquivar-se, como quando se ouve um grito, não é possível voltar atrás e não ouvir o grito, ou seja, quando se ouve o grito, está feito o golpe. O golpe fere, mas está longe de ser da ordem do traumático, pois seu movimento é contrário ao do trauma. Uma vivência traumática é aquela experiência em que o sujeito vivencia o transbordamento, quando é tomado, invadido pelo excesso de intensidade (externa ao corpo ou interna) e não produz nenhuma ordenação simbólica sobre o que vivencia. O golpe de força, por outro lado, impele o outro a uma organização, ele é ordenador, liga a vivência, isto é, liga o acontecimento à linguagem, ou seja, limita o que era da ordem do puro excesso ao nomear a vivência. Dito de outra forma, a mãe nomeia a vivência do filho a partir do que ela sentiu ao presenciar o que acabou de se passar com ele e assim, nomeando o frio, o tombo, a fome, etc., ela oportuniza que a criança perceba o que lhe acontece naquele momento.

Há ainda mais um movimento que ocorre através do testemunho para que o golpe de força seja efetivo e propicie que a criança inscreva um registro sobre que está vivendo. Este movimento psíquico é o da *dupla negação*. A mãe nega a negação no outro. Quando a mãe

nega a negação no outro, ela opera um recalçamento. A mãe olha o bebê cair no chão, o bebê mantém-se na posição de que nada aconteceu e a operação da mãe é dizer “ai” por ele; ela nega que não tenha acontecido nada, nega a negação do bebê. O golpe de força tem força por operar nessa dupla negação.

Parece simples: a mãe olha seu filho e sente alguma coisa, nomeia para ele e ele assim inscreve algo em sua memória. Não, nada é simples e linear neste jogo que resulta em que a criança produza símbolos.

Para que uma criança seja capaz de fazer uma teoria, isto é, para que ela consiga ligar imagens e sensações a representações, é preciso, antes de qualquer coisa, que sua mãe a suponha capaz de formular uma teoria. Então, quando ela pergunta: “Você está com frio?”, supõe que a criança saiba o que “frio” quer dizer e que pede para ser aquecida (Bergès e Balbo, 2003). Isso implica que a mãe, ao formular sua hipótese, possa tolerar a existência de algo que ela não conhece nesse bebê, o saber dele, e ainda possa delegar ao filho a possibilidade de lhe comunicar esse saber quando ele quiser.

Dessa forma, para que a mãe possa conferir ao bebê um saber, seu lugar deve ser o de quem desconhece algo. Isto significa dizer que a mãe precisa estar barrada pela castração. Em outras palavras, a posição de desconhecimento é aquela em que a mãe aceita que seu saber é parcial, pois ela conhece a dimensão do impossível, por exemplo, que é impossível ela *ser* o seu filho. E é precisamente através da aquisição da dimensão do impossível que a mãe pode se colocar no lugar da criança. Ela pode ser ela *e* ele. A possibilidade de colocar-se no lugar do filho, por sua vez, indica a divisão da mãe. Assim, cabe à mãe exclusivamente a interrogação sobre o que se passa com o filho, pois, por mais que sua hipótese opere um golpe de força no bebê, ela só terá o efeito de arrancar o filho da materialidade se nela, na hipótese, existir a dúvida do castrado e a delegação do saber *sobre* o outro *para* o outro.

A interrogação, que traz a marca da dúvida, permite que um espaço se instaure entre a hipótese da mãe e o que o filho vivencia no real de seu corpo, para que o bebê possa ou não ratificar a hipótese da qual foi investido. Este espaço permite que o *golpeado* possa responder ao golpe⁴⁷. Por exemplo, quando a criança se agita e a mãe lhe pergunta: “Você quer mamar,

⁴⁷ Se esse espaço não existir, em vez de *golpeado* o bebê fica *nocauteado*.

meu filho?”, só que a criança vira a cabeça e rejeita o peito. Neste momento avançamos um pouco mais neste jogo, pois cabe à mãe *testemunhar* seu bebê. Ela, se consegue aceitar que não sabe tudo e que seu bebê sabe algo sobre si, pode verificar se sua hipótese se comprovou ou não⁴⁸.

À mãe cabe testemunhar duas situações: a primeira é quando a criança confirma a aposta da mãe e se organiza, passando a ocupar um lugar no mundo da linguagem. Este movimento não consiste somente em que a criança se identifica com o que a mãe lhe diz, é muito mais que isso. A criança identifica *que a mãe lhe diz*, identifica que a mãe está dirigida para ela (a criança), e é essa identificação que arranca a criança da materialidade e a coloca no mundo da linguagem. Neste caso, apesar de ter tido sua hipótese confirmada, a mãe que está atravessada pela castração coloca a “bola ao centro” para próxima rodada. Isto quer dizer que ela não se convence de que um dia saberá tudo sobre seu filho e não precisará mais *testemunhá-lo*. O testemunhar serve para certificar-se de sua hipótese duvidosa.

A segunda situação é quando o bebê não comprova a aposta da mãe. Ela, ao perceber que seu bebê quer outra coisa, o autentifica, permitindo assim que ele a *ultrapasse* em suas apostas acreditando que sempre haverá algo da experiência daquela criança que será impossível para a mãe saber. Como quando diz: “Você quer mamar, meu filho?” e a criança vira a cabeça e rejeita o peito, a mãe, testemunhando o que está ocorrendo, autentifica a manifestação do bebê e formula: “Não quer mamar... deve ser sono, né, filho? não dormiu à tarde...”. Se ambas as situações são possíveis na relação, a criança participa do jogo e, assim, impede que o circuito simbólico se feche.

Deduzimos, então, que a especificidade da ação que a mãe realiza sobre a criança consiste em trazer, juntamente com a ação (de oferecer o alimento, por exemplo), uma organização psíquica singular que caracteriza essa ação e impele o bebê a uma resposta, uma organização. Assim sendo, a resposta do bebê é, também, específica, ou seja, sua organização psíquica pode ser tomada como resultante desse encontro singular. A constituição psíquica do bebê tem como ponto de partida essa relação de posições entre a mãe e o bebê. Transitivismo é a

⁴⁸ Nesse ponto Bergès e Balbo (2002) afirmam que a mãe deseja que o filho afague seu desejo de mãe, isto é, que ele se identifique com a aposta que ela está fazendo.

palavra que denomina este trabalho de revezamento em que mãe e bebê estão implicados, resultando para o bebê no acesso ao simbólico⁴⁹ (Bergès & Balbo, 2002).

Para melhor visualizarmos a operação do transitivismo ocorrendo, tomemos uma situação clínica de tratamento de uma criança. Silveira (2003) expõe o caso Nicole quando conta sobre um fragmento que trata do transitivismo. Refere que Nicole, uma menina que ainda não fala, durante uma sessão, dirige-se até um balcão na sala de atendimento e bate inúmeras vezes com as mãos sobre a mesa. A analista vai até a menina e lhe diz em tom interrogativo: “Você está fazendo uma batucada?” e passa, a analista, a bater suavemente próximo à paciente; em seguida, Nicole começa a acertar golpes fortes sobre a mesa. A analista a autentifica dizendo-lhe que, decerto, não se trata de uma batucada, e sim que Nicole está braba. Após a sessão, a analista lembrou-se que, momentos antes do acontecido, tinha proibido a paciente de ter acesso a uma determinada parte da sala de atendimento e relacionou, agora de forma consciente, a brabeza da paciente com a proibição que havia sofrido. Alguns dias depois, a profissional percebeu que uma estereotipa bastante freqüente da paciente havia cessado. Anteriormente, Nicole costumava aplicar golpes sobre a própria cabeça quando era censurada; agora, o fazia sobre objetos. A analista formulou que a operação de aposta do transitivismo havia oportunizado um novo destino para a energia que transbordava até então em comportamentos de auto-agressão.

Inicialmente, as batidas de Nicole sobre a mesa não traziam a marca psíquica de expressão de fúria, mas, quando a analista nomeou tais batidas desta forma, ali se instaurou uma inscrição psíquica. Não podemos saber exatamente em que consiste essa inscrição, supomos que possa ser um registro do que é o sentimento de raiva, ou um registro de partes do seu corpo como a cabeça, as mãos, ou ainda da noção de dentro e fora. A analista de Nicole formula sua aposta de que Nicole *inscreveu* a raiva, pois as atitudes de auto-agressão da paciente foram deslizadas para objetos, ou seja, aquele excesso que desaguava em auto-agressões, quando nomeado, pôde deslizar para expressões em objetos.

O caso Nicole é exemplar para nos ensinar o movimento da operação transativista e ressalta algo que é da ordem do detalhe e que Bergès e Balbo (2002) contemplam em seu livro

⁴⁹ Em situação psicanalítica da pesquisa, ocorreu-nos formular: para o bebê, o acesso ao simbólico, e para mãe?

“Jogo de posições da mãe e da criança”. A analista relatou que se dirigiu à paciente de forma interrogativa. Desta forma, ela revela sua posição neste jogo: a posição de quem supõe um saber no outro, a posição de quem não sabe tudo e, também, a posição de quem pode aprender com e sobre o outro ao testemunhá-lo. O detalhe, então, reside neste distanciamento, neste espaço que há entre o que a analista antecipa e o que é vivenciado pela paciente. A analista faz uma hipótese que carrega um “não saber”, a paciente também não sabe o que lhe ocorre, mas é investida da hipótese de sua analista (a hipótese de que Nicole sabe algo sobre si) e pode identificar-se com tal hipótese e, assim, a ratificar. Trata-se, então, de um desconhecimento. É esse desconhecimento que impede que o circuito simbólico se feche, e deste modo há sempre um relançamento de hipóteses a cada nova vivência perceptiva entre a dupla.

Esse distanciamento opera um corte na relação. Em outras palavras, poderíamos dizer que o distanciamento coloca a dupla em uma condição de desconhecimento, ou seja, nenhum dos dois sabe dar o próximo passo na interação, confrontando o sujeito com o impossível. No entanto, há uma aposta no saber do outro, isso mesmo, uma aposta. É este investimento, esta aposta no saber do outro, de ambas as partes, que permite a invenção desse saber em cada um. É como se, em uma determinada dupla, um dissesse: “Eu *sei* que você sabe dar o próximo passo”; ele diz que sabe, mas não sabe, apenas aposta nisso. O outro, por sua vez, aceita esse investimento, pois também aposta que o primeiro sabe o que diz. Aceitando tal investimento, termina por ratificar o próprio saber como uma verdade e proporciona que o primeiro também fique investido de uma aposta. Vale ressaltar que esse processo de *revezamento* não é consciente, nem pedagógico como se observa em alguns métodos “educativos” nas relações em geral. Para que haja esse revezamento, o investimento no saber do outro não pode ser uma aposta do tipo “trabalhando a auto-estima do outro”, e, assim, tal aposta deve ser de algo que fale de um *fragmento de verdade* que se passa nessa relação. A aposta no saber do outro nessa relação é, pois, tramada a partir dos enlaces inconscientes da dupla e, portanto, não responde a qualquer intenção de controle ou educação.

E como fica o caso em que a mãe não está atravessada pela castração? Depois de reservarmos vários encontros do Cartel de Escritura Psicanalítica para a discussão do transitivismo, conseguimos chegar a uma especulação metapsicológica nova que traz uma outra perspectiva para pensarmos o psicopatológico à luz da operação transativista. É evidente

que o que determina a organização psíquica do sujeito, seja no campo da neurose, da psicose ou da perversão, não é exclusivamente resultado da ação específica através do transitivismo; há outros fatores que concorrem para essa organização. E digamos desde já que o modelo do transitivismo não é exclusivo para a relação mãe/bebê, nem ocorre somente nos momentos iniciais da vida da criança. Com esta formulação queremos apenas fazer algumas especulações sobre como ocorre a operação transitivista, relacionando-as com o psicopatológico.

Dessa forma, pensamos que o transitivismo é operado essencialmente em três movimentos que envolvem três tempos. O primeiro movimento é o da *pergunta* (a surpresa), o segundo é o da *hipótese* (o saber) e o terceiro é o da *ultrapassagem* (o distanciamento).

Para que a operação transitivista se inicie, é necessário que a mãe realize o primeiro movimento, o da pergunta. Ela se interroga: “O que há com você, filho?” Se a mãe se pergunta algo sobre seu filho, isso indica que ela pôde se surpreender com seu bebê, indica que ela se deixa espantar com as coisas do mundo. Ela observou os movimentos, o olhar, os sons do bebê e sentiu curiosidade em saber do que se tratava. Algo naquele bebê lhe fez furo, lhe fez falta. Ela não está fechada sobre si em seu saber. Desta forma, a mãe que se pergunta é aquela que se sabe parcialmente desconhecadora. Ela sabe que não sabe tudo, tolera a dúvida e ainda supõe que seu filho tenha algo a lhe dizer, podendo, assim, surpreender-se com ele e se interrogar.

A mãe que olha para o seu bebê e refere que ele não lhe diz nada não consegue fazer o primeiro movimento do transitivismo: surpreender-se e se interrogar. O autismo seria a expressão máxima que revela a impossibilidade da dupla de realizar esse primeiro movimento. A mãe do autista acha que a criança não quer nada, nem diz nada. Isso ocorre porque essa mãe traz consigo uma suposição, uma hipótese de que seu bebê “é calmo e não incomoda”. Não formula nada a respeito do que pode observar, ou melhor, tudo o que pode formular quando observa um movimento, um som, um choro de seu bebê é que “isso não é nada”, ou seja, a hipótese feita pela mãe é a de *não demanda* do bebê. E essa hipótese não é desdobrável.

Supomos que uma mãe organizada no campo da psicose possa não se perguntar sobre seu filho. Ocorre-nos mencionar uma situação clínica ilustrativa, na qual, durante uma sessão de

análise, um menino se embala intensamente, parecendo desprovido de contato com a exterioridade. Enquanto isso, a pessoa responsável pelos cuidados da criança, a cuidadora, fala com a analista sobre algo do cotidiano e nada aponta acerca do comportamento da criança. Quando interrogada sobre a estereotipa, diz: “Ah, ele faz isso sempre”. Não existe uma pergunta sobre o que quer a criança com isso. Ela é suposta como uma criança estranha e ponto. Podemos formular que a estereotipia de Nicole, o caso mencionado anteriormente, demandou na analista uma interrogação.

A mãe que se interroga pode, então, realizar o segundo movimento: o de fazer hipóteses a cada instante. Para que ela consiga formular uma hipótese, há que ter um saber inscrito em seu psiquismo e, também, a possibilidade de valorizá-lo, ou seja, a mãe que formula hipóteses sobre seu bebê sabe que não sabe tudo, mas também sabe que sabe alguma coisa e, assim, pode golpear seu bebê com a sua hipótese, e diz: “Humm, acho que você está com sede”. Acha que seu bebê *lhe demanda alguma coisa*.

Se a mãe, por exemplo, se encontra em um episódio depressivo e, por conseguinte, não valoriza o que sabe e o que pensa, pode não ter condições de fazer uma hipótese (que resultaria em um golpe de força e introduziria o bebê no mundo dos falantes). Uma outra situação que envolve este segundo movimento é o caso da perversão. A mãe que em alguns momentos se atrapalha com certos limites culturais e faz uma hipótese de que o seu filho “é mais esperto, ou mais terrível” que os outros, por isso quando diz: “Não bate nos teus colegas”, ela grita, mas ao mesmo tempo ri, o que resulta em não marcar, em não golpear a criança por essa proibição. O golpe não diz respeito só às palavras, mas essencialmente à hipótese inconsciente que a mãe traz consigo, e isso aparece na forma com que ela opera o golpe. A expressão de uma hipótese formulada neste campo pode ser uma criança com dificuldades de limites: desde aquela que é agressiva em geral, que bate e morde, até aquela que se põe em risco ou não sabe se defender. A agressividade, neste caso, é uma tentativa fracassada de submeter-se ao golpe de força, pois, como já expusemos acima, a inscrição não é natural, o pulsional, o não inscrito resiste em se inscrever, é necessária uma *forçagem* (Bergès & Balbo, 2002, p. 13).

O terceiro movimento é o da ultrapassagem. Neste momento, a mãe que já se espantou ao se dirigir ao bebê, já pôde sonhar⁵⁰ ao formular uma hipótese sobre seu filho, agora passa para o terceiro movimento, que é o de testemunhá-lo mais uma vez. Ao observar seu bebê, ela irá certificar-se se ele correspondeu à sua hipótese, irá testemunhar como ele se saiu perante sua hipótese; pode ser que a confirme totalmente, ou parcialmente, ou ainda a desconforme. Aqui ela se confronta com o seu desconhecimento. Este é o momento em que a mãe oportuniza que a criança se torne um outro, quando suporta sua defasagem e tolera que a criança possa discordar de sua hipótese, ao dizer: “Humm, não está com sede, está só brincando com a mamadeira!” Ao legitimar a ultrapassagem, a mãe impede que circuito simbólico se feche, estando, assim, pronta para espantar-se novamente.

A mãe que não tolera o distanciamento não realiza esse movimento. Neste caso, só ela sabe, o bebê não pode ultrapassá-la. Esse excesso de saber da mãe não instaura o revezamento com o filho, pois, ao observar neste terceiro momento os movimentos, os sons e o choro de seu filho, ela mantém a *sua* hipótese, não oportunizando o jogo de lugares. Desta forma, a mãe acha que a criança quer o que ela quer e lhe impõe a sua própria hipótese. O outro só vale pelo que confirma. Enfim, ela não confere ao bebê um saber, o que resulta em que ele fique preso na sua hipótese, reduzido a objeto. A imposição desse excesso materno passa a ser uma experiência da ordem do traumático, no sentido do puro transbordamento. O bebê fica, então, na posição de se enfrentar com os excessos maternos e seus próprios excessos pulsionais. A saída para esta situação é colar-se na mãe, ou seja, a mãe impede que a criança inscreva o real que lhe diz respeito. A criança fica à mercê da mãe, fica colada nela, ficando impedida de construir um saber próprio.

Podemos articular neste momento do transitivismo duas patologias: a psicose e a psicossomática. Nossas especulações metapsicológicas consistem na hipótese de que na psicose as dificuldades nesse terceiro movimento, o da ultrapassagem, resultem na impossibilidade de a criança inscrever o significante Nome do Pai. Essa inscrição arrancaria a criança da fusão onipotente com a mãe e a jogaria no mundo dos castrados, ou seja, no campo

⁵⁰ Bergès e Balbo (2003) comentam que a mãe só pode fazer uma hipótese sobre seu bebê se ela é capaz de sonhar, ou seja, imaginar coisas sobre seu filho. Eles mencionam um outro exemplo bastante elucidativo sobre o sonhar dos pais, através da situação do filho que é adotado e em que os pais adotivos, a partir de um determinado momento, passam a encontrar semelhanças físicas com o bebê, como: “Ele tem o nariz parecido com o de meu pai”.

da neurose. Há, então, uma diferença em relação ao autismo, pois na psicose a mãe supõe que a criança lhe demande alguma coisa, mas ela se coloca na posição de deter todo o saber sobre essa demanda; assim, o que não está dentro da hipótese da mãe não tem valor. Ocorre-nos mencionar a situação de uma mulher que traz seu filho para o tratamento e queixa-se de que ele é terrível, gosta de ouvir rádio em estações religiosas e que é a sina dela. A criança está absolutamente agressiva e repete exatamente as mesmas frases da mãe. O menino está preso nessas e em outras hipóteses engessadas da mãe, que, ao mesmo tempo em que as afirma, não consegue perceber outros aspectos da criança e a ameaça de devolvê-la para a Instituição da qual saiu quando de sua adoção. Entretanto, mantém a criança perto dela e continua afirmando que se trata de algo “cármico” entre eles.

O encaminhamento que fizemos para a psicossomática consiste na idéia de que não houve a possibilidade de ingressar no terceiro momento do transitivismo, o da ultrapassagem, especificamente no que diz respeito às questões do corpo. A mãe trata as questões do corpo da criança como algo que ela sabe e não como algo que ela se interroga. O corpo da criança fica no campo do signo, como um objeto. É como se, precisamente nas questões do corpo, pudéssemos pensar em uma forclusão do significante Nome do Pai. A inscrição deste significante é responsável pela introdução de contingência na tentativa, visível no efeito psicossomático, de “impossibilitar o impossível” (Lebrun, 2001, p 135), ou seja, inaugurar a inscrição da castração e a entrada no campo do simbólico, oferecendo os deslizamentos de sentido que o corpo, agora simbolizado, erógeno, pode ter.

A forclusão do significante Nome do Pai no que diz respeito às questões do corpo, ou seja, parcial e localizada, ocorrendo em função da impossibilidade de a mãe permitir que o bebê a ultrapasse, foi uma especulação que surgiu em nossas pesquisas. Ocorre-nos mencionar a situação de um bebê que tem com frequência pequenos problemas de pele. A mãe diz, com naturalidade e firmeza espantosas, que se trata de algo que faz parte da faixa etária da criança, e não lhe ocorre fazer algum tipo de ligação entre o que se passa com o bebê e suas reações de pele. Quando é interrogada se ter reações de pele nessa faixa etária é assim tão comum, toma a pergunta como deselegante. Ao sentir-se desconfortada em seu saber, sente raiva e reage de maneira hostil.

A dificuldade desta mãe de se enfrentar com o não saber a respeito do corpo de seu bebê a impossibilita de testemunhá-lo e de ter dúvida sobre sua hipótese de que problemas de pele

sejam da idade. Então, a mãe tem a hipótese de que as doenças de pele não são demandas do bebê, que é só corpo, ao sujeito nada está acontecendo. É esperado que o bebê negue o que lhe acontece, mas, neste caso, a mãe não está operando a dupla negação, ela está ratificando essa posição de negação do seu filho, o que impede que ele sofra o golpe de força. É possível que esses problemas de pele sucessivos já sejam o efeito da impossibilidade de ligação pulsional, no bebê, entre o que se passa com o bebê e suas reações corporais, devido à impossibilidade da mãe de enfrentar-se com o não saber, com a dúvida e com o que é da ordem do impossível.

Retomando o caso Nicole, poderíamos perguntar: o que seria de Nicole se a analista *afirmasse e insistisse em afirmar* que Nicole estava fazendo uma batucada? É possível que Nicole, que já vivia sob o impacto de suas intensidades pulsionais sem conseguir organizar-se psiquicamente, se desorganizasse ainda mais sem conseguir tirar dessa vivência com a analista algum efeito simbólico, ou seja, a experiência não se inscreveria no aparato psíquico de Nicole como uma marca passível de ligações (*Bindung*) e trilhamentos (*Bahnen*) que proporcionasse à analisante condições para nomear suas futuras vivências. Bergès e Balbo (2002) chegam a afirmar que, neste caso, a experiência não ocorre, a experiência está ausente, posto que dela não resultou nenhuma inscrição.

Para que uma vivência se transforme em registro psíquico, colocando o bebê cada vez mais em condições de interpretar/perceber as vivências futuras, é necessário que, nos momentos iniciais da vida do bebê, ocorra a ação específica (*spezifische Aktion*) através da operação transativista, permitindo, assim, que o bebê inaugure sua trama de representações e introjete a função transativista da mãe, possibilitando, assim, que ele siga transativando na vida. Então, o transativismo não é uma operação exclusiva dos momentos iniciais da vida. A função transativista introjetada pode seguir em funcionamento a cada nova vivência. Esta é uma operação que ocorre ao longo da vida e está na raiz da possibilidade inventiva do sujeito.

E o que o transativismo tem a ver com o caso Julia? Nossas especulações metapsicológicas levantadas em situação psicanalítica de pesquisa, como já explicitamos acima, giram em torno da idéia de que Julia constituiu-se como um sujeito psíquico através da operação transativista, ou seja, ela tem seus alicerces fundantes, fala e está no campo da neurose. Se pensarmos sob ponto de vista lacaniano, ela estaria barrada pela castração e teria inscrito o significante Nome do Pai. Mas o fato de não se *afetar* por suas vivências atuais

levou-nos a formular a idéia de que havia operado a forclusão do falo em sua dimensão de vetorização do desejo, isto é, no que diz respeito ao valor fálico.

Se tivermos clara a idéia de que o transativismo não é uma operação que ocorre uma vez na vida, tampouco apenas quando se funda o psíquico, cabe perguntar: qual a relação que pode haver entre o valor fálico e o transativismo? Ou melhor, qual a relação que pode haver entre a forclusão do falo e o transativismo? Tal forclusão teria alguma influência sobre a possibilidade de que a operação transativista se instaure com o próximo? Essas questões surgiram em situação psicanalítica de pesquisa e nos esforçamos para não as obturar imediatamente. São questões que não estão fechadas, pelo contrário, estão em seu prelúdio. Mas se tomarmos a idéia de que não se deixar afetar por suas vivências era resultante de uma forclusão do valor fálico, isto é, havia forcluído *o valor* das coisas, como Julia poderia ingressar no primeiro movimento do transativismo que implica, justamente, se surpreender com as coisas do mundo?

Isso nos pareceu, em um primeiro momento, impensável, pois se Julia estava organizada no campo da neurose, então não poderíamos cogitar que ela não transativasse, seria uma incoerência. Esse paradoxo nos custou algum tempo de reflexão. Até que, em situação psicanalítica de pesquisa, ocorreu-nos fazer uma diferenciação conceitual entre função e funcionamento. Então, ao considerarmos Julia situada no campo da neurose, isso implicaria, como já expomos, supor a realização de uma série de operações psíquicas, inclusive a introjeção da função transativista. Percebemos, contudo, que a função transativista estava instaurada em Julia, mas não estava em funcionamento, *a operação* não estava ocorrendo. Seria como se pudéssemos pensar em uma possibilidade interna que não estava sendo explorada. E o que o tratamento psicanalítico teria a contribuir nessa situação? Ou melhor, qual seria a *especificidade da ação* do analista nesses casos?

3.5 A OPERAÇÃO TRANSITIVISTA NA SITUAÇÃO PSICANALÍTICA DE TRATAMENTO

3.5.1 O desejo do analista

O transitivismo é um conceito que define a operação de marcar um psiquismo com representações, ou seja, inscrever representações na memória do sujeito, o que resulta na possibilidade de nomear certas vivências, efetuando, assim, a possibilidade de simbolizar e ainda operando o escoamento pulsional.

Para melhor entendimento desse conceito, Bergès e Balbo (2001, 2002, 2003) descreveram a operação transativista entre a dupla mãe/bebê. No entanto, sabemos que esta operação se torna uma função e é colocada em funcionamento a cada nova interação, possibilitando, como descrevemos acima, a própria invenção das relações em suas singularidades. Desta forma, na situação psicanalítica de tratamento, na qual estão envolvidos analista e analisante, também ocorre a operação transativista. Essa idéia traz em seu cerne uma posição frente à teoria psicanalítica que é interessante trabalharmos, pois, na operação transativista, *o inconsciente da dupla é colocado em jogo* e, portanto, as possibilidades internas de cada um também.

O tema da participação do analista no tratamento foi inicialmente abordado por Freud (Freud, 1910d/1996) através do conceito de contratransferência, quando afirmou, por exemplo, que “nenhum analista vai além do que seus próprios complexos e resistência internas lhe permitam” (p. 130). Ele trabalhou este conceito como um obstáculo a ser vencido, algo que o analista pudesse neutralizar e ultrapassar. Posteriormente, este conceito foi abordado por diversos autores⁵¹, e a contratransferência já foi desde um efeito de influências do paciente a serem evitadas pelo psicanalista, ou seja, algo que atrapalha o tratamento, até uma forma de comunicação inconsciente do paciente e que nada tem a ver com as questões do analista, isto é, algo exclusivo do paciente.

⁵¹ Ferenczi, Winnicott, Balint, Klein e Lacan contribuíram com produções diferenciadas sobre o conceito.

Nesta esteira encontramos vários profissionais da comunidade psicanalítica que debateram essa questão sob outro vértice, abordando a noção de *desejo do analista*. Essa discussão aborda positivamente a implicação do analista no tratamento, tomando como ponto de partida a impossibilidade de excluir o analista desta relação.

Para muitos psicanalistas, já pareceu surpreendente falarmos de desejo do psicanalista. A postura de que o analista é neutro, abstinente e nada deseja, já foi muito exaltada entre a comunidade. O silêncio, a apatia e outras características afins entendidas estereotipicamente como virtudes dos analistas trouxeram consigo a imagem de um desejo de psicanalista anulado. A partir disso, no senso comum, a idéia forjada inúmeras vezes é a de um analista asséptico, que não deseja.

A questão do desejo do analista é pouco explorada por Freud, exceto em raros momentos como em “Cinco lições da psicanálise” (Freud, 1910a/1996), onde ele se detém a escrever algo referente ao assunto, quando se pergunta o que *quer* o psicanalista, efetivamente? E responde que o psicanalista quer trazer à superfície da consciência tudo o que nela foi recalçado.

Cottet (1989), por outro lado, nos mostra que essa questão não se encontra ausente na postura freudiana. Demonstra, em seu livro “Freud e o desejo do psicanalista”, que foi, precisamente, o desejo de Freud que o levou à criação da clínica e da teoria psicanalítica. Propõe-nos que façamos a leitura do desejo de Freud a partir de suas demandas diante de seus pacientes, por exemplo, quando demandava: “Peço que recordes, que fales.” (p. 16). A partir disso, somos levados por Cottet ao apontamento de que Freud quis e impôs a seus pacientes a regra do “dizer tudo” (p. 16). Freud desejou, perguntou mais e mais às histéricas, insistiu em provocar confissões, e teve resistências diante de suas descobertas. Ele inclusive odiou; diante do questionamento sobre a possibilidade de existir um analista sem ódio; Cottet coloca que “Freud contudo não o foi” (p. 19).

Freud, ao deslocar a postura clínica do eixo “eu já sabia disso” para o eixo do “é você quem sabe”, supõe “um saber que não se sabe a si mesmo, e do qual o paciente dispõe” (Cottet, 1989, p. 22). É esse saber, denominado inconsciente, que causa o desejo do analista. O artifício, por exemplo, da pressão na testa da histérica indica o desejo de Freud de obter uma confissão, indica, também, o seu amor pelo saber que supõe ter a paciente. A posição de

Cottet é a de que “para o psicanalista, o paciente é um sujeito suposto saber, e o desejo do analista é perfurar o mistério para além do muro da linguagem” (p. 27).

Cottet (1989), ainda referindo a questão do desejo do analista, afirma que o desejo de Breuer de ter um filho engravidou Bertha Pappemnheim e a confissão que as histéricas faziam a Freud ocorria em resposta a seu desejo de mestre. Assim como a postura de Emmy von N., paciente dele, ao lhe pedir para deixá-la contar o que tinha a dizer, conferia a Freud um lugar que ele não tinha inventado, o lugar de psicanalista, e também evidenciava o desejo de Freud, que consistia em uma curiosidade insaciável.

Ocorre à pesquisadora universitária uma frase que escutou durante sua formação: “O analista deve sempre dar apenas um passo além de seu analisante”. Essa frase, levada para a situação psicanalítica de pesquisa, levou-nos a formular que esse passo a mais é um caminho a ser inventado a dois e depende das resistências de cada um, ou seja, cada dupla fará um caminho singular traçado a partir das hipóteses formuladas e ultrapassadas.

Cottet (1989) ainda escreve sobre a análise de Dora, e refere a hipótese de Freud quando este afirma que “a menina está feita para o rapaz” (p. 41). Tal suposição fez com que Freud, durante muito tempo, não tomasse em consideração a Sra. K. enquanto objeto do desejo de Dora. A respeito disso, Lacan (1998) escreve que “quando os preconceitos do analista (isto é, sua contratransferência, termo cujo emprego correto, para nos satisfazer, não poderia estender-se além das razões dialéticas do erro) o desvirtuam em sua intervenção, ele logo paga o preço disso através de uma transferência negativa” (p. 306). Lacan aponta que essa foi a reação de Dora à insistência de Freud em fazer com que ela reconhecesse no Sr. K seu objeto de desejo. Temos aqui um exemplo em que Freud não se deixou ultrapassar em função de sua resistência.

Lacan (1988) sugere que a resistência à psicanálise é a resistência do analista⁵². Resistência, neste caso, de Freud, desconhecida dele próprio, e que acabou produzindo o efeito de incompreensão para a dupla. Muitos psicanalistas têm levado para discussão o tema do desejo do analista, justamente para que se possa, pensando essa questão, redirecionar o

⁵² Essa idéia está presente no capítulo “Intervenção sobre a transferência” (Lacan, 1988), e também em seu Seminário II, “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” (Lacan, 1997).

processo psicanalítico, assim como o fez Lacan ao escancarar o desejo de Freud. Aliás, Lacan não se debruça apenas sobre o desejo específico de Freud, mas amplia e aborda inúmeras vezes a questão “qual pode ser o desejo do analista?” (p. 866). E também afirma que “é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (p. 868). Assim arremata Chemama (1995): “Se o analista levou mais adiante seu próprio tratamento, poder-se-á supor que ele já está um pouco resgatado da influência do fantasma” (p. 46).

Com esta exposição acerca do desejo do analista queremos afirmar que os limites de uma análise esbarram no desejo/resistência do analista. O analista está totalmente implicado nesta relação. Se a operação transativista toma como sustentáculo as hipóteses que cada um pode fazer, isto é, se esta operação do transativismo é inconsciente e se forma a partir das hipóteses inconscientes de cada um, o desejo do psicanalista está implicado nesta operação. Propomos, então, a aproximação destes dois conceitos, o transativismo e o desejo do analista, para alertar o leitor sobre a participação ativa da hipótese do analista no curso do tratamento.

3.5.2 O golpe de força na situação psicanalítica de tratamento

Para iniciar a finalização de nossas especulações metapsicológicas, que de fato constitui-se em uma interrupção da escrita, pois a pesquisa segue, pensamos em abordar alguns aspectos técnicos que nos parece importante ressaltar no tratamento de analisantes que se aproximam do caso Julia.

Retomando algumas idéias que já desenvolvemos em nossas formulações metapsicológicas, constatamos que em uma primeira especulação trabalhamos com a idéia de que é através da memória que o sujeito irá “olhar” para o que se passa com ele, organizar o que é possível ver, através dos recursos de memória que possui; afirmamos, assim, que toda nova percepção tem sua raiz em uma marca psíquica antiga, de modo que nada do que é exterior marca o psíquico incondicionalmente, ou seja, defendemos que a percepção é uma função da memória, sendo que a memória é resultante da ação específica, isto é, desse encontro com o *Nebenmensch*, através da operação do transativismo.

Levantamos uma segunda especulação que residiu na idéia de que Julia não estava conseguindo conectar-se com o que poderia produzir para ela efeito de verdade. Pensando em

termos metapsicológicos: que algo se passava com o movimento *pulsão de investigação/teoria sexual infantil/fragmento de verdade*, responsável pela inventividade. Propusemos, assim, uma articulação entre a inventividade e a inscrição do valor fálico, supondo que se as coisas para Julia não possuem valor fálico, a inventividade fica pouco estimulada. Desta forma supomos que o circuito se fecha, pois a inventividade pouco estimulada dificulta a colocação em cena do fragmento de verdade através da teoria sexual infantil e assim por diante, resultando em um empobrecimento da vida psíquica em Julia.

Em uma nosografia possível, constatamos que Julia constituiu-se como um sujeito psíquico através da operação transativista, ou seja, ela tem seus alicerces fundantes, fala e está no campo da neurose; e, agregando o ponto de vista lacaniano, ela estaria barrada pela castração e teria inscrito o significante Nome do Pai. O conceito de valor fálico nos ajudou a supor que Julia não percebia, através do transativismo, o que se passava com ela, possivelmente porque as coisas não tinham um *valor*. A diferenciação entre os conceitos de função e funcionamento nos permitiu articular uma especulação sobre a forclusão do falo e a operação do transativismo. O fato de não se *afetar* por suas vivências atuais levou-nos a formular a idéia de que havia operado a forclusão do falo em sua dimensão de vetorização do desejo, isto é, no que diz respeito ao valor fálico.

Conseguimos, desta forma, avançar na investigação sobre a operação do transativismo na situação psicanalítica de tratamento. A questão do primeiro movimento do transativismo parece já ter sido bastante ventilada pela comunidade psicanalítica através do conceito de *desejo do analista*. Com este conceito, já foi introduzida a idéia de que o analista se pergunta sobre seu analisante e também tem uma hipótese sobre ele. O analista faz uma aposta sobre o analisante, assim como o analisante faz uma aposta sobre seu analista. Trata-se, então, de um duplo endereçamento em que o analista está totalmente convocado, queremos frisar, em seu desejo e suas resistências, e é deles que dependerá o futuro deste tratamento, mas disso não se pode escapar, pelo contrário: o analista sabe que seu percurso com cada analisante será único e singular, eles estão desde os primeiros encontros, de fato, à beira da invenção.

Retomando, assim, nossa terceira especulação, estamos propondo a possibilidade de uma nova inscrição em situação psicanalítica de tratamento. Trata-se de um registro novo que ingressa na rede de representantes, possibilitando um *saber suplementar* e, portanto, um novo efeito de verdade.

Para dar conta dessa especulação, queremos introduzir a idéia de que, precisamente para os analisantes que se aproximam do caso Julia, é necessário também realizar o golpe de força. Vejamos um fragmento clínico para elucidar esta idéia. Em determinado período do tratamento, Julia vinha se ausentando das consultas e a analista passou a escutar com certa freqüência esta dizer: “Eu sei que tu és uma profissional e que não interessa se tu gostas ou não de mim, tu estás aqui me ouvindo porque esse é o teu trabalho”. Então à analista ocorreu-lhe marcar: “Sim, sou uma profissional e esse é o meu ofício: escutar as pessoas, mas podes ter certeza de que, se eu não *quisesse* te atender, tu não serias minha paciente.”

Com o passar do tempo, a analista observou que sua intervenção havia produzido um efeito de “amarração” do tratamento. Julia voltou a freqüentar o tratamento sem suas ausências que eram de costume, como se todos os problemas que tinha para vir em função do trabalho tivessem terminado de uma hora para outra. Como se dentro dela tivesse sido marcado, pela primeira vez, que vir ao tratamento fazia sentido para as *duas*. A analista formulou que aquela frase, que marcava seu desejo de atendê-la, tivesse operado como um golpe de força que pode ter resultado, para Julia, na inscrição psíquica do desejo da analista de atendê-la. Não bastou a analista estar ali a esperando para as consultas durante dois anos, foi necessário golpeá-la com palavras sobre o tratamento, inscrevendo alguma coisa na direção de um valor fálico.

O analista ocupa o lugar de valor fálico efetivamente. Ele opera no presencial. Não nos parece possível um tratamento sem essa atribuição de valor. Nesse sentido, podemos especular que seja possível a inscrição para o analisante do valor fálico durante um tratamento analítico. Essa especulação surgiu pois, na medida em que ia transcorrendo o tratamento de Julia, a analista observou-se tendo operado esse giro sutil em sua posição. Em situação psicanalítica de direção de tratamento, viu-se de forma mais ativa, no que diz respeito ao seu presencial, marcando mais algumas sentenças de Julia, devolvendo-lhe alguns termos sob a forma de perguntas e, essencialmente ficando mais atenta a seu desconforto frente a algumas afirmações de Julia que a afetavam.

Agora podemos retomar aquelas situações transferenciais, mencionadas no início deste ensaio, que colocaram a analista a observar o quanto ficava chocada frente aos relatos de Julia. Lembramos o leitor daquela cena em que veio à mente da analista a possibilidade de sacudir a analisante e dizer: “O que há contigo? Te dá conta?” Cena esta, reiteramos, que foi

devidamente censurada e abandonada, e que agora faz um outro sentido para nós. Não que a analista fosse se levantar e sacudir a analisante, mas o silêncio não nos parece ter sido um bom caminho neste momento. Talvez fosse necessário golpeá-la com as palavras. Dar apenas um passo a mais, com uma interjeição do tipo “Mas que barbaridade!”; isso seria um golpe de força que, em nossa especulação metapsicológica, lhe possibilitaria inscrever algo sobre o valor do que estava vivendo e não estava percebendo.

Para os analisantes que se aproximam do caso Julia, não basta trabalhar com a dupla “livre associação/atenção flutuante”. Para estes casos, aquela idéia de que basta deixar que o analisante fale, produza palavras, parece, por vezes, inoperante, até porque o analisante não está “afetado” com o que lhe acontece, sequer percebe o que se passa; por exemplo, Julia lá estava, com dois filhos grandes, sem ter *experimentado* a maternidade.

Nossa posição é a de que, nesses casos, a operação clínica do psicanalista possui uma especificidade. A *ação específica* do psicanalista consiste em romper a não afetação do analisante através do golpe de força. Esse caminho levou-nos a pensar sobre a abrangência da intervenção do analista.

Sobre a abrangência da intervenção do analista, isto é, se deve falar muito ou pouco, fazer longos silêncios ou não, Pommier (1996) comenta, no capítulo “El desistimiento”, sobre o mecanismo da desistência. Ele afirma que na desistência não há nada que seja recalcado, só há um desconhecimento do trauma, uma ausência de saber sobre este, graças a este mecanismo. “Graças à desistência – uma identificação particular – o sujeito pode não saber que há um traumatismo” (p. 26). Com isso ele diz que para se ter uma experiência, tem que haver a inscrição do trauma, o trauma tem que ser experienciado como trauma.

Esse autor ressalva que Freud trata essa questão de desistir em favor do outro em seu artigo “Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (Freud, 1920a/1976). Todavia, Pommier se interroga, se se deve dizer ao sujeito o que ocorreu com ele, uma vez que o mecanismo da desistência é quase mecânico. Podemos aqui articular, a propósito do transitivismo, que Pommier se interroga sobre o golpe de força operado na situação psicanalítica de tratamento.

Para ilustrar sua dúvida, ele traz a situação de uma moça que não consegue namorar mais do que alguns meses, e sempre que conta à sua mãe que está saindo com um homem, esta tem uma reação traumatizante. Por exemplo, começa a falar de doenças, ou de alguém que morreu, ou de algo triste, ou de outras coisas horríveis, etc. Inconscientemente a filha entende que se falar de um namorado, sua mãe adoecerá ou falará dessas coisas. Há uma relação matemática entre a reação da mãe e o rompimento do namoro. Mas essa moça ignora qual a fonte de sua decisão, e ignora justamente porque, em uma certa identificação com a mãe, arranja qualquer pretexto para justificar que as coisas não vão bem com aquele namorado. Então, Pommier coloca a questão: deve-se sublinhar o laço que existe entre a ruptura do namoro e o fato de que a mãe diz algo?

Ele responde dizendo que há uma clara dificuldade para sublinhar esse laço, pois a intervenção sobre ele pode ser também traumática. A intervenção corre o risco de não ter valor nenhum. Por exemplo, fazer uma relação direta entre o que pede a mãe e a separação não seria eficaz, pois há um *silêncio* sobre o que há de traumático na atitude da mãe. Este traumatismo, sob o funcionamento da desistência, está isento de sofrimento.

Pommier, então, contribui para nossa pesquisa quando afirma que o ponto onde se pode intervir é sobre a natureza traumatizante, que não é notada. Ou seja, ao invés de fazer o elo entre uma situação e outra, melhor seria simplesmente sublinhar que o comentário da mãe foi algo horrível. Então, o que Pommier (1996) recomenda é que se intervenha sobre “o que há de traumatizante neste tipo de resposta da mãe, no lugar de estabelecer um laço entre ambos os pontos. Trata-se, simplesmente, de sublinhar o que é traumatizante em um fato ou outro” (p. 29). Ele ainda coloca que é freqüente que analisantes contem fatos de suas infâncias como se fossem naturais, e muitas vezes não é o caso. Ele declara que é útil, nesses casos, fazer notar o que pode haver de traumatizante no que se relata. Ele afirma que *essa é uma intervenção distinta da que se faz sobre o sintoma*.

Pommier postula que no caso dos analisantes em que a natureza traumática das situações não é percebida, tampouco articulada, é necessário “sublinhar” o que se passa, e, acrescentaríamos, isso é o próprio golpe de força. Ocorre-nos mencionar o adolescente que passa por uma situação muito difícil e diz: “Não dá nada”. O adulto, chocado, lhe transitiva com sua corporeidade totalmente comovida: “Mas como?” É possível que, após esse golpe de força, o adolescente, no seu íntimo, possa se perguntar: “Será?”.

A idéia que estamos desenvolvendo é a de que o analista, em especial nos casos que se aproximam de Julia, trabalha com o presencial, ou seja, a via de inscrição para o analisante está atravessada pela posição do analista durante as sucessivas sessões de análise, onde pode operar o golpe de força. E mais, as situações do cotidiano do tratamento, que sempre permitem uma intervenção técnica, são momentos fecundos para que o analisante possa inscrever algumas representações sobre o que está vivendo. As situações do cotidiano do tratamento são, por exemplo, marcação de horários, atrasos, faltas, cumprimento das combinações, férias, pagamento, telefonemas, etc.

Dessa forma, estamos propondo que há uma *ação específica* a ser realizada pelo psicanalista no caso de analisantes nos quais se pode observar, em maior ou menor grau, a impossibilidade de perceber certas vivências, bem como a forclusão do valor fálico. Pensamos que com eles o golpe de força tem certas características. Há que ser firme, mas delicado. Se, por exemplo, o analisante vem queixando-se de ter que vir ao tratamento sem poder nomear que *ele* decidiu fazer o tratamento e o analista intervém dizendo: “Fica à vontade”, ou: “O interesse é teu”, podemos ter certeza de que esse analisante interrompe o tratamento, e mais, vai embora sem saber por que o interrompeu. Pelo contrário, nesses casos o analista não pode ser distante nem incorpóreo, sua posição deve contemplar uma certa delicadeza para imprimir ao cotidiano do tratamento uma firmeza técnica sem perder a coerência, o que resulta em suprimir a rigidez. Essa posição ofereceria a possibilidade de realização de uma nova inscrição em situação psicanalítica de tratamento, possibilitando um saber suplementar e, portanto, um novo efeito de verdade.

Por fim vamos retomar a noção de retificação e reencaminhá-la para futuras pesquisas. Se a partir do desenvolvimento metapsicológico abordado nesta tese podemos afirmar que o mundo é inventado a partir do jogo de posições, então sempre estaremos à beira da invenção, e sucessivas retificações serão possíveis. Não sabemos ainda ao certo as relações que podem existir entre a possibilidade de perceber e registrar o que se está vivendo, a forclusão do valor fálico e o transitivismo. Temos a hipótese de que estas operações estão interligadas e respondem alguns questionamentos metapsicológicos sobre o caso Julia. A hipótese de que em situação psicanalítica de tratamento ocorre a operação do transitivismo nos parece cada vez mais clara e coerente; e que o psicanalista realiza uma *ação específica* na clínica dos casos que se aproximam do caso Julia é a nossa contribuição até este momento.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com a intenção de abordar a operação de inscrição psíquica como estruturante do sujeito e o caso Julia foi nosso guia nesse sentido. Tínhamos em mente o conceito de ação específica (*spezifische Aktion*), que avaliávamos ser peça importante para nosso desenvolvimento metapsicológico. Perguntamo-nos qual a relação existente entre a ação específica e a transformação de uma vivência (*Erlebnis*) em uma experiência (*Erfahrung*). Em outras palavras, desenvolvemos a noção de inscrição do registro psíquico, e neste contexto relacionamos com a percepção do sujeito, com o transitivismo e sua possibilidade de ocorrência na situação psicanalítica de tratamento.

Seguindo o caminho em que a situação psicanalítica de pesquisa nos conduzia, foi necessário formular uma possível nosografia, trabalhando especialmente os aspectos levantados em análise de supervisão; foi quando introduzimos o trabalho que Roland Chemama (2002a, 2002b) vem desenvolvendo atualmente. Este trabalho é precioso e certamente há muito a ser desenvolvido sobre sua proposta, quando centra-se na noção de valor fálico, introduzindo o conceito de forclusão do falo e seus efeitos. Toda a semelhança entre a clínica de Chemama e o caso Julia foi estimulante para darmos seqüência a nossas investigações. O conceito de transitivismo nos possibilitou uma ampliação no entendimento sobre quais as operações que compõem a ação específica. E Por fim, propusemos abordar alguns aspectos técnicos que nos pareceu importante ressaltar no tratamento de analisantes que se aproximam do caso Julia, sendo esta a nossa contribuição para a comunidade psicanalítica.

Todo esse percurso ainda nos produz muitas incertezas, e não sabemos, ao certo, se ele será efetivamente produtivo. Um conceito metapsicológico é um conceito que dá conta de um impasse na clínica. A idéia de que o psicanalista, com seu presencial, em uma postura não apática, através do golpe de força, pode entrar no jogo de posições necessário para que o analisante inscreva algo de sua vivência nos parece coerente nesse tipo de problemática. Contudo, não sabemos da abrangência desta abordagem. Foi um caminho, digamos, difícil até agora, mas... não vamos silenciar.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1974). Der Essay als Form. Frankfurt: Suhrkamp.
- Ajuriaguerra, J. (1976). Manual de psiquiatria infantil. Rio de Janeiro: Massom.
- Aulagnier, P. (1996). La violencia de la interpretación. Buenos Aires: Amorrortu.
- Benjamin, W. (1985) Experiência e pobreza. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. (p. 114-119). São Paulo: Brasiliense.
- Bergès, J.; Balbo, G. (2001). A atualidade das teorias sexuais infantis. Porto Alegre: CMC.
- Bergès, J.; Balbo, G. (2002). O jogo de posições da mãe e da criança. Porto Alegre: CMC.
- Bergès, J.; Balbo, G. (2003). Há um infantil da psicose? Inédito.
- Calligaris, C. (1989). Introdução a uma clínica diferencial das psicoses. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. Psicologia: Reflexão e Crítica (Vol. 7, nº. 2, pp. 145-174). Porto Alegre: Instituto de Psicologia UFRGS.
- Caon, J. L. (1996a). Psicanálise <> Metapsicologia. In: Slavutzky, A.; Brito. C. L. S.; Souza, E. L. A. (Orgs.). História, clínica e perspectiva nos cem anos da Psicanálise. (pp. 56-69). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Caon, J. L. (1996b). Tradição ou pesquisa. In: Couto, L. F. S. (Org.). Coletâneas da ANPEPP: Pesquisa em Psicanálise (1 (16), pp. 93-107).
- Caon, J. L. (1996c). A refundação da experiência psicanalítica na pesquisa universitária a partir da apresentação psicanalítica de pacientes. In: Couto, L. F. S. (Org.). Coletâneas da ANPEPP: Pesquisa em Psicanálise (1 (16), p. 109-127).
- Caon, J. L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. Psicologia: Reflexão e Crítica (10, n. 1, p. 105-123). Porto Alegre: Instituto de Psicologia UFRGS.
- Caon, J. L. (1999). O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica: Filosofia e Psicanálise: um diálogo. Porto Alegre: Edipucrs.
- Caon, J. L. (2000/2001). Retrato, auto-retrato e construção metapsicológica de Serguéi Constantinovitch Pankejeff, o “homem dos lobos”. Pulsional: Revista de Psicanálise (13, n.140, 22-44). São Paulo: Pulsional.
- Chemama, R. (1995). Dicionário de Psicanálise. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chemama, R. (2002a). Une clinique de la forclusion du phallus. Trabalho produzido em Discussão Clínica promovida pela Clínica de Psicanálise e Psiquiatria Hybris.
- Chemama, R. (2002b). O Pai Real. Texto enviado por Roland Chemama através da Internet para a preparação para o encontro intitulado “Une clinique de la forclusion du phallus”.
- Cottet, S. (1989). Freud e o desejo do psicanalista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- D’Agord, M. (2000/2001). Uma construção de caso na aprendizagem. Pulsional: Revista de Psicanálise (13, n. 140, p. 12-21). São Paulo: Pulsional.
- Fédida, P. (1992). Nome, figura e memória. São Paulo: Escuta.
- Fédida, P. (1999). Morphologie du cas dans la psychanalyse. In: FÉDIDA, P.; VILLA, F. (Orgs.). Le cas en controverse. (pp. 43-49). Paris: PUF.
- Freud, S. (1987). Gesammelte Werke. (18 vol.). Frankfurt: Fischer.
- Freud, S. (1976). Sigmund Freud – Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu.

- Freud, S. (1977). A interpretação das afasias. (A. P. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Edições 70 Persona. (Trabalho original publicado em 1891b).
- Freud, S. (1987). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. II, p. 39-55). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893a).
- Freud, S. (1995). Projeto para uma psicologia científica. (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original formulado em 1895 e publicado em 1950c).
- Freud, S. (1987). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “Neurose de Angústia”. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. III, pp. 87-114). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895b[1894]).
- Freud, S. (1987). Estudos sobre a histeria. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. II, pp. 17-38). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895d).
- Freud, S. (1987). As neuropsicoses de defesa. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. III, pp. 51-67). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896b).
- Freud, S. (1987). Lembranças encobridoras. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. III, pp. 269-271). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899a).
- Freud, S. (1987). A interpretação dos sonhos. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. V, pp. 468-566). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900a).
- Freud, S. (1987). Psicopatologia da vida cotidiana. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. VI, pp. 39-95). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901b).

- Freud, S. (1976). Sobre as teorias sexuais das crianças. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. VIII, pp. 211-230). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908c).
- Freud, S. (1996). Cinco lições de psicanálise. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XI, pp. 13-58). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910a).
- Freud, S. (1996). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XI, pp. 125-136). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910d).
- Freud, S. (1970). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XI, pp. 53-124). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910c).
- Freud, S. (1987). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XII, pp. 277-290). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911b).
- Freud, S. (1987). O Moisés de Michelangelo. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XIII, pp. 249-280). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914b).
- Freud, S. (1974). Pulsões e destinos de pulsão. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XIV, pp. 123-164). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915c).
- Freud, S. (1974). O recalçamento. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XIV, pp. 165-184). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915d).
- Freud, S. (1974). O Inconsciente. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XIV, pp. 185-244). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915e).

- Freud, S. (1976). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.).(Vol. XVII, pp. 169-182). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917a).
- Freud, S. (1974). Bate-se uma criança: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XVII, pp. 225-258). Rio de Janeiro: Imago. Trabalho original publicado em 1919e).
- Freud, S. (1976). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XVIII, pp. 183-214). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920a).
- Freud, S. (1976). Além do princípio do prazer. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XVIII, pp. 13-88).Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920g).
- Freud, S. (1987). A negativa. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XIX, pp. 295-308). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925h).
- Freud, S. (1999). Inibição, sintoma e angústia. (M. A. Götze, Trad.). Porto Alegre: material interno da APPOA. (Trabalho original publicado em 1926d [1925]).
- Freud, S. (1974). Fetichismo. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XXI, pp. 175-187). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927e).
- Freud, S. (1974). O mal-estar na cultura. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XXI, pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930a).
- Freud, S. (1996). Construções em análise. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XXIII, pp. 291-308). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937d).

- Freud, S. (1987). Esboço de Psicanálise. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. XXIII, pp. 168-246). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940a).
- Freud, S. (1987). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad.). (Vol. I, pp. 197-299). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950a).
- Freud, S.; Ferenczi, S. (1994). Sigmund Freud & Sándor Ferenczi: Correspondência. (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (1993). Introdução à metapsicologia freudiana. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1995). Introdução à metapsicologia freudiana. (Vol. 3). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1997). Freud e o inconsciente. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1998). Introdução à metapsicologia freudiana. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gay, P. (1999). Freud: Uma vida para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hanns, L. (1996). Dicionário comentado do alemão de Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- Iribarry, I. N. (2000). Ética, sublimação e aprendizagem heróica: Os três eixos fundamentais da experiência de tratamento psicanalítico. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Jalley, E. (1998). Freud, Wallon e Lacan: L'ensant aumiroir. Paris: EPEL.
- Lacan, J. (1979). O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1988). Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1991). O Seminário, livro 8: A transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1997). O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1999). O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J. (1992). Novos fundamentos para a psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.
- Lebrun, J. P. (2001). L'effect psychosomatique: un essai d'impossibiliser l'implosible. La Clinique Lacanienne (5,135-155).
- Lipps, T. (2001). O conceito de inconsciente na psicologia. Natureza Humana. Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas (3, 2, 335-358). São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP. (Trabalho original publicado em 1897).
- Loparic, Z. (2001). Theodor Lipps: uma fonte esquecida do paradigma freudiano. Natureza Humana. Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas (3, 2, 315-334). São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP.
- Masson, J. M. (1986). Sigmund Freud Briefe an Wilhelm Fliess 1887-1904. Frankfurt am Main: Fischer.
- Masson, J. M. (1986). A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904. Rio de Janeiro: Imago.
- McDougall, J. (1983). Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica. (4^a Ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- McDougall, J. (1991). Teatros do corpo: O psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.
- Moura, A.; Nikos, I. (2000/2001). Estudo de caso, construção do caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. Pulsional: Revista de Psicanálise (13, n. 140, pp. 69-77). São Paulo: Pulsional.
- Meyer-Palermo, I. & Fichtner, G. (1982). Freud-Bibliographie mit Wekkonkordanz. Frankfurt am Main: Fischer.
- Muller, W. (1982). DUDEN Fremdwörterbuch. (4^a Ed. revista e ampliada). Mannheim: Bibliographisches Institut.
- Nasio, J. D. (1995). O olhar em psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nasio, J. D. (1999). O prazer de ler Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Pommier, G. (1996). Transferencia y estructuras clinicas. Buenos Aires: Ediciones Kliné.
- Rodrigues, R. D. C. (1985). Psicanálise e Neurociência: um modelo neurobiológico da personalidade humana. Porto Alegre: Luzzato.
- Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Silveira, V. (2003). Os sons de Nicole: ensaio metapsicológico sobre a modulação da voz na situação psicanalítica de tratamento através da operação do transitivismo. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Souza, A. M. (1988). Transferência e interpretação: Ensaio clínico lacaniano. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Taine, H. (1906). De l'Intelligence. Paris: Hachette. v. II.
- Valls, J. L. (1995). Diccionario freudiano. Buenos Aires: Julián Yébenes.
- Wallon, H. (1946). Les origines de la pensée chez l'enfant. Paris. PUF.
- Winnicott, D. W. (1979). O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1988). Os bebês e suas mães. São Paulo: Martins Fontes.